

REVISTA ORBIS LATINA

racionalidades, desenvolvimento & fronteiras

ISSN 2237 - 6976



Volume 1, Número 1

Foz do Iguaçu - Paraná - Brasil

JANEIRO - DEZEMBRO

2011

Os artigos publicados na *Revista Orbis Latina* são de responsabilidade plena de seus autores. As opiniões e conclusões neles expressas não refletem necessariamente a interpretação do GIRA – Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Racionalidades, Desenvolvimento e Fronteiras.

Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Racionalidades, Desenvolvimento e Fronteiras (GIRA)
Coordenação: Prof^a Dr^a Claudia Lucia Bisaggio Soares

Conselho Editorial

Claudia Lucia Bisaggio Soares
Dirceu Basso
Exzolvildres Queiroz Neto
Gilcélia Aparecida Cordeiro
Janine Padilha Botton
Regis Cunha Belém
Rodrigo Bloot

Edição e Capa

Gilson Batista de Oliveira

Revista Orbis Latina

Volume 1, Número 1, Janeiro – Dezembro de 2011.

Foz do Iguaçu – Paraná – Brasil - 2011

Periodicidade Anual.

Interdisciplinar.

ISSN 2237-6976

1. Conteúdo interdisciplinar com ênfase em racionalidades, desenvolvimento e fronteiras.

I. Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Racionalidades, Desenvolvimento e Fronteiras - GIRA.

Endereço para correspondência:

Revista Orbis Latina – Editor Prof. Dr. Gilson Batista de Oliveira

Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Racionalidades, Desenvolvimento e Fronteiras - GIRA

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)

Avenida Tancredo Neves, nº 6731/Bloco 03, Espaço 03, Sala 5

CEP 85867-970 / PTI - Foz do Iguaçu/Paraná – Brasil

Tel.: +55(45)3576 7332 / *E-mail*: orbislatina@gmail.com ou gilson.oliveira@unila.edu.br

APRESENTAÇÃO

O maior desafio de um pesquisador é publicar o resultado do seu trabalho. Essa revista nasceu no cerne do Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Racionalidades, Desenvolvimento e Fronteiras – GIRA, depois de muitas discussões feitas durante as caminhadas na sede provisória da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), com objetivo de dar publicidade aos resultados das pesquisas do grupo e de difundir os trabalhos de outros grupos e pesquisadores dentro da temática central do GIRA.

O GIRA está sediado na UNILA, uma instituição que se que se propõe a trabalhar os benefícios da interculturalidade e a realçar a interdisciplinaridade enquanto método. Os projetos de pesquisa, grupos de estudo, projetos de extensão e outras atividades do GIRA buscam convergências na construção de modelos de desenvolvimento referenciados regionalmente e abertos a racionalidades não mercantis, que visem recuperar a autonomia e a soberania sobre os recursos naturais e humanos da região latino-americana e construídos sobre uma base de cooperação e complementaridades. Atualmente, o GIRA conta com seis pesquisadores: 1) Claudia Lucia Bisaggio Soares, Economista, Doutora em Ciências Humanas (interdisciplinar) – UFSC, Professora da UNILA; 2) Dirceu Basso, Veterinário, Mestre em Desenvolvimento Rural e Doutorando em Desenvolvimento Rural – PGDR/UFRGS, Professor da UNILA; 3) Exzolvires Queiroz Neto, Geógrafo, Mestre em Administração e doutorando em Engenharia Agrícola – FEAGRI/UNICAMP, Professor da UNILA; 4) Gilson Batista de Oliveira, Economista, Doutor em Desenvolvimento Econômico – UFPR, Professor da UNILA; 5) Régis da Cunha Belém, Agrônomo, Mestre em

Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA/UFRJ, Professor da UNILA e; 6) Ana Maria Fernandez Equiza, Geógrafa, Doutora em Ciências Humanas (interdisciplinar), UFSC, Professora da Universidade Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires.

O GIRA leva em consideração que o padrão de desenvolvimento em si deve estar sujeito à intervenção de diferentes racionalidades (independente de tal hipótese ser ou não contemplada nas elaborações teóricas mais usuais sobre o desenvolvimento), propiciando assim, uma compreensão mais global da realidade focando, na medida do possível, processo histórico e teórico da América Latina. Tal perspectiva está efetivada mais especificamente nas linhas de pesquisa do grupo:

(1) **Desenvolvimento, racionalidades e autonomia**, que procura dar conta de problemáticas classicamente abordadas pelas teorias do desenvolvimento: a noção padrão/modelo, as dotações de fatores de produção e sua influência sobre o potencial econômico e transferência tecnológica; entretanto a estratégia aqui sugerida propõe um olhar que dê relevância as especificidades, no qual se acolham às diferenças encontradas não como resultado de um nível inferior de evolução econômica, mas sim como características dessas economias que podem (e devem) ser levadas em conta num traçado próprio/regional para um programa de desenvolvimento integral (incluindo a análise de experiências desde a ótica da Economia Social até a da Economia Solidária, por exemplo).

(2) **Valoração ambiental, indicadores e medidas** propõe uma abordagem além

do mercado e surge tanto da necessidade atual de se mensurar os resultados da atividade econômica, como os custos (inclusive os normalmente associados as “externalidades” sociais e ambientais) de sua execução; de forma que se contemplem outros critérios que não apenas os econômicos convencionais (rentabilidade monetária imediata). Seguindo uma ótica mais filosófica, essa linha também questiona em que medida a perspectiva econômica calcada em qualquer uma das teorias de valor existentes é capaz, isoladamente, de dar conta do desenvolvimento de técnicas de valoração para bens ambientais, culturais e similares; sugerindo o apelo à interdisciplinaridade nessa empreitada intelectual.

(3) Desenvolvimento Rural e Urbano busca respaldo nas bases teóricas da análise regional, visando estudar as transformações ocorridas nos ambientes rural e urbano dos países latino-

americanos, com objetivo de auxiliar a formulação de estratégias de planejamento e desenvolvimento regional. Acredita-se que a discussão sobre a temática do desenvolvimento regional, nas localidades latino-americanas, deve unir as abordagens tradicionais com as novas perspectivas de desenvolvimento regional endógeno e de capital social, focalizando o papel da comunidade local e sua capacidade de ativação social na transformação do crescimento econômico em desenvolvimento humano e social.

A Revista *Orbis Latina*, uma publicação interdisciplinar, traz a público, com periodicidade anual, a partir desse primeiro número, pesquisas, resenhas e contribuições culturais dentro da temática das linhas de pesquisa do GIRA, e espera receber colaborações periódicas de pesquisadores de toda parte do mundo. As normas para submissão estão dispostas na penúltima página dessa edição.

Boa Leitura!

Prof. Dr. Gilson Batista de Oliveira
Editor

Prof^a. Dr^a. Claudia Lucia Bisaggio Soares
Coordenadora do GIRA

SUMÁRIO

PERCEPÇÃO SOCIOAMBIENTAL DE ATINGIDOS POR BARRAGEM E POLÍTICAS PÚBLICAS

Ana Sílvia Laurindo da Cruz, José Edmilson de Souza-Lima, Sandra Mara Maciel-Lima.....06

DEMOCRATIZAÇÃO SUPRANACIONAL? O CASO DO MERCOSUL

Fabrcio Pereira da Silva.....17

TERRITÓRIOS COMPLEXOS DA AGROECOLOGIA: inter-relações de fluxos agrícolas, sócio-econômicos e ambientais

Exzolvildres Queiroz Neto.....28

REGIÕES INTELIGENTES COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Gilson Batista de Oliveira.....35

AEROPORTOS E MEIO AMBIENTE: É POSSÍVEL OBTER O DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL?

Exzolvildres Queiroz Neto, Bárbara Lúcia Pinheiro de Oliveira França, Gilson Batista de Oliveira.....40

A MOEDA SOCIAL E A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: INSTRUMENTOS PARA UM NOVO PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO?

Claudia Lucia Bisaggio Soares.....54

ERA DAS CONTRADIÇÕES: O DIREITO AO ESPAÇO OU O FIM DA HISTÓRIA DAS CIDADES?

Exzolvildres Queiroz Neto, Gilson Batista de Oliveira, Dirceu Basso, Regis da Cunha Belém, Claudia L. B. Soares.....70

CAMBIO CLIMÁTICO Y EL DEBATE SOBRE EL DESARROLLO

Ana María Fernández Equiza.....83

ITAIPU: APROVEITAMENTO DA ENERGIA VERTIDA PARA A PRODUÇÃO DE HIDROGÊNIO E PARTICIPAÇÃO EM ENERGIA SUSTENTÁVEL

Janine Padilha Botton, Marcelo Miguel.....93

ROMPENDO BARREIRAS SOCIOECONÔMICAS: O CASO DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO RURAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO VALE DO RIBEIRA-PARANÁ

Dirceu Basso, Claudia L. B. Soares, Exzolvildres Queiroz Neto, Gilson Batista de Oliveira.....99

RESENHA

Livro: *As imagens da organização*

Exzolvildres Queiroz Neto.....108

ESPAÇO CULTURAL

FRIDA KAHLO: ARTE E VERDADE PELA DOR SUBLIMADA

Jorge Anthonio e Silva.....120

Alturas de Samaypata

Pedro Granados.....127

PERCEPÇÃO SOCIOAMBIENTAL DE ATINGIDOS POR BARRAGEM E POLÍTICAS PÚBLICAS

Ana Sílvia Laurindo da Cruz^{*}
José Edmilson de Souza-Lima^{**}
Sandra Mara Maciel-Lima^{***}

6

RESUMO

O presente artigo visa identificar a percepção socioambiental de um grupo de habitantes do município de Ortigueira (PR) remanejado do local de sua moradia por conta da construção da Usina Hidrelétrica Mauá, de forma a subsidiar programas de educação ambiental e de políticas públicas ligadas à mitigação ou compensação de impactos da construção de usinas hidrelétricas ou outros empreendimentos que necessitem de licenciamento ambiental. Partindo-se de uma pesquisa qualitativa e exploratória, assim como, da aplicação da técnica de história de vida, percebe-se que a relação que os habitantes mantêm com o ambiente natural é muito singular, aprenderam ainda crianças a retirar o sustento da terra e a vida naquele local foi determinante para a construção de suas identidades. No entanto, por mais que reconheçam a importância da conservação ambiental, a situação de fragilidade social a que estavam submetidos fez com que elegessem como prioridade a sobrevivência e a luta por uma vida digna. Além disso, foi possível perceber com mais clareza as expectativas dos habitantes em relação aos impactos positivos e negativos gerados pela instalação da Usina Hidrelétrica Mauá. Apesar da mudança ter sido compulsória e inesperada, ter causado angústia e ansiedade em alguns casos, os habitantes expressam a esperança acesa com a oportunidade de melhoria de vida a partir do reassentamento.

Palavras-chave: educação socioambiental; percepção socioambiental; políticas públicas.

ABSTRACT

This article aims to identify the social and environmental awareness of a group of inhabitants of Ortigueira (PR) site relocated from their homes due to the construction of the Hydroelectric Maua, in order to support environmental education programs and public policies related to mitigation or offset impacts of the construction of hydroelectric dams or other projects that require environmental permits. Starting from a qualitative and exploratory research, as well as the application of the technique of life history, one realizes that the relationship that people have with the natural environment is very unique, as children learned to draw sustenance from the earth and life at that location was crucial to the construction of their identities. However, for more who recognize the importance of environmental conservation, social fragility of the situation to which they were subjected to elect made it a priority to fight for survival and a dignified life. Moreover, it was revealed more clearly the expectations of people in relation to positive and negative impacts generated by the installation of Power Plant Maua. Despite the change has been compulsory and unexpected, have caused distress and anxiety in some cases, residents expressed the hope kindled by the opportunity to improve their lives from the resettlement.

Keywords: socio-environmental education, social and environmental awareness, public policy.

^{*} Jornalista. Especialista em Educação, Meio ambiente e Desenvolvimento (UFPR). E-mail: anaurindo@gmail.com

^{**} Sociólogo. Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento (UFPR). Pesquisador/Docente do Mestrado em Organizações e Desenvolvimento da FAE - Centro Universitário Franciscano do Paraná e do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMAD-UFPR). E-mail: zecaed@hotmail.com

^{***} Economista. Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: ari.san.dra@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educação, Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná, concluída em agosto de 2010 (CRUZ, 2010) e visa identificar a percepção socioambiental de um grupo de habitantes do município de Ortigueira (PR) remanejado do local de sua moradia por conta da construção da Usina Hidrelétrica Mauá, de forma a subsidiar programas de educação ambiental ligados à mitigação ou compensação de impactos da construção de usinas hidrelétricas ou outros empreendimentos que necessitem de licenciamento ambiental.

Buscou-se, nas histórias desses produtores rurais, assuntos ou vertentes para eventuais ações de educação não formal que dialoguem com a realidade e as expectativas dos mesmos.

Parte-se do pressuposto de que, para qualquer intervenção, seja esta na forma de programa de educação socioambiental, comunicação social, ou de políticas públicas, é imperativo conhecer e buscar compreender o interlocutor visando identificar assuntos de interesse, a demanda existente por informação, reduzir a incidência de ruídos na comunicação e, ainda, buscar conhecimento mais aprofundado da realidade onde está inserida determinada população com vistas a desenvolver estratégias com caráter participativo e dialógico.

A procura fundamental, aqui, foi por elementos para problematizar a relação deles com o meio onde vivem levando em consideração aspectos culturais, sociais e econômicos. Trata-se de estimular novos olhares sobre o que as organizações podem fazer em termos de educação socioambiental em projetos ligados à mitigação ou compensação de impactos socioambientais da construção de usinas hidrelétricas ou outros empreendimentos que exijam licenciamento ambiental

Para tanto, optou-se por realizar uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa. A partir desta, levantaram-se questões para posteriores investigações mais aprofundadas. “Esse tipo de pesquisa é

realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis” (GIL, 1999, p.43).

O estudo partiu de dados obtidos a partir de levantamento bibliográfico, feito com o objetivo de identificar objetos de pesquisa semelhantes ou pesquisa de mesma natureza, e de uma pesquisa documental incluindo cadastro socioeconômico da população atingida pela Usina Hidrelétrica Mauá, fotografias das propriedades onde moravam os entrevistados, Projeto Básico Ambiental da Usina Hidrelétrica Mauá (LACTEC, 2009) e Plano de Trabalho para Implantação do Programa de Salvamento do Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico (SALLAS, 2009) da área de influência direta do empreendimento, além de mapas da área a ser alagada para formar o reservatório da usina.

O trabalho incluiu, ainda, entrevistas com integrantes do público selecionado, posto que: “o material primordial da investigação qualitativa é a palavra que expressa a fala cotidiana, seja nas relações afetivas e técnicas, seja nos discursos intelectuais, burocráticos e políticos” (MINAYO e SANCHES, 1993, p. 245). A amostra desta pesquisa foi não probabilística, composta por representantes de 5 famílias de Ortigueira (PR) que atendiam aos seguintes critérios: (1) ter sido cadastrada pelo Consórcio Energético Cruzeiro do Sul como atingidas pela construção da UHE Mauá; (2) ter direito a participar do Programa de Reassentamento proposto pelo empreendedor; (3) ter sido removida de áreas de terra localizadas dentro da cota de alagamento da enseadeira¹ da Usina Mauá. No total, 16

¹ A enseadeira é uma barragem provisória de enrocamento de rochas e selada com argila, construída para viabilizar o desvio do rio e a preparação de um trecho do leito para receber a barragem definitiva de concreto. A construção da enseadeira pode elevar o nível do rio em alguns pontos a montante e exigiu que algumas áreas fossem desocupadas antes mesmo do enchimento do reservatório. Devido ao prazo estabelecido para finalização desta pesquisa, optou-se por realizar as entrevistas com esse público que está na cota de alagamento da enseadeira, pois estes foram os

famílias enquadravam-se nesses critérios no momento do início desta pesquisa. Dessas, foram selecionadas cinco para realização das entrevistas pelos critérios de acessibilidade e conveniência, já que para a realização de cada uma das entrevistas, além do tempo dispensado à conversa com o atingido, havia ainda a necessidade de deslocamento até localidades acessíveis somente com veículo tracionado, desde que as estradas estivessem secas e não houvesse previsão de chuva para que a ida a campo fosse viável.

As entrevistas não foram padronizadas, mas seguiram um roteiro pré-definido para o registro de história oral de vida que, neste caso, serviu como estímulo para abordagem das questões consideradas relevantes pela pesquisadora.

Importante destacar que o foco da análise que se seguiu à realização das entrevistas foi o discurso dos entrevistados e as representações nele contidas:

(...) o indivíduo que conta sua história ou dá seu relato de vida não constitui, ele próprio, objeto de estudo; o relato é que constitui a matéria prima do conhecimento sociológico que busca, através do indivíduo e da realidade por ele vivida, aprender as relações sociais nas quais sua dinâmica se insere (YCHIKAWA e SANTOS, 2006, p. 202).

“Na área teórica, a história oral é capaz apenas de *suscitar*, jamais de *solucionar* questões. Ela formula as perguntas, mas não pode oferecer respostas” (YCHIKAWA e SANTOS, 2006, p. 192), destacam as autoras ao descrever os atributos da história oral como método.

O áudio das entrevistas foi gravado e transcrito parcialmente para inclusão na análise. A transcrição respeitou o modo de falar dos entrevistados, ou seja, foram mantidos vícios de linguagem e as palavras escritas da forma como foram ditas. Os entrevistados também receberam pseudônimos para que tivessem preservadas suas identidades. São eles: Chico, Roberto, Caetano, Nara, Eduardo, Marília, Gilberto e Rita.

primeiros a serem removidos da área de impacto direto da Usina.

1 ATIVIDADE RURAL E SUSTENTABILIDADE

A primeira entrevista realizada trouxe à tona uma rica avaliação de Chico do que dá certo e o que não dá certo do ponto de vista social, econômico e ambiental na atividade rural naquela região de Ortigueira. Foi como entrar em um túnel do tempo e visualizar como as diferentes culturas agrícolas e a pecuária se desenvolveram naquela região ao longo do último século. História lida em livros? Não. História contada de geração para geração e, em parte, também vivida. Benefícios, restrições e dificuldades sentidas na pele. Ao relatar as diferentes fases de desenvolvimento produtivo, a alternância de culturas com o passar do tempo, com seus êxitos e derrotas, deixava transparecer o orgulho pelo trabalho da família e certo saudosismo em relação à infância e juventude, quando o trabalho era pesado, mas o cotidiano e o aprendizado ao lado do pai compensavam qualquer esforço.

Com a mudança das atividades produtivas, ficaram para trás também alguns hábitos vinculados, como as caminhadas para “tocar” a criação até o ponto de venda, as refeições realizadas no caminho, a o aprendizado com os índios da região, que os ensinaram a produzir os balaio de taquara usados na debulhada do milho. No entanto, há também experiências que perduram, como, por exemplo, a união entre os vizinhos:

Na época da década de 80 a gente precisava muito na debulhada do milho...reunia a vizinhança e cada um levava seu balaio...era trocado serviço, sempre trocado serviço. E antes, era mexer com porco, era trocado serviço que sempre precisava de muita gente. Um dia tirava de um, no outro dia tirava do outro, e assim por diante....sempre teve essa união naquela região ali...Agora, pra mexer com gado já não depende tanto, mas sempre depende, um ou dois vizinhos sempre tem que ta ali, e é trocado serviço. Ainda tem essa relação [CHICO, 13/01/10].

Durante o diálogo, Chico foi questionado sobre o início do uso de

defensivos agrícolas naquelas terras consideradas por eles muito férteis. Segundo ele, a mudança começou por volta da metade do século passado:

Foi na época que foi parado de mexer com porco, foi bem nessa época, que o milho começou a dar mais né e começou a aparecer o defensivo, o pessoal queria produzir mais né, e começou a vir mais pragas também, o pessoal começou a plantar mais, começou a estender mais planta e acabou... não conseguia mais aquela área descansada... que nem, nós era acostumado a roçar a capoeira 12 anos né, 15 anos, que tava descansada. Roçava, queimava, plantava, não tinha tanta praga, só cortava alguma coisa de foice e boa, né. Aí acabou aquilo e começou a aparecer, eu lembro. E teve uma época que veio a influencia do algodão, teve uns dois ou três anos assim que o algodão dava dinheiro. Muita gente perdeu dinheiro com aquilo, inclusive eu tomei prejuízo, e foi muito fertilizante na época, defensivo, muita coisa assim [CHICO, 13/01/10].

O processo histórico relatado acima por Chico assemelha-se ao descrito por Enrique Leff (2009), ao tratar da exploração dos recursos naturais na América Latina a partir do desenvolvimento capitalista e sua investida sobre o campo. Leff destaca que o aumento da exploração exigido para a consolidação desse modo de produção levou a:

eliminar as práticas agrícolas tradicionais, fundadas numa diversidade de cultivos e adaptadas às estruturas ecológicas do trópico, para induzir práticas de monocultura destinadas a satisfazer as demandas do mercado externo. Estas práticas produziram, como consequência, a erosão e a diminuição da produtividade natural de muitas terras, afetando as condições de subsistência das populações rurais (LEFF, 2009, p. 31).

Uma das consequências desse processo, segundo o autor, foi uma crescente falta de capacidade de geração de empregos nas áreas rurais, combinada com o êxodo rural que teve efeitos socioambientais desastrosos tanto nas cidades quanto na vida das famílias migrantes. Leff alega, ainda,

que a monocultura foi implantada sem que os conhecimentos técnicos necessários para a conservação da qualidade dos solos estivessem difundidos, ou ao menos acessíveis aos que se aventuraram por esse caminho. No entanto, neste ponto, ele refere-se ao período colonial pelo qual passaram os países latino-americanos e desenvolve a idéia apontando para o fato de que:

Só mais tarde, quando esses países se tornaram independentes do regime colonial e as regiões tropicais foram reconquistadas pelo capital no seu processo de expansão internacional, se produziram e aplicaram conhecimentos e técnicas que permitiram a exploração intensiva de plantações, mantendo rendimentos elevados por tempo mais longo (LEFF, 2009, p. 32).

No entanto, o que se observa aqui é que a experiência relatada por Chico, de passagem de uma agricultura tradicional para técnicas “modernas” de cultivo que se revelaram equivocadas tanto do ponto de vista ambiental quanto social, é muito mais recente do que o citado por Leff. A região, originalmente habitada por grupos indígenas, começou a ser ocupada por não-índios no final do século XIX e início do século XX, e passou a encarar mudanças mais significativas nas práticas agrícolas somente na segunda metade do século XX. Esse caráter tardio da investida de práticas produtivas típicas do capitalismo junto àquelas famílias – que hoje estão mudando suas vidas compulsoriamente devido à construção da Usina Hidrelétrica Mauá – aparenta ter gerado um duplo passivo: tentativas frustradas de desenvolvimento produtivo nas pequenas propriedades e uma grande dificuldade de acesso a benefícios básicos pretensamente universalizados nas sociedades capitalistas modernas, como: saúde, educação, lazer, bens culturais de ordem diversa, apoio para geração de renda etc.

Talvez por esse motivo, apesar de não ser voluntário, esse processo de reassentamento propiciado pela instalação da hidrelétrica seja considerado por Caetano uma oportunidade única e positiva, na medida em que pode propiciar às filhas dele uma vida diferente da que enfrentou:

A expectativa é da gente deixar um bom futuro pros filho. Isso aqui era muito pequeno, a gente ia viver ranhando pra lá e pra cá (...) Para mim essa barragem foi uma benção que Deus me deu (...) porque é grande (o lote de reassentamento para onde vai) (...) se eu partir dessa pra uma melhor, a minha família vai ficar estruturada. Aqui eu não tinha como. Então, eu quero ver se essas menina tem um futuro melhor lá. Porque o que a gente não teve, ajuda dos pais, a gente quer ver se dá, né. Pelo menos os filhos não sofre como a gente sofreu nessa vida [CAETANO, 09/12/09].

Não se pode deixar de lado o fato de que essa perspectiva de mudança gerou dúvidas e ansiedade entre as famílias pesquisadas, mas a esperança em relação à melhoria de condições de vida aparece como uma compensação válida, como colocou Caetano: “Num ponto foi ruim por causa que a gente já estava acostumado aqui né...no outro a gente tem como melhorar”

No relato de sobrevivência dele, vêm também à tona elementos como a subvalorização da mão de obra no campo, da falta de emprego para aqueles que não conseguem sustentar a família apenas com o que é tirado da propriedade, das limitações enfrentadas devido à falta de estudo:

Pra comer também não era fácil. Serviço aqui era difícil, muito pouco estudo a gente tem, vontade de trabalhar a gente tem, mas você vai roçar aí, ganha quinze, vinte reais por dia, então, a vida da gente foi muito sofrida né (...). Tá com uns quatro anos que começou a melhorar nossa situação. Nem é bom lembrar muito, vamos acabar chorando de tristeza, agora a esperança é essa propriedade [CAETANO, 09/12/09].

A questão da idade também foi evidenciada como mais um ponto de dificuldade para o trabalho no campo. Primeiramente por se tratar de um trabalho que exige esforço físico e dedicação integral. Na família de Caetano, a esposa, Nara, ocupava-se, além das atividades domésticas, da agricultura de subsistência na propriedade, enquanto ele buscava trabalho fora. Quando questionado sobre as perspectivas para a vida na nova

propriedade, Caetano falou sobre o desejo de passar a criar gado, uma atividade considerada menos desgastante do ponto de vista físico: “a área que a gente tinha aqui é pequena, quem mexia mais era ela (a esposa), aí vai ficando meio véia, vai aparecendo uns problema...”, ou seja, por mais que queiram manter o vínculo com a atividade rural e com suas raízes culturais, eventuais problemas de saúde ou a opção por uma melhor qualidade de vida podem ser determinantes para a escolha da nova fonte de renda da família. Importante ressaltar o fato de que eles, a partir do momento em que percebem que o reassentamento é uma realidade, passam a lidar com “escolhas” e não mais apenas com condições impostas social e ambientalmente.

Esse mesmo desejo de deixar para trás a atividade desenvolvida ao longo de toda a vida surgiu ainda no relato de Rita. Perguntada sobre as atividades de lazer, ela deixou bem claro que: “Ficar de varde ninguém fica... no sítio tem que trabalhar meio direto...tudo braçal, puxar água, dar pra criação...ninguém fica de varde não”, mais uma referência à rotina exaustiva de trabalho no campo. Logo em seguida, o marido emenda: “Temos que começar tudo de novo (...) temos que começar a vida outra vez (...) e fazer lavoura não compensa”. Eles dizem que querem mexer com gado, criar carneiro, pois consideram que fazer roça não vale mais a pena. Quão significativo é ouvir uma pessoa que aprendeu criança o valor de se tirar o sustento da terra dizer “ah, roça já era”? Tudo isso porque o trabalho para ter produtos básicos à mesa não paga o esforço do trabalho e, portanto, “é melhor comprar né”.

Talvez essa tenha sido a fala que mais surpreendeu os pesquisadores. Não há como negar que em sua mente ainda figura, ou pelo menos figurava, a idéia de que por mais difícil que fosse a vida desses pequenos produtores rurais, eles tinham a “vantagem” de ter aos seus pés a fonte de sua subsistência. E as dificuldades relatadas por essas famílias de Ortigueira não são um fenômeno isolado. Enrique Leff descreve processo semelhante, identificado em diferentes contextos na América Latina:

Ao lado de modernas empresas agrícolas, o desaparecimento de um amplo setor de

subsistência provocou a subutilização do potencial dos recursos naturais e culturais. Numerosos camponeses e comunidades indígenas estão desempregados e subempregados, produzindo em condições que não lhes permitem suprir suas necessidades básicas. Os preços de seus produtos são cada vez mais desfavoráveis em relação aos insumos produtivos que utilizam, assim como em relação aos preços de outros produtos que constituem a cesta básica de bens de consumo de que depende sua qualidade de vida (LEFF, 2009, p. 35).

O caráter injusto desse sistema gerou uma reflexão interessante para Eduardo e Marília. O casal relatou as dificuldades enfrentadas para obter renda da propriedade. O custo de criar animais, mantê-los bem alimentados e saudáveis é alto para eles e quando chega a hora do abate – também trabalhoso – o que recebem com a venda muitas vezes não cobre os gastos. E, por vezes, nem conseguem vender. Por isso, é comum na região a prática de troca de mercadorias. A produção limitada, a falta de condições para investimentos significativos e a dificuldade em escoar os produtos devido ao isolamento (em época de chuva, por exemplo, chegava-se à propriedade somente pelo rio Tibagi) faziam com que sequer conseguissem concorrer com produtores de maior porte. A solução para a situação? Marília sugere: “Tem que repartir o prejuízo”, diz, alegando que a exploração dos atravessadores deveria ser menor, ou seja, eles deviam aceitar ter um lucro menor e pagar um preço justo pelas mercadorias dos pequenos produtores rurais.

Interessante notar que na argumentação relativa à “insustentabilidade” da agricultura de subsistência, a exaustividade do trabalho era o foco e não a perda de qualidade do solo ou a impossibilidade deste de prover alimento. Nesse sentido, a qualidade e fertilidade surgiram como dádivas. Enquanto Rita diz que “Graças a Deus a terra lá é boa”, mesmo que agora esteja “quebrado” (referindo-se à erosão do solo) e o marido afirma que “O segredo de lidar com a terra é prepara ela, plantar, zelar e colher, que Deus dá, é só ter coragem de enfrentar. Não tem terra que não produz, toda terra produz, é só plantar e

zelar que ela dá”. Nessa mesma direção, surge a fala de Roberto:

A única coisa que os antigos contavam e contam é que é uma terra muito produtiva né...Aqui o pessoal todo fala que é uma terra muito abençoada, que tudo que se planta aqui dá...eles diziam muito o seguinte, que tudo que se planta dá, mesmo que não dá em cima da terra, no caso palmito, mas embaixo dá, que é a mandioca, a batata...então é uma terra que mesmo que seja prejudicada pelo sol, mas o que está dentro da terra...você de fome não vai morrer [ROBERTO, 28/04/10].

E, também, a observação de Eduardo: “Foi uma vida bastante sofrida, mas Deus deu jeito e a gente venceu”.

Após realizar as entrevistas, os pesquisadores chegaram a pensar que havia um determinismo econômico latente nas falas dos entrevistados, visto que por vezes relataram mudanças nos hábitos e nas atividades produtivas, motivados pela necessidade de incrementar a renda familiar, ou simplesmente garantir o sustento. No entanto, agora, o que salta aos olhos é justamente o fato de que o vínculo com a terra, com o local onde nasceram ou passaram a maior parte da vida e com o modo de vida rural adquire uma importância muito maior, a ponto de fazer com que a “vida sofrida” na lida do campo seja ao mesmo tempo martírio e dádiva.

Ficou evidente na fala de Chico, por exemplo, o conhecimento acerca das formas de manejo adequado do solo, dos prejuízos em longo prazo com o uso de fertilizantes e até a crítica ao fato de que o desejo de se ganhar cada vez mais dinheiro com a produção no campo induziu muita gente ao erro em diferentes períodos. Inclusive ele mesmo, que conta ter tido um grande prejuízo. Aliás, esta grande perda foi um dos motivos que o levaram a seguir a sugestão de um amigo e buscar trabalho na cidade, o que ele considerou um erro, segundo o relato emocionado:

Foi a pior coisa que eu fiz na minha vida, sabe, me arrependo até hoje. E aí fui pra Carambeí trabalhar de empregado na Batavo, na antiga Batavo. Não cheguei a ficar um ano, dez meses e pouco lá e não

aguentei mais, pedi a conta e voltei embora pro sítio [CHICO, 13/01/10].

Esse sentimento de bem-estar e até de liberdade propiciada pela vida no campo faz com que até mesmo possíveis situações de risco socioambiental e dificuldades de natureza diversa sejam relevados. Veja o caso de Roberto, além de manter uma plantação de eucalipto na propriedade que possui próximo ao rio, trabalha durante a semana como vigia noturno no colégio, em um distrito do município de Ortigueira. Mesmo sendo essa segunda atividade desenvolvida em uma localidade rural, ele alega que quando nas horas de distração e de lazer, o que importa mesmo é estar perto do rio:

(...) tem suas vantagens (estar na propriedade que fica mais afastada), a renda (neste caso oriunda da plantação de eucalipto), qualquer roupa que você veste é tranquilo, normal né (...) eu no caso que gosto de beira de rio, pra de vez em quando pescar, essas coisas...[ROBERTO, 28/04/10]

A realidade com o qual se deparam diariamente os pequenos produtores rurais que vivem na área de influência da Usina Mauá faz com que elejam como principal desafio manter a sustentabilidade de suas próprias vidas e da família. Ao mesmo tempo em que valorizam o local onde nasceram e construíram sua vida, inclusive demonstrando preocupação com a degradação ambiental, apontam para a necessidade de garantir uma fonte segura de renda, como se vê na fala de Chico:

Eu acho que é o tema principal a ser passado pra população daqui em diante, conciliar lucro e preservação né, porque a maioria das pessoas não preserva visando o lucro e faz as coisas erradas. Então, eu acho que é interessante prevenir, mas o povo precisa de orientação, né. Eu mesmo que...a gente anda mais, conversa mais, e não sabe muito ainda né, não sabe muito...tem coisa que tem que preservar, mas por exemplo, se eu tenho um sítio pequeno, tem que deixar 20% de reserva legal, aí de repente – não o meu caso que eu jamais vou fazer isso – mas muita gente tem lá uma cabeceirinha d'água, deveria ficar e deixar ela né, mas aí ele pensa: 'meu pasto é pouco, eu vou plantar

até lá...', então, precisa de orientação. Ou, sei lá, o cara vai mudar de atividade, dependendo da região, mudar de atividade pra poder preservar mais...mas, aí eu acho que precisa de apoio né, não só ensinar, mas mudar de atividade, abrir algum crédito, financiamento [CHICO, 13/01/10].

Estas observações foram feitas quando se tratava de perspectivas de futuro, projetos para a nova etapa que teria início com o reassentamento.

2 MEIO AMBIENTE E SAÚDE

Ulrich Beck argumenta que “a fome é hierárquica, a poluição é democrática” (BECK citado por HANNIGAN, 2009, p. 44), no entanto, não é possível identificar evidência dessa natureza de distinção nos relatos de vida registrados para esta pesquisa. Ao contrário, os relatos apontam justamente para o fato de que as condições de vida daquelas famílias e a situação de isolamento a que estavam submetidas colocaram-nas em uma situação muito desfavorável e de maior fragilidade em relação àquelas que vivem em áreas urbanas, ou em localidades rurais com maior acesso à infraestrutura social básica.

Para demonstrar a insuficiência desse enunciado universalizante perante o contexto aqui estudado, destaca-se, por exemplo, o fato de que os entrevistados identificam como fonte poluidora do rio Tibagi os núcleos urbanos, mais especificamente o município de Telêmaco Borba, a indústria papeleira, portos de areia instalados às margens do rio etc. É evidente que a poluição, ou a perda de qualidade da água do rio, afeta indiretamente toda a população da bacia. Contudo, os relatos de vida do público pesquisado demonstram que o impacto sobre eles pode ter efeitos mais destrutivos. Primeiramente, eles não são atendidos pela rede de abastecimento público de água. Suas fontes de abastecimento geralmente são minas, nascentes ou poços que nem sempre passam por um controle de qualidade.

Além disso, as atividades de lazer relatadas apontam para um relacionamento estreito com o rio – foi lá que eles brincaram desde a infância e ainda hoje descansam, passam tempo com pessoas queridas. O rio

também é fonte de alimento para as famílias que pescam por lazer e para incrementar as refeições da família. Segundo Caetano, “Os (peixes) que tão vivo não têm perigo”. Interessante este critério de controle de qualidade, ou de segurança no consumo, estabelecido por ele. Essa constatação de se o peixe está vivo ele está bom para consumo está relacionada à experiência marcante de ver as margens do rio repletas de peixes mortos:

Nessa época eu tinha na base de seis, sete anos... Agora eu tô com 38 anos... aqui a gente ficava acoiado de peixe morto, que a Klabin matava... Agora você vê os veneno que essa Klabin soltava no rio, e isso não foi uma nem duas vez, foi muitas vez... Tanto faz peixe grande, peixe miúdo, aquilo chegava a catingar... Daí, numa época pra cá deu uma cortada... mas, que nem, esse carvão mesmo que ela lavava no Tibagi já era venenão, né [CAETANO, 09/12/09].

Esse acontecimento foi marcante para os habitantes da região, tanto que veio à tona também na história contada por Chico:

(...) antes, na época do meu pai e do vô, eles pescavam de tudo né, tinha peixe muito grande, e tal. Então, nessa época, eu tinha oito anos, lembro que teve um envenenamento desse rio e chegou a ter lugar que - se você tiver a oportunidade de ir lá eu mostro onde que é o lugar - que a gente tinha que, pra chegar lá na margem, tinha que ir abrindo os peixe pra canoa passar, que tava juntando urubu lá né, de tanto peixe morto. Via surubim quase do tamanho de um homem, morto assim, muito curimba de dez, doze quilo morto...hoje o maior curimba que você vai pegar é de quatro quilo naquela região...e outros peixes, a mesma coisa [CHICO, 13/01/10].

Ainda em relação ao uso do rio, chamou a atenção o relato de uma das entrevistadas que há pouco tempo ainda lavava as roupas da família em uma laje na margem do Tibagi. Todas essas práticas enraizadas no cotidiano daquelas pessoas são diretamente impactadas por uma eventual contaminação do rio. Sendo assim, não é possível afirmar que a poluição é democrática à medida que uma pessoa de

classe média que viva em um núcleo urbano qualquer da bacia hidrográfica certamente não sofrerá esses impactos com a mesma intensidade.

A proximidade física e emocional com o rio expõe as populações ribeirinhas a riscos associados a esse com maior frequência e maior intensidade. O fato dessas pessoas residirem na área rural de um município com um dos piores índices de desenvolvimento humano do Paraná, em localidades de difícil acesso – no período em que realizava as entrevistas para esta pesquisa em ainda outras implicações.

Um dos casais só participou da pesquisa porque um empregado do Consórcio Cruzeiro do Sul foi buscá-lo em casa com uma camionete com tração nas quatro rodas. Era período de chuvas e o acesso à propriedade acontecia somente com esse tipo de veículo (que também corria risco de não passar) ou pelo rio, de barco. E se alguém adoecer nessa família? O que acontece? O questionamento surgiu em uma das falas de Roberto:

O que é difícil é o acesso né. Se tiver chovendo, pra você sair de lá. Deus o livre uma doença qualquer, uma coisa, é complicado né, por causa da estrada...eu acho que risco, essas coisas, você corre em qualquer lugar, né [ROBERTO, 28/04/10].

Um dos momentos mais complicados desta pesquisa foi quando um casal falava sobre suas práticas religiosas. Em meio à história sobre as longas caminhadas semanais para chegar à igreja, com os filhos pequenos a tiracolo, eles relembram a morte de uma das crianças, que caiu do lombo do cavalo e não teve acesso a atendimento médico. Essa é a realidade de quem vive naquelas condições e expostas a riscos socioambientais diversos que não se mostram nada democráticos.

Essa dificuldade de acesso a serviços de saúde tem ainda outras implicações importantes para se pensar o contexto socioambiental local. A falta de atendimento médico obrigou aquelas pessoas a buscar nas matas soluções para os problemas. Uma série de ervas encontradas na região foram apontadas pelos entrevistados como tendo poder curativo para diferentes males. Esse conhecimento adquirido na prática, a partir

de uma necessidade evidente, é compartilhado entre as famílias e passado de geração para geração.

Durante a conversa com Gilberto, ele explicou: “No mato tem tanto tipo de chá, cada um é cada um, você sabe que tudo remédio da farmácia é tirado do mato, só que hoje tem química”. E não demorou para citar algumas receitas. E não era só a busca de remédios naturais que marcava a luta pela sobrevivência. Ele contou também que teve que fazer o parto de três filhos. O que aconteceu? Hoje “tão faceiro, tudo já tem filho...”. Qual a saída? “Ortigueira não tinha médica, tinha em Telêmaco (Borba) e Telêmaco era difícil”.

Outro caso para se pensar essa questão do alcance de riscos ambientais é o uso indiscriminado de defensivos agrícolas. Como já comentado anteriormente, o desejo de incrementar a renda obtida da terra levou muitos pequenos produtores a seguirem movimentos de mudança de culturas e técnicas agrícolas, sem que tivessem acesso, necessariamente, às informações e capacitação para lidar com elas.

Chico relatou a experiência dele com o uso de agrotóxicos:

E eu quase perdi a saúde com isso, na época do algodão (...) eu tive uma intoxicação aí com um produto aí que era de atar formiga do algodão e cheguei no hospital (...) fiquei com problema no fígado depois, fiquei com um problema sério no fígado na época, agora melhorei bastante (...) mas agora graças a Deus eu tô bom [CHICO, 13/01/10].

Questionado sobre a continuidade do uso desses defensivos agrícolas, ele rapidamente se posiciona:

Não. Não usa mais porque daí agora praticamente é só gado né, só pastagem, então é só limpar o pasto e tá pronto. Eu planto ainda, um pouco de milho, mas a gente tá usando mais enxada e o próprio animal. A gente paga gente por dia pra ajudar e limpa mais. Eu mesmo não posso mexer com veneno, então, eu mesmo parei já faz tempo, não uso mais [CHICO, 13/01/10].

A experiência vivida nos últimos anos permitiu que as famílias estabelecessem padrões considerados aceitáveis para o manejo da produção e formassem uma opinião a respeito das consequências do uso de defensivos agrícolas. Com o tempo, aquela promessa de maior produtividade com menor custo se transformou em uma fonte de problemas. Essa mudança na interpretação dos efeitos dos agrotóxicos nos remete às observações de Bruno Latour (2004, p. 48) a respeito de objetos com vínculos de risco – aqueles que a princípio pareciam “limpos”, ou livres de risco, mas que passam a ser reinterpretados a partir dos riscos calculáveis ou incalculáveis a eles associados.

Latour destaca que:

a sociedade do risco traz consigo objetos produzidos inicialmente como limpos, porém, escondem as incertezas da modernidade. Esses objetos limpos eram produzidos por pesquisadores, engenheiros, administradores empresários e técnicos, os quais inseriam-no no mercado e se retiravam do processo. Os objetos estariam sujeitos às nuances desse “universo diferente” (mercado) com seus “fatores sociais”, interferências políticas e “aspectos irracionais” (LATOURE, 2004, citado por BRAGA, 2008, p.19).

O casal Eduardo e Marília, apesar da idade avançada, afirma que ainda cuida da plantação usando métodos tradicionais. Ela assegura que só usa o chamado “veneno” na plantação de milho:

No milho ainda você faz porque é muita roça e ainda ele tá na casca e é posto outro tipo que é posto só pra limpa mesmo, pra produzir. Mas, lavoura mesmo é na enxada que nós manobramo (...). O feijão é muito procurado (...) por não levar veneno de nada, é outro sabor [MARÍLIA, 28/01/10].

Enquanto isso, Eduardo desenvolve a ideia sobre as consequências para a saúde de quem consome produtos com resíduos de agrotóxicos: “A ingestão do veneno que dá essas moléstia que a pessoa fica atacada por dentro, né.” – disse acreditar que o câncer é causado pela ingestão de veneno proveniente de alimentos. Marília cita ainda

o fato de que o uso de agrotóxicos em outras propriedades está afetando a produtividade em suas terras: “E tem os veneno que desce de plantação de soja, que desce para o rio e vai acumulando”. Segundo ela, isso vem prejudicando a plantação de batata, batata doce, couve...”tem que tá zelando”, conta.

Interessante perceber como a crítica em relação ao uso de agrotóxicos adquire um caráter moral, não no que diz respeito à importância da proteção ambiental, mas sim pela exaltação do trabalho braçal na lavoura, muito valorizado por aquelas pessoas, como se vê a avaliação de Rita a respeito foi a seguinte:

Tem gente que só quer veneno, veneno, veneno. Era só braçal o nosso, nós não usava veneno de jeito nenhum. Agora, os outros lá é só veneno. Aí é onde o mato cresce, esse tipo de coisa né, por causa que o veneno ele matô o capim, o mole né, mas o resto não. E vai no veneno, ninguém faz nada [RITA, 28/01/10].

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando-se em conta a proposta inicial deste trabalho – identificar elementos para subsidiar ações de educação socioambiental a partir de histórias de vida de pessoas que tiveram o cotidiano afetado pela instalação de uma usina hidrelétrica – é possível afirmar que o método utilizado superou as expectativas à medida que trouxe à tona uma vasta gama de representações contextualizadas pelo relato do que foi mais significativo na vida daquelas pessoas. Ou seja, a história oral de vida pode ser considerada uma ferramenta importante para o planejamento na área de educação socioambiental em determinadas localidades.

Como já observado anteriormente, a relação que o público pesquisado mantém com o ambiente natural é muito singular, aprenderam ainda crianças a retirar o sustento da terra e a vida naquele local foi determinante para a construção de suas identidades. Contudo, por mais que reconheçam a importância da conservação ambiental, a situação de fragilidade social a que estavam submetidos fez com que elegessem como prioridade a sobrevivência

e a luta por uma vida caracterizada como “digna”.

Além disso, foi possível perceber com mais clareza as expectativas daquelas pessoas em relação aos impactos positivos e negativos geradas pela instalação da Usina Hidrelétrica Mauá em suas vidas. Apesar da mudança ter sido compulsória e inesperada, ter causado angústia e ansiedade em alguns casos, a esperança acesa com a oportunidade de melhoria de vida a partir do reassentamento foi o foco dos apontamentos.

A pesquisa demonstrou também que investir em propostas alternativas de aproximação pode fazer emergir conteúdos muito ricos a serem trabalhados em projetos de sensibilização ou educação socioambiental. E, isso se contrapõe à visão de que basta propor às famílias roteiros com hábitos que devem ser levados adiante para que se enquadrem em um padrão de comportamento considerado “ambientalmente correto”.

Outro elemento a destacar é que o estudo apontou para a existência de uma disposição por parte do grupo pesquisado em problematizar questões econômicas, sociais e ambientais que dizem respeito à realidade onde estão inseridos. Considerando que o público pesquisado deve ser reassentado em áreas próximas à Usina Hidrelétrica Mauá e deverão receber acompanhamento e assistência técnica do Consórcio empreendedor por cinco anos, é válido considerar que eles podem contribuir para a gestão ambiental adequada do reservatório caso sejam envolvidos em projetos dessa natureza.

Os discursos também evidenciaram práticas cotidianas já existentes de educação ambiental e, também, de conhecimento sobre algumas limitações impostas pela legislação sobre meio ambiente. A maior parte das observações dos pesquisados indica a ocorrência de práticas de educação informal, especialmente no que diz respeito ao conhecimento adquirido em âmbito familiar, bem como abordagens compartilhadas com vizinhos.

Como ponto de partida para a formulação de um universo temático a ser trabalhado em projetos socioeducativos, a pesquisa e a metodologia experimentadas também foram satisfatórias. Para encerrar,

destaca-se que as teorias mencionadas neste trabalho auxiliaram na compreensão de alguns processos sociais, econômicos e ambientais observados em campo, porém, elas não foram suficientes para abarcar a complexidade da realidade pesquisada. Este é mais um estímulo para a realização de outros estudos que ampliem o conhecimento

sobre a população local e, também, sobre outras comunidades influenciadas pela construção de usinas hidrelétricas no Brasil, já que há exigência de realização de ações de educação como requisito para licenciamento ambiental de projetos dessa natureza.

REFERÊNCIAS

- BRAGA, P.C. **Turismo rural, educação ambiental e risco**: um estudo da percepção dos riscos ambientais com os empreendedores de turismo rural na bacia do Rio Verde. 2008. 68 p. Monografia (Especialização em Educação, Meio Ambiente e Desenvolvimento), Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.
- CRUZ, A. S. L. da. **Histórias de vida e educação ambiental**: experiências com famílias atendidas pela instalação da Usina Hidrelétrica Mauá-PR. 58 f. Monografia (Especialização em Educação, Meio Ambiente e Desenvolvimento), Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- HANNIGAN, J. **Sociologia ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- LACTEC. **Projeto Básico Ambiental**. Usina Hidrelétrica Mauá. Curitiba, 2009.
- LATOUR, B. **Políticas da natureza**: Como fazer ciência na democracia. Bauru: Edusc, 2004, p 38-43.
- LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura**: a territorialização da racionalidade ambiental. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- MINAYO, M. C. S. & SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? **Cad. Saúde Públ.**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul/sep, 1993.
- SALLAS, A. L. F. **Implantação do Programa de Salvamento do Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico referente ao Programa Básico Ambiental da Usina Hidrelétrica Mauá**. Plano de Trabalho. Curitiba, Paraná, 2009.
- YCHIKAWA, E.; SANTOS, L. W. dos. Contribuições da história oral à pesquisa organizacional. In: GODOY, C. K.; BANDEIRA-DE-MELO, R.; SILVA, A. B. da. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais**. Paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 181-205

Recebido em 15/10/2011
Aprovado em 27/10/2011

DEMOCRATIZAÇÃO SUPRANACIONAL?

O CASO DO MERCOSUL

Fabricio Pereira da Silva*

17

Resumo

O objetivo do artigo é debater possibilidades e limites de uma democratização do Mercosul. Na medida em que começaram a surgir no interior das sociedades que o integram críticas a seu caráter inicial eminentemente mercantil, bem como tentativas de sua refundação enquanto um “Mercosul social e participativo”, foram propostas ideias, instrumentos e instituições que visam reduzir o chamado “déficit democrático” do referido organismo. O interesse maior do artigo é propor referenciais teóricos para uma abordagem do fenômeno. No entanto, ao longo do trabalho introduzo estudos de caso de duas instituições pensadas como instâncias de democratização do organismo: o Parlamento do Mercosul (Parlasul) e as Cúpulas Sociais do Mercosul (CSM).

Palavras-chave: Mercosul, integração, democratização.

Resumen

El objetivo del artículo es debatir posibilidades y límites de una democratización del Mercosur. Mientras empezaron a surgir en las sociedades que lo integran críticas a su carácter inicial eminentemente mercantil, bien como propuestas de su refundación bajo la forma de un “Mercosur social y participativo”, fueron lanzadas ideas, instrumentos e instituciones que proponen reducir el llamado “déficit democrático” de la referida organización. La intención principal del artículo es proponer referenciales teóricos para un abordaje del fenómeno. Sin embargo, al largo del trabajo introduzco estudios de caso de dos instituciones planeadas como instancias de democratización del órgano internacional: el Parlamento del Mercosur (Parlasur) y las Cumbres Sociales del Mercosur (CSM).

Palabras-clave: Mercosur, integración, democratización

*Doutor em Ciência Política – UFRJ. Professor Adjunto de Ciência Política e Sociologia da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). E-mail: fabricio.pereira@unila.edu.br

Introdução

O objetivo desse trabalho é analisar criticamente os ensaios de reformas apontando na direção de uma democratização do Mercado Comum do Sul (Mercosul), no momento em que o Tratado de Assunção que oficialmente o instituiu completa vinte anos. Na medida em que começaram a se manifestar no interior dos países que o integram² críticas quanto a sua estruturação eminentemente intergovernamental e à sua ênfase mercantil manifestada nos anos 1990 (no auge da imposição do ideário neoliberal na América Latina), bem como propostas de sua refundação enquanto um chamado “Mercosul social e participativo”, surgiram iniciativas e protoinstituições que visam reduzir o dito “déficit democrático”³ do referido organismo regional. Entre elas, analiso nestas páginas o Parlamento do Mercosul (Parlasul) e as Cúpulas Sociais do Mercosul (CSM), como possíveis instâncias de desenvolvimento de uma democracia supranacional na região, respectivamente representativa e participativa – o que exigiria a caminhada do próprio bloco desde sua organização “intergovernamental” na direção de uma efetiva “supranacionalidade”.

Questões de fundo vão nortear a reflexão: até que ponto os organismos e fóruns desenvolvidos até aqui podem realmente introduzir alguma democratização no Mercosul? É viável redefinir as bases e intenções de um organismo internacional, especialmente um com tantas assimetrias? Tais perguntas não serão definitivamente respondidas ao final desse trabalho, mas servirão de parâmetros para avaliar a

situação do organismo quanto à permeabilidade a suas sociedades, seja enquanto sociedade civil organizada ou cidadania difusa. O trabalho parte de um pressuposto teórico básico: a integração somente será efetiva com a participação e o envolvimento das amplas massas constituintes das nacionalidades que são objeto dos diferentes processos de integração em gestação no continente. O referido envolvimento potencialmente permitiria uma integração mais justa, fazendo convergir interesses complexos, plurais e diversas vezes assimétricos, incrementando a legitimidade (ainda que possivelmente em detrimento de alguma governabilidade). Além disso, simbolicamente propiciaria a gestação de novas identidades “mistas” de caráter supranacional – sem necessariamente implicar no desaparecimento de identidades nacionais, doravante transformadas.

A seguir faço um breve histórico e uma análise crítica do Parlasul e das CSM, enquanto instâncias de interação democrática entre as instituições mercosulinas e as cidadanias de seus Estados partes. A primeira instituição constituiria uma expansão para a arena regional da ideia do parlamento enquanto instância por excelência da representação democrática nos Estados nacionais. No entanto, se trataria de uma expansão ainda deficitária, devido às dificuldades na realização das eleições diretas de seus integrantes e na definição de sua proporcionalidade (derivando inclusive em paralisia e esvaziamento de suas atividades). Já a segunda instituição introduziria uma forma de participação (mais orgânica, ampliada, e mais afastada do ideário liberal de democracia), a partir da sociedade civil organizada. Mas as CSM deveriam ser tratadas como um mecanismo restrito de participação, porque são controladas pelos Estados partes, limitadas a certos temas e fóruns, e nelas não se considera a participação da cidadania difusa ou não organizada. Ademais, ambas as instituições analisadas poderiam ser consideradas “potenciais” em termos de sua efetiva capacidade de democratização do Mercosul, na medida em que apresentam até o momento um caráter apenas consultivo.

² Seus Estados partes são desde o principio Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. A Venezuela segue buscando desde 2007 sua aceitação enquanto membro pleno do bloco – faltando para isso a aprovação do Congresso do Paraguai. Por fim, constituem Estados associados (membros observadores) Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru.

³ Essa discussão, como muitas outras relacionadas aos processos de integração latino-americanos, derivam de debates iniciados no contexto da integração europeia. No caso, discussões acerca de um “déficit democrático” na União Europeia.

Virtudes e limitações de dois instrumentos de expansão democrática

Os primeiros anos da trajetória do Mercosul foram marcados pela ênfase comercial, o que se relaciona com o auge das políticas neoliberais nos anos 1990 vivenciado em seus Estados partes e na América Latina de maneira geral. O que havia sido pensado nos anos 1980 (inicialmente por Argentina e Brasil) com mais conteúdo político-estrutural – apoio para consolidar processos de redemocratização, contornar o quase nulo crescimento econômico da “década perdida” e superar desconfiças históricas – se encheu, quando efetivamente materializado nos anos 1990, de forte conteúdo mercantil⁴. Isso derivou na prática na constituição de uma união aduaneira (ademais “imperfeita”, com diversas exceções tarifárias e dificuldades de todo tipo para a circulação humana) e na ampliação das trocas comerciais entre países do bloco, convivendo com acordos comerciais entre seus integrantes e parceiros externos. Isso se convencionou chamar “regionalismo aberto”: “uma expressão contraditória, já que o primeiro termo sinaliza uma preferência pela região, e o segundo nega ou qualifica esta mesma orientação” (Soares de Lima, Coutinho, 2006, p. 1).

A partir do final dos anos 1990, o neoliberalismo deu seus primeiros sinais de esgotamento, manifestado, por exemplo, pelo abandono da âncora cambial e desvalorização do real no Brasil em 1999, ou pela crise política e econômica na Argentina em 2001 e 2002 – sem falar da

⁴ Mas não exclusivamente: deve-se tomar cuidado com as generalizações. Cabe lembrar episódios dos anos 1990 nos quais o Mercosul demonstrou conteúdo político. Por exemplo, o a aprovação do Protocolo de Ushuaia de 1998 que consolidou a cláusula democrática, segundo a qual seus Estados partes deveriam cumprir condições democráticas mínimas (liberais). A cláusula e a decidida intervenção do bloco provavelmente impediram uma saída antidemocrática para a crise política do Paraguai em 1999 (assassinato do vice-presidente Luis María Argaña e renúncia do presidente Raúl Cubas).

piora dos indicadores sociais na região. Nesse mesmo período, começaram a surgir críticas progressivamente mais enfáticas à natureza “comercialista” mercosulina, ao mesmo tempo em que (tanto por setores mais críticos de esquerda quanto por setores neoliberais extremados) circularam avaliações acerca de um “esgotamento” do bloco, bem como das “vantagens” em seu abandono.

O quadro começou a mudar com a ascensão de novos governos progressistas oriundos de setores de esquerda (no caso do Mercosul, de esquerda moderada⁵), mais ou menos críticos às propostas neoliberais, buscando retomar o crescimento em novas bases e investir com maior ênfase em políticas sociais. Tais governos propuseram igualmente uma mudança de ênfase em suas relações internacionais, buscando um aprofundamento das chamadas relações “Sul-Sul” e especialmente da integração continental, também em novas bases. Isso como não poderia deixar de ser se refletiu no Mercosul. Nele, a política assumiu maior espaço na agenda de discussões, com maior diálogo intergovernamental e setorial e intervenção conjunta na arena internacional; foram feitos esforços na direção de uma integração física e produtiva, com espaço para o tema da redução de assimetrias⁶; e foram ensaiados mecanismos de integração cidadã e incremento da participação social (Soares de Lima, Coutinho, 2006).

Bom exemplo da primeira característica citada são as reuniões de ministros e técnicos de diversas áreas (como desenvolvimento social, saúde e educação). Um exemplo do segundo é a implantação do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem), que propõe realizar obras infraestruturais principalmente nos

⁵ Para o processo de ascensão de forças de esquerda, constituição de governos progressistas na América Latina, bem como para uma análise das diferenças entre eles, conferir Pereira da Silva (2010).

⁶ Que os integrantes de um bloco sejam “sócios” e não “patrões” é uma “premissa crucial para que interdependências relativamente assimétricas possam beneficiar todos os parceiros envolvidos. Autorrestrição no plano regional, dos países mais fortes economicamente, é condição de viabilidade dos benefícios da integração física e produtiva” (Soares de Lima, Coutinho, 2006, p. 6).

sócios menores do bloco (Paraguai e Uruguai), majoritariamente financiadas pelos sócios maiores (Argentina e Brasil). Finalmente, exemplos do terceiro são a instituição do *Parlasul*⁷ e a realização das *CSM*⁸. Reconhecendo a mudança discursiva no bloco, bem como o efetivo surgimento de novas instituições e iniciativas, cabe avaliar até que ponto esses novos elementos levam a cabo as metas às quais se propõem. É a isso que me dedico nas próximas páginas em relação às iniciativas na direção do chamado “Mercosul social e participativo”.

O Parlasul

O antecedente direto do *Parlasul* é a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (CPC), criada já durante o processo de constituição do bloco em 1991. Seu caráter era eminentemente intergovernamental, já que era constituído de forma indireta por parlamentares eleitos para os parlamentos nacionais e indicados por estes para representá-los a nível regional; não havia proporcionalidade, tendo cada país o mesmo número de representantes; suas decisões eram tomadas por consenso, não por maioria; e não havia espaço para articulações ideológicas ou partidárias supranacionais (seus membros representavam seus parlamentos nacionais). Além disso, suas funções eram bem modestas, pois se dedicava basicamente a acelerar os trâmites das propostas mercosulinas nos parlamentos nacionais, e a buscar a harmonização das legislações nacionais.

⁷ Outro organismo importante de representação é o Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul (FCCR), órgão de representação indireta que visa a participação das unidades subnacionais dos países integrantes do bloco. Para uma análise de sua experiência até aqui, conferir Medeiros et. al. (2010).

⁸ Outro organismo importante de participação é o Foro Consultivo Econômico e Social (FCES), desenhado para a atuação de setores econômicos e sociais representativos dos países do bloco. Outro elemento nesse sentido é a participação de setores sociais em reuniões especializadas (subgrupos de trabalho, comissões e grupos *ad hoc*). Para uma descrição de ambos os mecanismos, conferir Vázquez (2007).

Apesar dessas limitações originais, desde 1991 já se manifestava oficialmente a ideia de que a CPC deveria ser o embrião de um futuro parlamento regional – que foi finalmente ratificado em 2005 e inaugurado em 2006. As funções do *Parlasul* já se mostraram desde o princípio mais complexas do que as de seu antecessor: observar e elaborar relatórios; requisitar informações; convidar e receber personalidades e realizar encontros; examinar e elaborar declarações e recomendações; propor estudos e projetos; celebrar convênios; manter relações com outras instituições; e desenvolver e fomentar ações e valores (Malamud, Sousa, 2007). Além disso, aspectos supranacionais vêm sendo introduzidos: ele se pautará pelo princípio da proporcionalidade (moderada)⁹; suas decisões serão tomadas com base na constituição de maiorias, não mais por consenso; os parlamentares se organizarão por correntes de ideias e grupos políticos, permitindo as articulações supranacionais; e seus membros serão eleitos diretamente¹⁰, representando assim toda a cidadania

⁹ A partir de 2011, o número de parlamentares por país deveria ser de 75 para o Brasil, 43 para a Argentina e 18 para Uruguai e Paraguai. Isso constituiria uma proporcionalidade ainda imperfeita (ou moderada), na medida em que sub-representa as populações dos sócios maiores e sobrerrepresenta as dos sócios menores. Mas já constituiria uma mudança significativa em relação aos atuais 18 parlamentares por país. Efetivamente, deve-se reconhecer que uma proporcionalidade mais correta nunca poderá ser atingida, pois significaria uma cristalização das grandes assimetrias do bloco. Mesmo a referida correlação, que deveria ser inaugurada em 2011, não foi bem aceita por Uruguai e Paraguai, tanto que foi adiada para 2015. Até lá, encontrou-se uma fórmula de transição: 37 mercoparlamentares para o Brasil, 26 para a Argentina e 18 para Uruguai e Paraguai. Além disso, cabe mencionar que podem participar do *Parlasul* representantes venezuelanos com direito a voz, mas não a voto – até que a entrada do país no bloco seja finalmente oficializada.

¹⁰ As eleições para mercoparlamentares deveriam ter sido realizadas até 2010 – quando se concluiria a primeira etapa de implantação do *Parlasul*. No entanto, somente o Paraguai realizou a eleição (em abril de 2008). O prazo agora é 2014 – nova data para o encerramento da referida primeira etapa.

mercosulina, e não seus países ou parlamentos nacionais. Tudo isso deveria ter ocorrido até 2010 (quando se encerraria a “primeira etapa” na constituição do organismo), mas o prazo agora passou a ser 2014, basicamente por dificuldades em definir o tamanho das bancadas de cada país e as regras para as eleições nacionais dos mercoparlamentares. Assim, na prática o Parlasul ainda não se afastou muito das características da CPC.

Pode-se sugerir que os parlamentos, além de constituírem um importante locus de democratização regional, cumprem um papel importante de legitimação nos processos de integração. Nesse sentido, a

integração não é suficiente em si mesma para declarar sua legitimidade, pelo contrário, são os atores políticos e sociais que através da participação nesses processos outorgam a legitimidade, pois é a crença popular o mais importante para alcançar este objetivo. Dessa maneira, os Parlamentos sempre são considerados uma expressão da vontade política dos povos, na qual o sufrágio universal constitui um veículo para materializar através dos partidos políticos esta representação popular (Cera, 2009, pp. 318-319).

No entanto, as capacidades de legislar, controlar outros órgãos e elaborar orçamentos do bloco ainda não estão entre as prerrogativas do Parlasul. O Parlasul poderia se tornar a princípio um espaço de debate de questões regionais, mas corre o risco de não ser mais que “uma tribuna, que pode ser gradualmente esvaziada se não ocorrer a diferenciação funcional necessária desta esfera política de outras, especializando-se e guiando-se em temas supranacionais de modo a justificar sua própria existência em médio prazo” (Coutinho, 2009, p. 214). Sintomaticamente, com as dificuldades para definir as regras das eleições diretas e o tamanho das bancadas, produziu-se certo esvaziamento do Parlasul nos últimos tempos, agravado por sua paralisia ao longo de 2011¹¹.

¹¹ Primeiramente, houve demora por parte do Congresso brasileiro em definir as regras para a escolha de seus novos representantes no Parlasul. Na sequência, passou a discutir-se uma

CSM

Além do parlamento, símbolo por excelência da representação popular nos Estados nacionais, outros mecanismos podem ser desenvolvidos em processos de integração para legitimá-los através do engajamento popular e da “crença” em sua positividade, no sentido de promover a participação de setores sociais e políticos organizados ou da cidadania difusa. Sugiro que, assim como em nível nacional, no supranacional a democracia representativa é insuficiente, podendo-se pensar (sem excluí-la) na introdução de espaços participativos, em direção a uma democracia participativa supranacional. Devem-se evitar visões que consideram existir uma contradição entre representação e participação, vistas às vezes como polos excludentes. É possível entender a democracia como uma pluralidade de formas de expressão que permite diversas combinações e estruturas, mediante participação direta ou a partir de representantes, numa expressão de demodiversidade (Santos, Avritzer, 2003) que deve ser estendida de alguma forma aos espaços decisórios supranacionais.

No Mercosul, como dito, um bom exemplo no sentido da participação seriam as CSM. Seu surgimento se relaciona com o incremento de demandas entre setores da sociedade civil e mesmo funcionários e lideranças ligadas aos novos governos progressistas no sentido da participação cidadã no bloco. Significativamente, os presidentes Néstor Kirchner e Luiz Inácio Lula da Silva então no princípio de seus governos declararam no que ficou conhecido como “Consenso de Buenos Aires” (considerado um marco na mudança de ênfase oficial em direção a um “Mercosul social e participativo”) que iriam “impulsionar decididamente no processo de integração regional a participação ativa da sociedade civil” (apud Vázquez, 2007, p. 146).

A origem das CSM remonta à iniciativa Somos Mercosul, lançada pela

reforma do Regulamento Interno do organismo que garanta o espaço de atuação das bancadas paraguaia e uruguaia dentro do novo quadro de proporcionalidade atenuada.

presidência *pro tempore* uruguaia em 2005 e ampliada pela argentina em 2006, com o intuito de desenvolver e aprofundar uma cidadania mercosulina. Nesse sentido, estabeleceram-se em cada país do bloco espaços de diálogo entre a sociedade civil organizada e os Estados em torno das temáticas mercosulinas (ainda em atividade), e realizou-se em julho de 2006 o I Encontro por um Mercosul Social e Produtivo. A iniciativa foi mantida pela presidência *pro tempore* seguinte, a brasileira, dessa vez já no formato de Cúpula Social. Desde então, realizam-se CSM a cada semestre, sempre ao final das presidências *pro tempore* rotativas, e em paralelo com a Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul.

É inegável que as CSM (bem como o projeto Somos Mercosul) constituem uma abertura oficial da burocracia e da institucionalidade do bloco aos anseios de participação social. Ao mesmo tempo, não se trata apenas de iniciativa de novas elites políticas dos Estados partes, mas também de uma resposta a mobilizações societárias (não da cidadania difusa, mas especialmente de algumas centrais sindicais e ONG's) que buscavam interferir nos assuntos e decisões do bloco. No entanto, para avançar com a análise, é importante apontar também as insuficiências dessas iniciativas. Primeiramente, as CSM delimitam o espaço participativo no Mercosul a momentos previamente definidos, aos quais a cidadania organizada é convidada a assistir. Nesse sentido, a iniciativa por vezes pertence a organismos dos Estados partes, que podem definir quem vai assistir aos encontros, quais temas serão debatidos e com que intensidade – dependendo dos organizadores de cada evento a maior ou menor permeabilidade a iniciativas autônomas. Adicionalmente, as CSM (em parte isso se aplica também ao Somos Mercosul) promovem a participação da cidadania organizada, não da difusa. Trata-se de uma “concepção restritiva para a participação direta, entendida apenas como uma somatória de organizações, reconhecidas na dimensão nacional e consideradas com representatividade neste

âmbito”¹² (Costa Lima, 2011, p. 252). Isso restringiria a possibilidade de desenvolvimento de uma cidadania mercosulina supranacional, na medida em que os temas e iniciativas do bloco seguem fora do alcance das maiorias das sociedades que dele fazem parte.

Por essas insuficiências, sugiro que as CSM deveriam ser consideradas até o momento como um mecanismo de participação “restrita”. Ademais, “potencial”, na medida em que promove a deliberação e interação, mas possui caráter consultivo: é provável que indiretamente influencie as decisões do bloco (isso deverá ser avaliado em pesquisas futuras), mas oficialmente não é mais que um fórum de debates – no que se aproxima das características até aqui apresentadas pelo Parlasul. No entanto, se há saída para essa situação, ela passa pela mobilização da cidadania dos países integrantes do bloco para além das fronteiras nacionais. Isso em certo sentido já se dá:

A amplitude temática, a densidade das redes e organizações sociais na região que têm participado das questões referentes ao Mercosul superam os diversos espaços institucionais e mecanismos previstos (...), uma dinâmica regional que não se reflete na estrutura e metodologia do bloco (...), [o que gera] obstáculos importantes quanto à sua capacidade de influir nos destinos do bloco. É nesse sentido que análises têm sido produzidas propondo uma “reengenharia institucional e metodológica” para produzir mais transparência e inclusão de novos sujeitos na direção da ampliação e qualificação da democratização do bloco (Costa Lima, 2011, p. 257).

Considerações finais

O Mercosul foi caracterizado desde o princípio como órgão interestatal – mas mais ainda “intergovernamental”, pois dependeu muitas vezes das relações entre os governos e especificamente dos presidentes para sua constituição e progresso. Esse caráter do bloco se explicaria por uma gama

¹² Observação que serve para os outros espaços participativos do bloco, como as reuniões especializadas e o FCES.

de fatores. Entre os principais, a já referida transferência das características (hiper)presidencialistas dos sistemas políticos latino-americanos para o plano regional; a atuação dos EUA, acenando com propostas de livre comércio¹³; as históricas rivalidades entre os constituintes do bloco; as dificuldades em aprofundar uma integração a partir de parceiros tão assimétricos, derivando em desconfiças, ingerências e bloqueios. Nesse sentido, o bloco não instituiu espaços decisórios supranacionais (muito menos algo que se possa chamar propriamente de “identidade mercosulina”), na medida em que todas as decisões do bloco são tomadas por consenso entre os governos e eventualmente devem ser ratificadas pelos parlamentos nacionais, representantes da cidadania nacional. Além disso, os organismos do bloco são constituídos até aqui de forma indireta, por representantes e funcionários dos governos nacionais ou indicados por eles¹⁴. Ou seja,

¹³ Primeiro regional, através do Acordo de Livre Comércio das Américas (ALCA); e posteriormente bilaterais, através de Tratados de Livre Comércio (TLC's).

¹⁴ Isso não quer dizer que essas elites políticas dos Estados partes tenham autonomia decisória, e que o processo de integração constitua uma sequência de reuniões de chefes de Estado e funcionários. Falero (2006) aponta isso como uma das “teses equivocadas” sobre a integração regional na América Latina. O autor sugere que as iniciativas governamentais se relacionam com alianças nacionais entre os setores políticos hegemônicos e as elites econômicas. Reconhecendo a importância de uma análise nessa direção, destacaria também (para não ser tão pessimista) a possibilidade de alianças do mesmo tipo tendo como atores setores progressistas da sociedade civil, e a existência de pressões por parte da cidadania organizada no sentido de maior participação e permeabilidade no sistema mercosulino. Se efetivamente os projetos e processos de integração respondem a interesses econômicos dominantes, também podem se adequar minimamente às pressões populares. Nesse sentido, os projetos internacionais são complexos e abertos, não cabendo afirmações tão extremadas e definitivas quanto a formulada por Katz (2006) de que o Mercosul seria “um instrumento das classes capitalistas da América do Sul para expandir sua gravitação econômica, seu peso político e sua influência social” (p. 61), e assim sendo, uma “alternativa de integração favorável aos interesses populares requer conceber outro modelo de convergência zonal” (p. 63).

não se constituiu até aqui nenhum órgão decisório efetivo independente e acima dos Estados nacionais e da cidadania nacional que lhe extraísse soberania, nem mesmo em assuntos de interesse de todas as partes constituintes do acordo.

Esse caráter do bloco levou alguns analistas a afirmar que não faria sentido falar em déficit democrático num contexto em que os órgãos e espaços de deliberação mercosulinos não possuem capacidade decisória efetiva, e em que as decisões de caráter regional seguem sendo tomadas pelos canais normais da institucionalidade nacional (constituindo dessa forma uma *accountability* indireta). Se houvesse algo como um déficit democrático no Mercosul, ele não passaria pela perda de soberania nacional, mas pelo “interpresidencialismo” do bloco, pela inexistência de *accountability* horizontal, ou seja, pela pouca capacidade dos parlamentos nacionais em fiscalizar e participar de suas decisões. Nesse sentido, ele passaria por uma regionalização de insuficiências democráticas já presentes nos sistemas nacionais, marcados pelo “hiperpresidencialismo” (Paikin, 2006; Álvarez, 2008)¹⁵.

Enquanto isso, outros analistas argumentam que haveria sim um déficit democrático no bloco, que passaria por: um déficit de rendição de contas, dada a dificuldade em identificar como são tomadas as decisões e quem deve ser responsabilizado por elas; um déficit de transparência, na medida em que não há publicidade de certas deliberações e decisões importantes; e uma carência de visão regional, derivada do próprio desenho intergovernamental, que faz do bloco uma articulação de projetos nacionais (Vázquez, 2007). Por fim, outros autores chegam até

¹⁵ Aliás, o tema da transferência das lógicas da realidade política dos Estados partes para o âmbito regional é recorrente nos estudos sobre o tema, sugerindo que os parlamentos regionais latino-americanos tenderiam a ter menos relevância que o Parlamento Europeu, assim como os parlamentos nacionais latino-americanos demonstram menos relevância que seus homólogos europeus (por exemplo, conferir Malamud, Sousa, 2007; Dri, 2009). Dri sugere que uma forma do Parlasul se contrapor a essa tendência seria ampliar sua representatividade através do aprofundamento de seus contatos com os atores sociais.

mesmo a considerar um “eufemismo” a utilização do conceito de déficit democrático nesse caso:

O Mercosul não se pensou nem se fundou como organização democrática e (...) objetivos iniciais são neutralizados ou desgastados em extensos e complexos processos dentro da engenharia institucional criada. A ausência de mecanismos de representação, mais ainda de participação, adverte o frequente eufemismo com que se trata a temática: “déficit democrático”. Mais bem se trata da absoluta oclusão da democracia, uma natural consequência de um formato de integração dado e não um simples vazio ainda não contemplado que o trajeto deixou a descoberto (Falero, 2006, p. 330).

Quer se possa falar em déficit democrático em instituições intergovernamentais ou não, com a proposição a partir da última década pelos novos governos progressistas de um Mercosul mais infraestrutural, social, político e participativo, vêm sendo introduzidos alguns elementos que potencialmente poderiam caminhar na direção de uma supranacionalidade (ainda que os avanços do bloco continuem dependendo bastante das relações e encontros entre seus mandatários, em especial nas semestrais Cúpulas de Chefes de Estado do bloco). Um exemplo nesse sentido, como foi dito, é o Parlasul:

A inclusão de um parlamento será o fim do entramado intergovernamental puro do Mercosul para avançar para um sistema misto onde convivam elementos intergovernamentais com instituições supranacionais já que, de fato, toda lógica parlamentar implica um sistema de maiorias, e toda lógica de maiorias a nível regional implica num entramado supranacional (Paikin, 2006, p. 1).

Nesse sentido, passaria a fazer mais sentido falar em “déficit democrático” no bloco, na medida em que suas decisões vão se expandindo a novas áreas e assumindo novos conteúdos, mas esse processo passa apenas lateralmente pela decisão popular, e as instituições desenhadas para contemplá-la

não possuem poder efetivo. No Mercosul, o soberano (para remeter a termos “rousseauianos”) poderia atuar somente através da participação em determinados movimentos sociais previamente definidos de forma nem sempre transparente, ou da futura eleição de parlamentares regionais – no entanto, em ambos os casos influenciando em instâncias de caráter consultivo. Além disso, poderia intervir de forma ainda mais indireta, através da eleição de governantes e parlamentares nacionais, que posteriormente vão tomar decisões a nível regional que não foram necessariamente debatidas e definidas em eleições nacionais prévias.

Com tudo isso, quer o sistema mercosulino seja intergovernamental, supranacional ou uma manifestação de hibridismo entre os dois (e quer se utilize noções de “déficit democrático” ou não), urge ampliar sua permeabilidade – por meio da representação e da participação – aos que seriam potencialmente os principais interessados: os cidadãos argentinos, brasileiros, paraguaios e uruguaios (e futuramente venezuelanos?), que poderão eventualmente ser a base para a construção de uma nova identidade mercosulina não excludente em relação às demais. Ao que parece, nesse sentido nota-se até aqui uma “insuficiência das iniciativas institucionais da integração vis a vis a dinâmica e a amplitude das redes e organizações ativas na região (...). Cabe, portanto, frisar, a persistência de um padrão tradicional burocrático de gestão no conjunto da institucionalidade [do bloco]” (Sarti, 2011, p. 184).

A integração não constitui um valor em si, cabendo perguntar então qual integração interessa, e a que atores. Ela deverá ser defendida apenas se significar melhorias sociais para amplos setores das sociedades em tela, no seio de novos espaços supranacionais livres e democratizados¹⁶. Além disso, numa região

¹⁶ Obviamente não comparto aqui do pessimismo de Dahl (2001), que considera por sua parte um otimismo excessivo esperar que as exigências que ele considera essenciais a um sistema democrático “poliárquico” possam ser expandidas ao nível supranacional: instituições que proporcionassem participação, influência e controle; uma opinião pública interessada e informada; discussões públicas sustentadas pelas elites políticas

periférica como a América Latina, a integração passa também pela tentativa da região em sair desse lugar no mundo (Sarti, 2011). Nesse sentido, o caminho ainda é longo para que iniciativas como as de constituição do Parlasul e realização de CSM constituam o embrião da “construção de espaços sociais de desmercantilização e extensão de direitos civis, políticos e sociais” (Falero, 2006, p. 312), no sentido de uma integração alternativa e multidimensional. Se um organismo como o Mercosul possui a maleabilidade necessária para isso ou não, trata-se de um tema em aberto.

e comunicacionais; competição política em busca dos postos eletivos; controle sobre burocracias internacionais; equacionamento da representação entre os Estados maiores e mais poderosos e os menores e mais fracos; uma cultura política para sustentar a nova estrutura institucional, bem como uma identidade comum. A lista é exaustiva, e a enumeração das dificuldades em si mesma é o único argumento de Dahl para justificar a inviabilidade da democratização supranacional (o que constitui evidentemente um recurso retórico, não sustentado empiricamente).

Referências

ÁLVAREZ, María Victoria (2008). “El Parlamento del Mercosur: ¿hacia un proceso de integración más democrático?” *Temas y Debates*, n. 16.

CERA, Silvana Insignares (2009). “Las elecciones directas en el Parlamento Andino. Un camino para fortalecer su papel como institución promotora de la integración”. *Revista de Derecho*, n. 32.

COSTA LIMA, Marcos (2011). “Democratizar para integrar: os impasses e as possibilidades de participação social no Mercosul”. In: Cerqueira Filho, Gisálio (org.). *Sulamérica – comunidade imaginada – emancipação e integração*. Niterói: Editora da UFF.

COUTINHO, George Gomes (2009). “O Parlamento do Mercosul em sua primeira fase: uma análise preliminar da transnacionalização da política no Cone Sul”. *Ciências Sociais Unisinos*, v. 45, n. 3.

DAHL, Robert (2001). *Sobre a democracia*. Brasília: Editora da UnB.

DRI, Clarissa Franzoi (2009). “Funcionalidade parlamentar nas experiências europeia e andina: quais perspectivas para o Mercosul?” *Novos Estudos Jurídicos*, v. 14, n. 1.

FALERO, Alfredo (2006). “Diez tesis equivocadas sobre la integración regional en América Latina. Elementos desde las Ciencias Sociales para una perspectiva alternativa”. In: Vários autores, *Pensar a contracorrente II*. Havana: Instituto Cubano del Libro.

KATZ, Claudio (2006). *El rediseño de América Latina: ALCA, MERCOSUR y ALBA*. Buenos Aires: Luxemburg.

MALAMUD, Andrés, SOUSA, Luís de (2007). “Regional parliaments in Europe and Latin America: between empowerment and irrelevance”. In: Hoffmann, Andrea Ribeiro, Van der Vleuten, Anna (eds.). *Closing or Widening the gap? Legitimacy and democracy in regional international organizations*. Aldershot: Ashgate.

MEDEIROS, Marcelo et. al. (2010). “A questão da representação no Mercosul: os casos do Parlasul e do FCCR”. *Revista de Sociologia e Política*, v. 18, n. 37.

PAIKIN, Damián (2006). “Legitimidad, soberanía y democracia. Debates abordados en torno al Parlamento del Mercosur”. *XIV Jornadas de Jóvenes Investigadores de la AUGM*, Buenos Aires.

PEREIRA DA SILVA, Fabricio (2010). “Esquerdas latino-americanas: uma tipologia é possível?” *Oikos*, v. 9, n. 2.

SANTOS, Boaventura de Sousa, AVRITZER, Leonardo (2003). “Para ampliar o cânone democrático”. In: Santos, Boaventura de Sousa (org.). *Democratizar a democracia*. Porto: Afrontamento.

SARTI, Ingrid (2011). “A arquitetura política e os desafios da institucionalidade na integração sul-americana”. In: Cerqueira Filho, Gisálio (org.). *Sulamérica – comunidade imaginada – emancipação e integração*. Niterói: Editora da UFF.

SOARES DE LIMA, Maria Regina, COUTINHO, Marcelo (2006). “Integração moderna”. *Análise de Conjuntura OPISA*, n. 1.

VÁZQUEZ, Mariana (2007). “Los escenarios de participación social en el Mercosur”. *I Congreso Latinoamericano de Ciencias Sociales, 50 Años de FLACSO*, Quito.

Recebido em 08/10/2011

Aprovado em 18/10/2011

TERRITÓRIOS COMPLEXOS DA AGROECOLOGIA: inter-relações de fluxos agrícolas, sócio-econômicos e ambientais

Exzolvildres Queiroz Neto*

28

Resumo

Nos últimos anos surgiram propostas alternativas à corrente, predominante, do pensamento econômico instrumental. É neste cenário, ao mesmo tempo, de perspectivas e de inflexão que a agroecologia despontou como uma alternativa ao agronegócio ávido de insumos, capitais e terras. Neste artigo, faz-se uma análise crítica e reflexiva sobre a agroecologia, a ruralidade e o desenvolvimento no espaço rural, tendo o Brasil como palco destas complexas construções territoriais.

Palavras-chave: território, agroecologia, espaço rural.

Resumen

En los últimos años ha habido propuestas alternativas al actual instrumento, dominante del pensamiento económico. Sin embargo, en varios sectores de la actividad económica, las alternativas de estructura, supuestamente desde el punto de vista ecológico. En este contexto, al mismo tiempo, las perspectivas y la inflexión que la agroecología se ha convertido en una alternativa viable. En este artículo, se trata de un análisis reflexivo y crítico sobre la agroecología, la vida rural y el desarrollo en las zonas rurales, con Brasil como sede de estas construcciones territorial compleja.

Palabras-clave: territorio, la agroecología, las zonas rurales.

* Doutorando em Engenharia Agrícola pela UNICAMP. Professor da área de Desenvolvimento Rural na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). E-mail: queiroz.neto@unila.edu.br

Introdução

No enredar do século XXI a humanidade é conclamada a (re)pensar o modo de vida ocidental baseado em um consumo perdulário de recursos naturais a partir de uma perspectiva urbano-industrial. Encontramo-nos em um momento fundamental da história haja vista os avanços tecnológicos, o volume de conhecimento científico acumulado, em vários ramos das ciências, e a necessidade de refletir, globalmente, sobre um mundo fragmentado pelos interesses econômicos e geopolíticos. Temos a possibilidade de prever o nosso próprio ocaso, e comprovar a inviabilidade coletiva do *homo sapiens* no auge do seu desenvolvimento, ou vislumbrarmos a ação-reflexão de alternativas críticas e reconstrutivas da realidade. Nos últimos anos surgiram propostas alternativas à corrente, predominante, do pensamento econômico instrumental. Contudo, em vários setores da atividade econômica, alternativas são funcionalmente estruturadas a partir da perspectiva ecológica.

Na Primeira e na Segunda Revolução Industrial as atividades econômicas de maior crescimento foram aquelas que transformavam matérias-primas em produtos manufaturados; nos dias atuais, são aquelas que produzem serviços, idéias inovadoras, tecnologias, programas, novas formas de utilização de recursos naturais. Atitudes e valores mais positivos em relação ao ambiente seja em espaços urbanos ou rurais.

Entre as atividades econômicas as do setor agropecuário são as que mais dependem dos recursos naturais especialmente, do clima, dos solos, da água e do relevo. As outras atividades econômicas, praticamente, não possuem mais relação espacial imediatamente direta com os elementos naturais. Mesmo os recursos minerais e energéticos, necessários para uma atividade industrial ao contrário do que ocorre com a agropecuária, podem ser trazidos de áreas distantes e não dependem das condições naturais do lugar em que essa indústria se localiza. Daí a importância do desenvolvimento de tecnologias e manejos ambientalmente contextualizados na prática agrícola.

A atividade agropecuária pode ser analisada pela perspectiva da segurança alimentar e nutricional, geração de divisas para a economia nacional, passivos ambientais que perdurarão por gerações, haja vista, a perda de

solos e a poluição por agrotóxicos entre outros impactos. Mas a própria atividade agropecuária pode ser inserida em um contexto, isto é, fazer parte de uma realidade estruturada pelas nuances das ações, reflexões, manifestações culturais e organização social do uso e ocupação do solo e da terra. Portanto, ruralidades que se organizam em um contexto territorial. Para além de uma perspectiva setorial econômica.

É neste cenário, ao mesmo tempo, de perspectivas e de inflexão que a agroecologia despontou como uma alternativa ao agronegócio ávido de insumos, capitais e terras. Aflorou um espaço rural vívido de construções históricas; um trabalhar com o tempo e a natureza.

Neste texto buscaremos, a partir dos referenciais teóricos, uma análise crítica e reflexiva sobre a agroecologia, a ruralidade e o desenvolvimento sustentável no espaço rural tendo o Brasil como palco destas complexas construções territoriais.

Desenvolvimento, ambiente, agricultura e as possíveis transições

Elaborar propostas de uma alternativa à corrente predominante do desenvolvimento, focado na economia, é, antes, entender o próprio conceito de desenvolvimento a partir de uma perspectiva humanista. É uma arqueologia dos saberes no tempo e no espaço.

O termo desenvolvimento polariza o debate, se for possível um recorte de tempo, de forma acentuada a partir da 2ª Guerra. No caso da América Latina, nos anos de 1960, tomaram vulto o debate e as ações desenvolvimentistas, um tanto questionáveis, de planos autoritários e descontextualizados da realidade continental e brasileira especificamente.

Nestes termos, cabe uma questão essencial de Jaguaribe (1969): Como determinar a validade de uma programação econômica para uma sociedade? Entre as várias respostas, a mais profícua, seria a participação efetiva da sociedade na definição dos objetivos e na gestão das ações. Portanto, a validade econômica não deve anteceder o desenvolvimento. Mais que questões filosóficas o planejamento transcende as ideologias e o racionalismo instrumental, quando são prementes as carências sociais de parcela da

população rural brasileira e mesmo da população urbana.

Cresce, sem embargo, a importância de um equilíbrio sócio-espacial como contraponto à visão economicista do desenvolvimento. Há, na contemporaneidade, um esgotamento político e até mesmo ideológico do reducionismo econômico.

Veiga (2005), pondera acerca das constatações metodológicas ou mesmo filosóficas sobre o conceito de desenvolvimento. A partir das considerações sobre o processo de desenvolvimento, o autor nos chama atenção para o pensamento de Celso Furtado acerca do que vem a ser inovação e o que produz o desenvolvimento. Para Celso Furtado o desenvolvimento é uma invenção cultural: busca uma eficácia na ação (inovações do meio) e, também, busca um propósito para a própria vida (fins). Assim, o desenvolvimento é um processo dinâmico fomentado pelas generalidades das ações e incertezas, cuja fonte é a criatividade e a inovação no cotidiano das pessoas.

A prudência ecológica, conjuntamente com a cultura, apresenta-se como a matriz a partir da qual podemos lidar com as consequências das ações humanas em longo prazo e os processos de desenvolvimento de base sustentável. Então vem a questão fundamental: devemos limitar o crescimento econômico? Haveria uma seletividade, entre países e mesmo atividades econômicas, para fomentar o crescimento da economia ou existem alternativas?

É neste contexto que a agroecologia pode apontar caminhos tanto metodológicos, quanto na *práxis* (uma dimensão política da prática) de ação-reflexão acerca do espaço rural, do ambiente e da atividade agrícola em especial.

Agroecologia, territórios rurais, ambiente e novos paradigmas

Para Hecht (2002) a agroecologia está centrada nas relações ecológicas dos sistemas agrícolas e o seu propósito é esclarecer a estrutura, as funções e as dinâmicas das relações. O auge da agroecologia coincide com a crise do modelo agroindustrial, cuja Revolução Verde propagou e estabeleceu parâmetros econômicos como definitivos. Valendo-se da Ecologia, como referencial, é possível identificar o seu desenvolvimento,

concomitantemente, com a teoria dos sistemas. Quanto ao conceito de sistema vale chamar a atenção que, no caso da agroecologia, não se aplica uma proposta de isomorfismo funcional entre as estruturas uma vez que, tanto os ambientes, quanto a cultura criam um contexto de espaço-tempo diversificado. As estruturas dos sistemas, na agroecologia, não se abstém do contexto como elemento de referência na interconexão dos fluxos. Sem embargo a ação-reflexão das pessoas se dá em contextos para a soluções de problemas e a busca de uma vida melhor.

O conceito de ecossistema traz em seu escopo o referencial da inter-relação dos seres vivos com o ambiente. Na nossa concepção é necessário avançar neste conceito assegurando a complexidade das inter-relações espaciais. Nesta direção, surge o conceito de geossistema.

Os ecossistemas correspondem aos sistemas ambientais biológicos, isto é, constituídos em função dos seres vivos e sob a perspectiva ecológica, enquanto os geossistemas correspondem aos sistemas ambientais para as sociedades humanas, sendo constituídos, via de regra, pelos elementos físicos e biológicos da natureza e analisados sob a perspectiva geográfica (CHRISTOFOLETTI, 1999). Para Monteiro (1978) o geossistema constitui um sistema singular complexo, onde interagem os elementos humanos, físicos, químicos e biológicos e onde os elementos sócio-econômicos não constituem um sistema antagonico e oponente, mas estão incluídos no funcionamento do sistema. De fato, Guzmán (2001) advoga acerca da integração dos elementos que estruturam o sistema agroecologia, mas vincula-se especificamente ao conceito de agroecossistema o que, ao nosso entender, limita as perspectivas de análise. Admitimos que tanto a concepção de ecossistema, quanto de geossistema devem compor os referenciais sistêmicos de análise acerca do espaço rural.

Para Altieri (1996) a classificação dos agroecossistemas depende das variáveis locais. Divide os recursos de um agroecossistema em: naturais, de capitais e de produção. Um agroecossistema é composto por processos energéticos e bioquímicos descrevendo como é possível estabelecer um ciclo de energia de forma a reestruturar os processos naturais incorporando os recursos locais.

Em contrapartida, os processos de simplificação de uma agricultura industrial alcançam sua forma extrema nas monoculturas. O resultado líquido é um agroecossistema artificial e fragilizado. O oposto da complexidade das policulturas, na agroecologia, que são estáveis dinamicamente e energeticamente eficientes.

A despeito de todo o debate sobre o ambiente e a sustentabilidade, particularmente, no espaço rural, está em curso uma mudança de paradigma? Seriam meras conjecturas?

Entre as várias alternativas uma nos parece viável. Que é descrita por Leff (2002) a partir de uma abordagem da *cosmologia* do espaço rural onde o conhecimento local é, efetivamente, o ponto de partida para o entendimento de um determinado contexto socioespacial e socioambiental. Contudo, devemos considerar a miríade de arranjos e possibilidades de contextos numa conjunção de fatores ambientais e culturais. Para tanto, é necessário romper com a linearidade cartesiana e almejar novas metodologias que contemplem a complexidade. Assim, Leff (2002) argumenta que “os saberes agroecológicos são uma constelação de conhecimentos, técnicas, saberes e práticas dispersas que respondem às condições ecológicas, econômicas, técnicas e culturais de cada geografia e de cada população.” Sem embargo esta é toda a força e toda a fragilidade da agroecologia, pois, não é possível estabelecer modelos fixos para cada contexto. Trata-se, por conseguinte, de um caleidoscópio de usos e ocupação do solo, que é vivido, isto é, há uma história do acontecer. Um solo vivido e vivenciado. A “agroecologia rememora os tempos em que o solo era suporte de vida e dos sentidos da existência (LEFF, 2002).”

A agroecologia produziria, também, um híbrido do espaço rural. É, simultaneamente, um referencial agrícola, econômico, cultural, social e ambiental. Aplica-se a partir de saberes pessoais e coletivos, de habilidades individuais, direitos coletivos e contextos ecológicos.

Hecht (2002) corrobora com estas afirmações, pois, chama a atenção para a rede de trocas a partir de uma concepção de fluxos gerados pela sustentabilidade. Assim, a agroecologia convida à redefinir o lugar e a função da atividade agrícola na sociedade em relação ao aumento das incertezas através das expectativas sociais emergentes, mas também

dos riscos e das crises que pressionam a agricultura.

Cada ecossistema apresenta um potencial endógeno em termos de produção de materiais e informações (conhecimento e códigos genéticos) que surge da articulação histórica de cada ecossistema e sociedade.

Conseqüentemente é fundamental à agroecologia demonstrar que o saber local, como sistema de conhecimento contextualizado das esferas biofísicas e cultural, possui o potencial de encontrar os mecanismos de defesa frente à realidade virtual construída: tanto pelo discurso ecotecnocrático, como pela negação do conhecimento local camponês e indígena (GUZMÁN, 2001).

A agroecologia como vontade e representação de mundos rurais

Como representação de mundos rurais a agroecologia envereda por caminhos opostos ao agronegócio predominante e mesmo, em relação às correntes técnico-científica que prevalecem nas Ciências Agrárias.

Portanto, é fundamental ao arcabouço teórico da agroecologia estabelecer parâmetros constitutivos a partir de uma perspectiva metodológica e prática. A ação-reflexão como suporte à *práxis* no cotidiano. Uma reconstrução crítica de uma realidade predominantemente instrumental dos processos agrícolas e do próprio espaço rural.

Para Norggaard *et. al* (1999) a metodologia é importante na medida em que estabelece os referenciais de análise da realidade e a composição do arcabouço teórico. Contudo, não é possível prescindir-se da prática em um determinado contexto. Desta feita, os autores cotejam as premissas dominantes e as alternativas levantando as contrapartidas e os princípios epistemológicos de cada corrente de pensamento. De fato as premissas filosóficas da ciência convencional não outorgam legitimidade às formas de aprendizagem e conhecimentos dos agricultores, a capacidade de reconstrução crítica da realidade.

Ao nosso entender, entre outros fatores, faz-se necessária uma revisão paradigmática acerca dos conceitos e referenciais teóricos utilizados nas análises sobre o espaço rural, pois, os agroecossistemas se inter-relacionam em escala a partir de um determinado contexto local, regional, nacional e até global. Conforme Milton Santos (2002) há uma solidariedade no

acontecer do tempo social em um determinado lugar. Ocorre uma reciprocidade espaço-temporal. Entretanto, cada lugar mantém as suas especificidades e racionalidades constitutivas.

Para Norggaard *et al.* (1999) a agroecologia deve ser entendida a partir de uma perspectiva de sistemas, com a interação de diferentes sistemas para uma transformação ecológica. Como cogitamos, acima, trata-se de um geossistema com a interdependência de diversos fatores. Alertam os autores, que os sistemas não são estáticos, pois, há um fluxo contínuo de ações, pessoas, pensamentos, atitudes. Propõem, por conseguinte, uma perspectiva *coevolucionista* entre os conhecimentos: científico e culturais locais. Assim, a *coevolução* valoriza o conhecimento cultural e experimental dos agricultores. Atores distintos fazendo parte de um mesmo processo.

De fato, a modernização da agricultura gerou um processo dissonante no espaço rural ao praticar lógicas hegemônicas em detrimento da realidade socioespacial e socioambiental. Poderíamos aventar acerca de uma desterritorialização que pode ser ativa (absorção das influências externas) ou passiva (ausência de opção frente ao que é imposto). Contudo, não devemos subestimar as qualidades humanas e a problematização do mundo, como analisa Freire, 1987, uma reconstrução crítica da realidade. Os complexos agroindustriais, por exemplo, geram processos de desterritorialização ativa ao absorverem influências tecnológicas, capitais e se conectam em rede para além dos seus territórios. A agricultura familiar, em contrapartida, pode sofrer uma desterritorialização passiva destes processos a partir da lógica econômica predominante. O que, por outro lado, não impede que as famílias de agricultores se estruturam em redes de fluxos conectando-se com outros territórios a partir de estratégias e lógicas locais. Assim, todo planejamento ou política pública deveria respeitar a diversidade socioespacial e socioambiental local ao evitar-se um distanciamento da realidade a partir da imposição de lógicas ou interesses setoriais sub-reptícios.

Os anos de 1990 podem ser considerados como um momento de inflexão para pensar o espaço rural. Na medida em que avançava a urbanização ocorreu, também, um “redescobrimto” dos espaços rurais e suas miríades de ruralidades. Uma diversidade de

culturas e conhecimentos. Sendo possível identificar estratégias de sustentabilidades em ambientes complexos. Contudo, afloram deste debate outros questionamentos fundamentais: como integrar linguagens distintas e distantes? É possível generalizar tecnologias e conhecimentos locais?

Para Norggaard *et al.* (1999), são necessários enfoques mais amplos para entender o atual desenho do espaço rural e suas ruralidades. Uma saída viável é a *coevolução* de conhecimentos a parti da inter-relação de sistemas sociais e ambientais. O despontar de instituições descentralizadas e abertas às influências escalares. O incentivo à autonomia, aos fluxos de informações coma reconstrução crítica da realidade pelos atores racionais locais.

De fato as análises sobre o espaço rural devem transcender o discurso economicista e abranger o uso do solo e da terra, suas representações, especificidades, modos de vida e significados.

Desenvolvimento como autonomia, espaço e tempo

Na contemporaneidade é patente a “redescoberta” de lugares, que, na verdade, sempre estiveram no *movimento* (fluxos), seja das pessoas ou da própria história. São construções de territórios pelas pessoas em seus cotidianos. Contudo, as análises feitas no presente podem se tornar efêmeras não, necessariamente, pelas variáveis de cada lugar, mas por uma constante dos processos: a capacidade dos sujeitos de perceber o seu mundo e, principalmente, o desenvolvimento de estratégias e ações transformadoras. Um território construído que é ao mesmo tempo fluido e concreto pela ação-reflexão. Logo, o processo de desenvolvimento deve priorizar a busca da autonomia das pessoas a partir de uma perspectiva hologramática (o todo inscrito nas partes e vice-versa) do território, isto é, o espaço da ação-reflexão não pode ser reduzido a um mero contexto econômico, pois, são múltiplos os interesses de uma população.

Neste sentido, são infinitas as possibilidades que se oferecem com o espaço e o tempo de uma comunidade. O espaço, das suas histórias, não tem fronteiras. A questão do espaço pode propor, quase diretamente problemas, mas também soluções. Transpor para a terceira margem (busca de alternativas) a

possibilidade da participação das pessoas na gestão dos seus lugares transformados em espaços por suas ações. Nesta questão, espaço não significa território *stricto sensu* (controlado por um poder centralizado), podendo até aproximar-se mais da noção de lugar, por se tratar de uma escala das pessoas, onde as distâncias mediadas pelo cotidiano não são, necessariamente, distâncias do face a face, mas distâncias próximas e distâncias distantes, quando se incorpora a possibilidade das interações em vários níveis de escala. E qual seria, ou quais seriam os lugares de uma *ação-reflexão* – integrada do espaço, já que se acredita não existirem mais lugares privilegiados para as ações da técnica e da racionalidade funcionalista – seria o próprio cotidiano? Quais seriam as estratégias dos sujeitos humanos históricos, na medida em que o espaço vai sendo construído e reconstruído a cada passo de sua constante transformação?

Para um desenvolvimento, em sentido amplo, mais humanizado é fundamental incorporar o conhecimento ou saber local das comunidades. É ao mesmo tempo uma concepção e uma articulação dos sujeitos, que atuam em um dado espaço com pretensas vistas à resolução de questões: sociais e ambientais.

O desafio, portanto, é coadunar as múltiplas variáveis dos elementos do espaço e do tempo e as percepções dos sujeitos sobre o seu lugar. Logo, como passar da teórica à *práxis*?

Considerações Finais

A gestão de recursos é multidisciplinar e, para além das questões teóricas, a temática envolve a percepção de uma realidade mais imediata. É uma representação de um contexto que está em constante transformação.

Assim, o acesso aos recursos e os usos que são feitos dos mesmos constituem a base dos dramas humanos gerados pelo discurso da eficiência tendo como referencial a maximização dos lucros. No cerne desta discussão está o tema do desenvolvimento. Um tema amálgama de vários elementos, tanto teóricos, quanto de políticas públicas além da própria inserção no contexto capitalista. Este processo é de um equilíbrio dinâmico das variáveis envolvidas em termos de gestão das interações que se processam entre as variabilidades econômicas e sociais, por um lado, e as variabilidades naturais, por outro – tanto no espaço quanto no tempo. Logo, a agroecologia torna-se fundamental para a adequação destes fluxos e variabilidades que perpassam a questão dos recursos.

Portanto, o conceito de desenvolvimento (sentido amplo) deve distinguir-se do conceito de desenvolvimento econômico por rejeitar formas de raciocínios baseadas na idéia de “equilíbrio”, quanto as análises sobre a dinâmica dos recursos empreendidas com base na noção de viabilidade econômica. É fundamental superarmos este reducionismo economicista e pensarmos o espaço de forma complexa na inter-relação de escalas e de fluxos entre humanidade e ambiente seja no espaço rural ou urbano.

Referências

- ALTIERI, M. El agroecosistemas: determinantes, recursos e procesos. *In*: _____. Curso Agroecología y Agricultura Sostenible. CLADES, CEAS-ISCAH, La Habana, 1996.
- CHRISTOFOLETTI, A. Modelagem de sistemas ambientais. São Paulo: Edgard Blucher, 1999.
- GUZMÁN, E. S. Bases sociológicas de la agroecología. *In*: _____. ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL. Botucatu. FCA/UNESO (CD ROM), 2001.
- LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, v. 3, n. 1, jan/mar., 2002.
- NORRGAARD, R.; SIKOR, T. O. Metodología y práctica de la agroecología. *In*: _____. Agroecología: bases científicas para una agricultura sustentable. Montevideo: Editorial Nordan-Comunidad, 1999. Primeira parte (p. 31-46).

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2002, 384p.

VEIGA, J. E. da. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

Recebido em 17/06/2011
Aprovado em 22/09/2011

REGIÕES INTELIGENTES COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL*

Gilson Batista de Oliveira**

35

Resumo

O objetivo desse trabalho é demonstrar como as regiões podem criar um ambiente favorável à inovação, pois a tecnologia e a inovação tecnológica são variáveis determinantes da renda regional. Isso se deve ao fato de que a tecnologia e a inovação tecnológica são associadas à melhoria da qualidade das máquinas e equipamentos utilizados, assim como pela melhoria da capacitação e da habilidade técnica da mão-de-obra, que acaba elevando a produtividade do capital e da mão-de-obra empregada, o que, devido à ampliação dos lucros, estimula a comunidade empresarial local a buscar sempre mais novidades. Dentro desse contexto, o conceito de regiões inteligentes ou regiões de aprendizado aparece como alternativa para auxiliar a organização territorial do espaço no intuito de gerar um ambiente inovador, capaz de desencadear um processo de desenvolvimento sustentável nas localidades precursoras. Cabe destacar que as regiões inteligentes se formam através de ambientes de aprendizado, que funcionam como coletores e repositórios de conhecimentos e idéias, responsáveis pela inovação e por sua difusão na condução do processo de desenvolvimento regional.

Palavras-chave: inovação, regiões inteligentes, desenvolvimento.

El objetivo de este estudio es demostrar cómo las regiones pueden crear un entorno favorable para la innovación, la tecnología y la innovación son las variables determinantes de la renta regional. Esto se debe al hecho de que la tecnología y la innovación tecnológica se relacionan con la mejora de la calidad de la maquinaria y equipos utilizados y la mejora de la técnica y la capacitación de mano de obra, lo que termina elevando la productividad del capital y mano de obra empleada, que, debido al aumento de sus beneficios, estimula la comunidad empresarial local a buscar más y más noticias. En este contexto, el concepto de regiones inteligentes o áreas de aprendizaje se presenta como una alternativa para ayudar a la organización territorial del espacio a fin de generar un ambiente innovador, un proceso de desarrollo sostenible en el precursor de las localidades. Cabe señalar que las regiones se forman a través de entornos de aprendizaje inteligente, que actúan como colectores y depósitos de conocimientos e ideas, responsable de innovación y su difusión en la conducción del proceso de desarrollo regional.

Palabras-clave: innovación, regiones inteligentes, el desarrollo.

Resumen

* Texto desse artigo foi publicado originalmente em OLIVEIRA, G. B. “O desenvolvimento das regiões: uma iniciação às estratégias de desenvolvimento regional e urbano”. Curitiba: Protexto, 2008.

** Doutor em Desenvolvimento Econômico pela UFPR. Professor da UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana. E-mail: gilbaol@hotmail.com

1. Introdução

A discussão em torno da inovação tecnológica e seu papel na promoção do desenvolvimento econômico aparece na literatura desde os economistas clássicos. Contudo, antes de adentrar na discussão a respeito da formação de um ambiente propício à inovação, cabe ressaltar que essa é responsável pela ruptura e ou aperfeiçoamento de técnicas e ou processos de produção e melhora de sobremaneira os níveis de competitividade da região onde ocorre.

Os estudiosos desse tema apresentam dois tipos de inovação: inovação radical e inovação incremental. De acordo com Oliveira (2008), a inovação radical é associada à mudança de paradigma e traz algo totalmente novo. Já a inovação incremental, a técnica ou equipamento se mantém com suas características essenciais, trata-se de uma melhoria de algo existente.

Independente do tipo de inovação, quando essa ocorre, traz perspectiva de maior retorno sobre o volume de investimentos e de maior taxa de lucro e círculo virtuoso de crescimento do nível de emprego e renda na região precursora.

Nesse trabalho é feito, inicialmente, uma discussão sobre o papel da inovação no crescimento regional, bem como se apresenta o conceito de regiões inteligentes como alternativa de organização do espaço regional para construção de um ambiente que viabilize o processo inovativo.

2. Inovação e Crescimento Regional

De acordo com Winter (1984), a inovação se dá de três maneiras:

- i) imitação: a empresa muda sua rotina para seguir o modelo do concorrente mais competitivo;
- ii) padrões extramuros: a empresa, por meio da contratação de mão-de-obra qualificada, adquire capacidade inovativa e;
- iii) padrões intramuros: a empresa cria um ambiente interno propício ao desenvolvimento de idéias a fim de aperfeiçoar o processo produtivo.

Para se desencadear o crescimento regional via imitação de novas técnicas ou equipamentos, é necessário que haja fácil acesso às novas tecnologias de processo e de produto, assim como às novas estruturas organizacionais.

Um ambiente propício à inovação pode ajudar na assimilação das novas tecnologias e técnicas, haja vista que pode ser preciso fazer alguns ajustes para se utilizar a inovação de outrem, assim como pode impulsionar a capacitação e a acumulação de conhecimento.

Cabe lembrar que, nas grandes corporações, os investimentos em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e técnicas são concentrados em seu exterior, isto é, em institutos de pesquisa ou laboratórios situados fora dos seus muros. De uma maneira ou de outra, o mais importante para o crescimento via inovação é a existência de mão-de-obra (recursos humanos) com capacitação, conhecimento e espírito empreendedor.

Os trabalhos que tratam do tema inovação e crescimento têm em Schumpeter¹⁷ seu principal referencial teórico. Para Schumpeter (1985), o lucro advém da capacidade de inovação e do espírito empreendedor do empresário capitalista.

Para Freeman (1994), somente a habilidade e a iniciativa do empreendedor podem moldar um ambiente para criar, pela inovação, novas oportunidades de negócios. Sendo assim, para se compreender o processo de crescimento das regiões, é preciso considerar os gastos em pesquisa e desenvolvimento e em formação de capital humano (capacitação técnica), bem como investir na difusão, promoção e criação de novas técnicas e produtos (inovação).

Nessa linha de raciocínio, para desencadear um processo de crescimento com base na inovação, a região deve constituir um ambiente institucional capaz de estimular o processo inovativo – inovação radical e inovação incremental.

2.1 Sistema Regional de Inovação

De acordo com Quandt (1998), a sustentação do crescimento regional somente pode ser atingida por meio de investimentos em pesquisa e capacitação

¹⁷ A obra de Josef Alois Schumpeter intitulada “*Teoria do Desenvolvimento Econômico*” foi publicada a primeira vez em 1911. As idéias de Schumpeter deixaram uma gama significativa de seguidores. Eles são denominados pelos estudiosos da evolução de teoria econômica de Neoschumpeterianos. De acordo com Dosi, *et. al.* (1988), Schumpeter tem a inovação no núcleo de suas teorias.

técnica, pois, assim, estimula-se a inovação e a difusão de tecnologias para todo o sistema regional.

Esse ambiente institucional, que estimula a inovação, é conceituado como Sistema Regional de Inovação. Autores como Nelson e Winter (1982), Dosi, *et. al.* (1988), Lundvall (1992), Freeman (1994), Cassiolato e Lastres (1998) e Quandt (1998) apontam que um Sistema Regional de Inovação deve estimular a interação de pesquisa básica e pesquisa aplicada, pesquisadores e empresários, a inovação, a difusão e a incorporação das novas tecnologias, assim como a crescente qualificação da mão-de-obra¹⁸.

Conforme Lopes (2002), o moderno conceito de Sistema Regional de Inovação remonta aos debates anteriores sobre complexos regionais de inovação. Para esse autor, “as dinâmicas de inovação (...) tornam-se cada vez mais dependentes das indiossincrasias locais, da criação de ativos específicos e do potencial criativo dos agentes de desenvolvimento”.

Para assimilar as benesses da inovação, a região deve estimular a criação de instrumentos e instituições capazes de captar, incubar e promover o conhecimento conforme suas especificidades.

As estratégias de promoção da competitividade empresarial e territorial filiam no reconhecimento de que *proximity matters*, sobretudo se, numa visão alargada, incorporar as dimensões organizacionais e institucionais: a transmissão de conhecimento e os processos de aprendizagem coletiva podem ser potenciados por proximidades de natureza cultural, institucional e geográfica, freqüentemente em diferentes combinatórias. (KEEBLE e WILKINSON, 1999 *apud* LOPES, 2002, p.304)

Nessa perspectiva, o ambiente criado na região é um dos principais determinantes do processo inovativo, ou seja, da inovação. E, como consequência dessa inovação, o

¹⁸ De acordo com Lopes (2002, p.304): “A inovação procede, em larga medida, de uma dinâmica conjugada que envolve uma multiplicidade de atores e que, mediante arquiteturas organizacionais e institucionais de natureza cooperativa, integram e metabolizam, em contínuo, informações e outros recursos estratégicos”.

ambiente criado também é responsável pela dinâmica do crescimento regional.

Em tal ambiente, devem predominar as estruturas organizacionais e institucionais que possibilitem a cooperação, assim como propiciar a utilização eficaz dos fluxos de informação e dos meios de criação do conhecimento. Cabe lembrar que somente se constituirá um Sistema Regional de Inovação, se houver interesse da sociedade organizada e do poder público local, pois o sucesso desse tipo de estratégia de crescimento depende, em muito, do grau de interação das organizações e instituições locais¹⁹.

Em síntese, na adoção de uma estratégia de crescimento com base num Sistema Regional de Inovação, deve-se considerar a criação de uma infra-estrutura voltada para pesquisa e desenvolvimento.

Isso ocorre por meio de institutos de pesquisa e laboratórios, tanto de origem pública quanto privada, do desenvolvimento de instituições de ensino e pesquisa, notadamente, universidades e centros tecnológicos, da criação e/ou aperfeiçoamento da rede de difusão de informações e conhecimento.

Por fim, o fortalecimento (ou criação) de redes de cooperação empresarial, que estimule a inovação, sobretudo, na pequena empresa. Assim, com esse universo de ações, as regiões estarão a caminho de constituir um Sistema Regional de Inovação, que pode auxiliar e estimular o desenvolvimento socioeconômico do território.

3. As Regiões Inteligentes

Na literatura que trata do desenvolvimento regional, as regiões inteligentes são localidades (regiões) que constituem contextos territoriais privilegiados de interação, aprendizagem e inovação, que se configuram em “espaços relacionais entre atores que se intersectam por afinidades culturais e econômicas”. (LOPES, 2002)

Dessa forma, as regiões inteligentes são verdadeiros ambientes de aprendizado,

¹⁹ “A palavra-chave do conceito de sistema regional de inovação parece ser *interação*, ou, se quisermos modernizar a semântica, *networking*: entre empresas, entre empresas e instituições da envolvente de apoio, entre essas próprias instituições...”. (LOPES, 2002, p.305)

cuja informação e conhecimento têm fácil propagação. Essas regiões funcionam como coletores e repositórios de conhecimentos e idéias, cuja infra-estrutura e ambiente institucional facilitam os fluxos de idéias, conhecimento e aprendizagem.

As regiões inteligentes constituem territórios especialmente vocacionados e direcionados para reproduzir um conjunto de condições favoráveis à recriação de uma cultura de relação e de uma dinâmica coletiva de aprendizagem, tendo por referencial estratégico a produção de conhecimento e inovação, não se diferenciando, por esses aspectos específicos, do conceito (...) de meio inovador. (LOPES, 2002, p.301)

A análise desse tipo de região é focada, geralmente, na idéia de que os ambientes podem ser interpretados a partir de dois tipos de vetores:

- i) o acesso dos agentes aos recursos de informação e conhecimento, que depende da densidade das estruturas de cooperação para facilitar o chamado *learning-by-interacting*;
- ii) os ambientes institucionais que favorecem as práticas de aprendizagem contínua.

Sendo assim, as regiões inteligentes têm implícita uma idéia de que a capacidade da sociedade de absorver novos conhecimentos e se adaptar às novas exigências do mercado, por meio de processos inovativos, são os pontos centrais do desenvolvimento regional.

Esse desenvolvimento é facilitado pela melhoria contínua dos mecanismos formais e informais de produção, circulação e consumo de informação e conhecimento. Isto é, o desenvolvimento regional deve se apoiar nas “configurações territoriais que geram contextos favoráveis à criação de conhecimentos e às práticas de aprendizagem contínua”. (LOPES, 2002, p.301)

4. Considerações Finais

Uma leitura mais acurada do conceito, teorização e argumentação de regiões inteligentes ainda é muito similar ao que é apresentado na discussão sobre meio inovador. O que não significa dizer que as regiões inteligentes não possam ser interpretadas como um novo conceito, ou melhor, um novo referencial para a análise econômica regional.

Em conformidade com Lopes (2002), uma das características das regiões inteligentes é possuir a capacidade de assimilação de lógicas externas e técnicas, geralmente difundidas na região por empresas multinacionais, o que traz vantagens que são apropriadas pelo empresariado local.

Desse modo, ao contrário do que ocorre em outros tipos de região, cujos recursos são explorados até a exaustão, nas regiões inteligentes, os sistemas produtivos locais passam por um processo de fortalecimento da sua base econômica e institucional.

De qualquer forma, na região inteligente, é premente a capacidade de inovação e assimilação de novas técnicas, tecnologias e conhecimento. Nesse tipo de região, a base institucional deve favorecer a aprendizagem e, por sua vez, a acumulação do conhecimento, que são os principais vetores do processo de desenvolvimento regional.

Assim sendo, para a (re) criação de uma região inteligente ou uma *learning region*, o poder público e/ou a sociedade organizada da região devem estimular a cooperação interempresarial e fomentar um processo de acumulação do conhecimento pela construção de um ambiente institucional e uma base econômica favorável à difusão da informação e das novas tecnologias de informação, telecomunicação e produção.

Referências

CASSIOLATO, J. E; LASTRES, H. M. M. **Local systems of innovation in the Mercosur of the 1990s**: a contribution to the debate on S&T policy decentralization. *Paper* apresentado no Workshop “Tech-regiões: ciência, tecnologia e desenvolvimento – passado, presente e futuro”, realizado no Rio de Janeiro, de 08 a 12 jun. 1998.

- DOSI, G. et al. **Technical change and economic theory**. London: Printer Publishers, 1988.
- FREEMAN, C. Innovation and growth. In: EDWAR, Elgar (Org.) **The handbook of industrial innovation**. [Aldershot]: Ed. Elgar: Mark Rodgson & Roy Rothwell Ed., 1994.
- LOPES, D. Teorias de inovação de base territorial. In: Costa, J.S. (org.). **Compendio de economia regional**. Coimbra/Portugal: APDR, p.301 a 305, 2002.
- LUNDEVALL, B. **National systems of innovation**. New York: Printer Publishers, 1992.
- NELSON, R.; WINTER, S. **An evolutionary theory of economic change**. Cambridge: Havard University Press, 1982.
- OLIVEIRA, G. B. **O desenvolvimento das regiões: uma iniciação às estratégias de desenvolvimento regional e urbano**. Curitiba: Prottexto, 2008.
- QUANDT, C. O. **Inovação e território**: elementos para a formulação de políticas de capacitação tecnológica e desenvolvimento regional. Curitiba: CMDE/UFPR, 1998. Texto para discussão.
- SCHUMPETER, J. A. **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- WINTER, S. Schumpeterian Competition in alternative technological regimes. **Journal of Economic Behavior and Organization**, p.287-320, 1984.

Recebido em 01/07/2011
Aprovado em 17/10/2011

AEROPORTOS E MEIO AMBIENTE: É POSSÍVEL OBTER O DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL?

Bárbara Lúcia Pinheiro de Oliveira França^{*}
Exzolvildres Queiroz Neto^{**}
Gilson Batista de Oliveira^{***}

40

Resumo

O objetivo desse artigo é discutir a relação existente entre a presença de aeroportos em regiões metropolitanas com algumas questões sócio-ambientais, a partir da interlocução com determinados agentes da produção do espaço urbano na perspectiva da cidade sustentável. Ademais, busca-se identificar algumas pistas, a luz do debate teórico e de práticas que auxiliem na compreensão e análise das inter-relações urbanas/ambientais.

Palavras-chave: aeroporto, desenvolvimento, sustentabilidade.

Abstract

The objective of this paper is to discuss the relationship between the presence of airports in metropolitan areas with some environmental issues, from the dialogue with certain agents in the production of urban space from the perspective of sustainable city. In addition, the light of theory and practices, we seek to identify some points that help in understanding and analysis of relations urban and environmental.

Keywords: airport, development, sustainability

^{*} Doutoranda em Geografia – UFMG. *E-mail:* bbarbaralucia@yahoo.com.br

^{**} Doutorando em Engenharia Agrícola – UNICANP. Professor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. *E-mail:* queiroz.neto@unila.edu.br

^{***} Doutor em Desenvolvimento Econômico – UFPR. Professor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. *E-mail:* gilson.oliveira@unila.edu.br

1. Introdução

Dentro do debate urbano ambiental o paradigma do desenvolvimento urbano sustentável é bastante empregado, no entanto é necessário refletir sobre o significado deste conceito bem como sobre seu correto uso. Apesar de já incorporado aos discursos e práticas legitimados em diversos segmentos da sociedade contemporânea percebe-se que é necessário discuti-lo com maior profundidade quando se quer ancorar ao entendimento das principais “questões urbanas ambientais” dentro da organização do espaço social nas cidades.

No Brasil os problemas ambientais nas cidades não são recentes são resultado do mais intenso processo de urbanização e industrialização ocorridos principalmente à partir da década de 1940 na América do Sul implementados para garantir a satisfação das necessidades de extensão das condições gerais de produção do processo de acumulação e reprodução das relações capitalistas no espaço urbano. Esse conjunto de fatores que se fundem no histórico e no estrutural dá origem aos clássicos problemas urbanos ambientais inicialmente combatidos na década de 70 como poluição, saneamento básico, transporte coletivo associados a precariedade das condições de habitação da classe trabalhadora.

Atualmente, com o espraiamento do tecido urbano²⁰ sobre o campo, a natureza extensiva da urbanização brasileira contemporânea²¹ traz consigo novos

²⁰ O tecido urbano é aqui entendido no sentido Lefebvriano que não se restringe ao “domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo. Nessa acepção, uma segunda residência, uma rodovia, um supermercado em pleno campo, fazem parte do tecido urbano. (LEFEBVRE, 1999, p. 17)

²¹ Monte-Mór (2003) inspirado na concepção de tecido urbano de Lefebvre cunhou o conceito de *urbanização extensiva* para explicar os padrões e as tendências recentes da urbanização brasileira. O autor centra-se nas novas dinâmicas da urbanização no país, caracterizando-a como ao mesmo tempo concentrada e estendida. Cujos padrões refletem uma expansão e proliferação de aglomerações urbanas, áreas conurbadas e periferias. Segundo o referido autor (1994, p.171), a urbanização extensiva é definida como a

desafios, quais sejam, a segregação sócio espacial, hierarquização e fragmentação deste tecido através da especialização dos lugares. Diante dessas constatações surge uma questão: Quais as implicações ambientais, os riscos e vulnerabilidades decorrentes desse novo modelo de urbanização? Pois como sugere Limonad (2007, p.12):

A dispersão urbana, a cidade difusa, a extensificação da urbanização aparecem de início como sintomas de problemas a serem combatidos em defesa do ambiente natural, ou ainda como um meio de otimizar investimentos e poupar recursos financeiros de modo a garantir o desenvolvimento sustentável da cidade e, *last but not least*, garantir a segurança dos cidadãos. A dúvida que surge, e permanece, é se essas formas de urbanização dispersa são problemas a serem sanados, por serem um desvio nos padrões conhecidos e consagrados de crescimento urbano, ou trata-se de uma nova qualidade, de um tipo diferenciado de desenvolvimento urbano?

Assim, num país onde 70% dos municípios tem menos de 20.000 habitantes, torna-se um desafio para agenda ambiental brasileira enfrentar alguns dos velhos e novos problemas ambientais urbanos associados, como por exemplo, a disposição dos resíduos sólidos, a contaminação dos recursos hídricos, a ocupação irregular de encostas, as enchentes, as mortes ocorridas em função da alta vulnerabilidade a que as populações pobres estão submetidas. Diante de tantos desafios como promover o desenvolvimento urbano sustentável socialmente justo com garantias do direito à cidade?

Não é intenção desta reflexão replicar a todas as questões aqui

“urbanização que se estende para além das cidades em redes que penetram virtualmente todos os espaços regionais integrando-os em malhas mundiais-representa, assim, a forma sócio espacial dominante que marca a sociedade capitalista de Estado contemporânea em suas diversas manifestações, desde o centro dinâmico do sistema capitalista até-e cada vez mais- às diversas periferias que se articulam dialeticamente em direção aos centros e subcentros ...”.

explicitadas, mais identificar algumas pistas, a luz do debate teórico e de práticas que auxiliem na compreensão e análise das inter-relações urbanas/ambientais dentro desse complexo espaço intraurbano socialmente produzido. Nesse sentido, buscar-se-á explorar a relação entre a presença de aeroportos em regiões metropolitanas e algumas questões sócio-ambientais, a partir da interlocução com determinados agentes da produção do espaço urbano na perspectiva da cidade sustentável.

2. A população e alguns problemas ambientais associados ao transporte urbano.

Quando se apresentam os problemas relacionados ao transporte urbano, comumente entram no debate do planejamento urbano e da sociedade demandas relativas ao transporte individual versus transporte coletivo, que é caracterizado principalmente nas regiões metropolitanas como de baixa qualidade, altamente poluente, com elevadas tarifas e pouca integração entre os diferentes modais. O que pressiona o uso pelo transporte individual, que além de ser ainda mais poluente, gera problemas como congestionamentos, e aumenta a pressão por investimentos públicos não só para melhoria do sistema de transporte mais também para melhoria das condições de circulação e tráfego. Essas questões têm tomado assento no centro dos debates sobre as cidades sustentáveis.

Assim, as cidades têm procurado cada vez mais mitigar estes problemas, as atenções políticas e econômicas são mobilizadas no sentido de arrecadar recursos e investimentos financeiros (geralmente através de parcerias público-privadas) e de propor transportes alternativos menos poluentes. Por outro lado, a população pressiona os governos municipais por melhores condições de mobilidade e acessibilidade, tornando a questão do transporte urbano extremamente relevante do ponto de vista político e social.

É bastante comum os noticiários de TV ficarem horas exibindo quilômetros de congestionamento, principalmente nos períodos chuvosos em que as principais

avenidas das cidades, se transformam como bem observou Francisco de Oliveira (1977, p. 68) em um “*caudaloso Amazonas urbano*”. Devido a precariedade das condições das vias, ao excesso de automóveis, e principalmente ao descontrole do uso do solo urbano, através da canalização excessiva de rios e córregos, e ainda da produção excessiva de lixo lançada nas redes de esgoto sem tratamento, que sobrecarregam o sistema hídrico urbano.

Já em relação ao transporte aéreo as discussões, não tem a mesma veemência comumente são abordadas questões relacionadas à poluição sonora relativa aos ruídos provocados pelas aeronaves e a segurança quanto aos riscos relacionados a presença de aeroportos e a ocorrência de acidentes principalmente em zonas de ocupação densa em áreas urbanas centrais.

De acordo com o sociólogo e engenheiro ambiental Luis Henrique Werneck de Oliveira (2007) o Aeroporto de Congonhas em São Paulo tem o maior numero de acidentes contra estruturas urbanas no mundo, com um total de 8 eventos²², para o referido pesquisador torna-se cada vez mais necessário o planejamento das ações principalmente para mitigar as situações de conflito com as comunidades do entorno dos aeroportos, o que já se verifica em países da Europa onde, “*Não há muitos casos de cidades que tenham sido fechadas por aeroportos, mas há casos de aeroportos que foram fechados pelas cidades*” ou tiveram seus número de vôos sensivelmente reduzidos e transferidos para outros aeroportos.

Ainda de acordo com Oliveira (2007) é fundamental que haja respeito às comunidades o entorno dos aeroportos no caso de desapropriações, ele observa que a pressão pela transferência de vôos é maior dependendo dos padrões de renda e habitação da área onde se localiza o sítio aeroportuário, e atribui a articulação dos moradores de classe média alta do entorno do Aeroporto da Pampulha como relevante para a transferência dos vôos para o Aeroporto de Confins, embora fosse naquele período de difícil acesso, outro exemplo,

²² O último grande acidente aéreo em Congonhas, envolvendo a Companhia Aérea TAM, deixou 199 mortos, sendo que 12 estavam no solo.

citado pelo pesquisador é dos moradores do bairro Urca no Rio de Janeiro que pressionaram para a transferência dos vôos do Aeroporto Santos Dumont para o Aeroporto do Galeão cuja população do entorno não tem o mesmo padrão de renda e habitação.

O referido pesquisador também chama à atenção para o caso do aeroporto de Guarulhos cuja ampliação demanda a desapropriação e transferência de cerca de cinco mil famílias, o que provocaria um grande impacto social e político, e conclui que “... há muitas forças e muitos interesses na gestão desse conflito. Todos eles devem ser considerados”.

3. O papel do aeroporto como meio de desenvolvimento econômico.

Vários são os agentes e estratégias envolvidos na produção do espaço urbano. Dentro desse contexto, os aeroportos enquanto um dos maiores equipamentos urbanos presentes no ambiente construído de uma cidade, são apontados como agentes propulsores de desenvolvimento econômico, uma vez que permitem não só a dinamização da economia local, mas também da regional com alcance global. E por isso sua localização²³ tem a capacidade de criar e redefinir a centralidade de um lugar.

²³ . Atualmente a escolha para a localização de um sítio aeroportuário envolve uma grande variedade de fatores dentre eles destacam-se segundo Bowen e Rodrigue(2009): **Previsão de demanda de transporte aéreo; Configuração de pista; Altitude; Condições meteorológicas; Topografia; As considerações ambientais; O Uso do Solo na área do entorno; Acessibilidade local:** um aeroporto deve ser acessível às comunidades onde atua, tornando a sua localização em relação às estradas e linhas ferroviárias de passageiros (os interurbanos e metro) importante. A integração dos aeroportos com o transporte ferroviário de passageiros (por exemplo, Charles de Gaulle, Schipool, Hong Kong, Xangai, Nova Iorque) destina-se a ligar o terminal do aeroporto com o mercado regional, reforçando assim a sua função como um pólo na economia regional; **Obstruções:** Para além do perímetro do aeroporto, a proximidade das montanhas, serras, e / ou fortemente áreas edificadas (como no caso do antigo aeroporto de Hong Kong em Kai Tak) complica operações aeroportuárias. Se passar em zonas residenciais, as pressões podem

Para Lefebvre (1999) a centralidade é o mais importante valor de uso do espaço urbano. Horácio Capel (s.d.) observa que “*el trazado de las grandes infraestructuras viarias, aeropuertos y instalaciones portuarias, etc., son agentes que consumen espacio y definen los usos del suelo, influyendo de forma decisiva en la evolución de la morfología urbana*”. No entanto, a decisão pela localização, instalação ou ampliação desses equipamentos, geralmente nas periferias suburbanas das grandes áreas metropolitanas são segundo ele tomadas por organismos públicos mal coordenados, alterando substancialmente a organização do espaço urbano com importantes conseqüências sócio-ambientais, “*cómo los grandes proyectos de fincas semiurbanas y barrios cerrados exclusivos han aparecido por doquier, amenazando el sutil equilibrio de estas zonas frágiles, generando un progresivo deterioro del aire, agua y suelos periféricos, con la consecuyente pérdida de biodiversidad, el incremento de la vulnerabilidad a los desastres naturales y la atomización de los predios agrícolas*” (Sanchez e Capel 2006). Essas ações urbanísticas públicas nas periferias contribuem ainda, de acordo com Capel (s.d.), para aumentar o valor do solo nos espaços intermediários não ocupados e que são de propriedade privada que se revalorizam e passam a ser objeto de especulação imobiliária.

Nos Estados Unidos a partir da década de 1940 e 1950 a localização dos aeroportos em periferias urbanas serviram como pólos de crescimento econômico atraindo empresas comerciais, industriais, e empreendimentos residenciais, e tinham como principal objetivo colocá-los longe da agitação das cidades, ao mesmo tempo garantindo a facilidade de acesso aos benefícios do aeroporto, reduzindo as *externalidades negativas* como por exemplo o impacto do ruído das aeronaves. Atualmente devido ao crescimento das áreas suburbanas a implantação de aeroportos nessas áreas está cada vez mais difícil. (BOWEN E RODRIGUE: 2009).

surgir no sentido de restringir o horário de funcionamento.

Segundo Oliveira (2007) não adianta construir outros aeroportos porque depois de 15 e 20 anos a cidade irá “engolir”²⁴, como foi o caso do Aeroporto de Congonhas construído em 1936 afastado do centro. “*E essa é a grande maioria dos casos no mundo. Primeiro foi construído o aeroporto, depois a cidade chegou no entorno. Esse argumento era usado pelos gestores dos aeroportos até os anos 80 ou 90. E funcionava - os gestores urbanos entendiam isso. Agora não dá mais para usar esse argumento. Tem que pensar novo, pensar diferente*” (OLIVEIRA, 2007) .

²⁴ “Quando você tem um aeroporto que é engolido pela cidade, ou o país planeja o uso do solo para evitar que as pessoas venham a morar na cabeceira da pista ou em áreas de maior risco ou, se não tiver essa oportunidade, pode-se pensar em diminuir as operações no aeroporto ou, eventualmente, em fechar o aeroporto e transferir as operações para um outro. Isso foi feito em inúmeros casos no mundo. Hong Kong é um caso bastante claro. O Aeroporto de Kai Tak, que ficava a dois quilômetros do centro, nunca teve um acidente grave, mas era uma aproximação extremamente crítica, com aviões como o Jumbo 747 fazendo curvas entre prédios e montanhas para pousar numa pista relativamente curta. Construiu-se um novo aeroporto, a 34 quilômetros da cidade, dotado de acesso ferroviário rápido. A mesma coisa aconteceu em Oslo (Noruega), no aeroporto que ficava a sete quilômetros do centro. Hoje o novo aeroporto fica a 48 quilômetros do centro. É o caso mais bem sucedido de acesso ferroviário rápido ao aeroporto. Cingapura fez a mesma coisa – e duas vezes. Fechou um aeroporto e fez o Paya Lebar nos anos 50. Fechou o Paya Lebar nos anos 90 e fez o Changi. E Cingapura é uma ilha, não tem mais para onde crescer e para onde aumentar o aeroporto. Kuala Lumpur (Malásia), Munique (Alemanha), Estocolmo (Suécia) e Milão (Itália) fizeram isso também. Estes aeroportos estão sempre a 25 quilômetros distante do centro, pelo menos, e dotados de acesso ferroviário rápido, ou seja, o usuário sai de algum lugar do centro da cidade e consegue chegar muito rapidamente a esse novo aeroporto. Mesmo as cidades que não desativaram seus aeroportos centrais, como é o caso de Estocolmo e Milão, deixaram eles muito pouco movimentados. E São Paulo é uma exceção à regra. O Aeroporto de Congonhas é mais movimentado hoje do que o Aeroporto de Guarulhos. Isso vem acontecendo desde os últimos quatro ou cinco anos. É uma situação totalmente anômala” .(OLIVEIRA 2007).

Se por um lado os aeroportos são considerados bombas e válvulas do sistema circulatório da economia global²⁵, e registram sua assinatura no ambiente construído por outro os efeitos socioambientais locais não são pequenos. Como então equacionar o desenvolvimento econômico com a sustentabilidade urbana?

4. A relação cidade meio ambiente vista e entendida como processo ecológico.

“[...] a dimensão espacial/urbana das análises permanece subestimada ou mesmo inexistente [...] negada como não ambiental, não natural. Tal dualidade de visões é veementemente negada por Harvey(1996), ao argumentar que “ se o pensamento biocêntrico está correto e as fronteiras entre atividades humanas e do ecossistema devem ser destruídas, isto significa não somente que processos ecológicos devam ser incorporados em nossa compreensão da vida social: **significa também que fluxos de moeda [Money] e mercadorias e as ações transformadoras dos seres humanos (na construção de sistemas urbanos, por exemplo) têm que ser entendidos como processos fundamentalmente ecológicos**” (p. 392, tradução do autor).” (COSTA 2000, p. 57 , grifo nosso)

Nas últimas décadas houve significativos ganhos com a entrada da temática ambiental no planejamento urbano no Brasil. E também, um significativo crescimento dos conceitos, estudos e das áreas de conhecimento envolvidas no debate urbano-ambiental. No entanto, muito embora tenha ocorrido a ampliação do escopo e autonomização da área a trajetória da análise ambiental e da análise urbana possuem racionalidades distintas muitas vezes convergentes e conflitantes, o que de

²⁵ Em grandes aeroportos como Schipool em Amsterdã foram empregadas cerca de 45.000 pessoas, estima-se que para cada pessoa empregada gere-se mais dois empregos indiretos na Região Metropolitana influenciando fortemente a geografia econômica de uma comunidade. Nos EUA, aeroportos responderam por mais que \$500 bilhões de atividade econômica em 2001, enquanto incluindo 1.9 milhões de postos de trabalho diretos e 4.8 milhões de indiretos. (BOWEN e RODRIGUE, 2009)

certo modo interfere nas lógicas das políticas urbanas e ambientais. (COSTA 2000, 2008)

Costa (2000) chama atenção para os perigos relacionados ao uso indiscriminado dos termos desenvolvimento sustentável e sustentabilidade, que se tornaram conceitos “guarda-chuva” por englobar uma grande soma de idéias e abordagens tanto conservadoras quanto progressistas e por isso podem trazer como consequência usos com elevado grau de imprecisão e banalização fortemente associados à retórica. No entanto, o que se deve buscar é o equilíbrio na direção da justiça social e da qualidade de vida da população.

A referida autora também destaca que no debate do desenvolvimento sustentável diversos são os focos de preocupação, com diferentes vieses que vão desde as noções de autonomia e de autodeterminação da comunidade, a questão do envolvimento da população e de novas formas de gestão. Já os princípios norteadores do desenvolvimento urbano sustentável envolvem quatro escalas espaciais como propostas de atuação: da habitação, do bairro, de cada centro urbano e da região.

Dessa forma, houve na formulação de programas e recomendações uma tendência sob o viés da Ecologia Política de “*propostas de reestruturação e recuperação da vida social em bases mais solidárias e democráticas*” (Costa 2000 p. 62), outras abordagens mais críticas enfocam a assimetria nas relações de poder e a impossibilidade de uma solidariedade capitalista.

Nesse sentido, para a autora, o conceito de sustentabilidade urbana bem como de intervenção urbana e planejamento estão imbuídos de certa dose utopia e de idealização. Assim, ela apresenta como alternativa de articulação possível entre análise e intervenção urbana e ambiental, a regulação, via planejamento objetivando melhores condições de sustentabilidade socioespacial, bem como a análise das práticas e movimentos articulados em torno dos conflitos socioambientais, onde se vincula a sustentabilidade com as alternativas de desenvolvimento econômico para a população. E propõe ainda a abordagem da História Ambiental, que

rompe as barreiras analíticas convencionais com o privilégio de narrativas interdisciplinares abrangentes como possibilidades de (re) interpretação da produção e apropriação do espaço (COSTA 2000).

Para Costa (2008a) foi relevante a incorporação de princípios do campo ambiental na legislação urbanística, como por exemplo, os EIVs (Estudos de Impacto de Vizinhança), os estudos de impacto urbano e o licenciamento ambiental de atividades de grande porte. Estes mecanismos ancorados na idéia de inevitabilidade de impacto e de alternativas para minimização e compensação, apesar de suas limitações por terem sido transferidos do campo ambiental para o urbano têm contribuído para o entendimento dos processos urbanos e ambientais. “*Os processos urbanos requerem conhecer a dinâmica da produção do espaço, saber quem são os agentes, e quais são os interesses em jogo, e não se esgotam na realização do produto, [...] ao propiciar mecanismos de participação no processo, via audiências públicas, a incorporação do licenciamento às políticas urbanas vem possibilitando uma discussão mais ampla da expansão urbana*” (COSTA 2008, p. 91).

Diante do exposto, e compreendendo os aeroportos presentes em regiões metropolitanas como parte importante de um sistema fundamentalmente ecológico, para usar a expressão de Harvey, surge uma questão que se coloca à gestão urbana: Como vem sendo implementada a temática ambiental nas práticas de gestão e planejamento dos aeroportos no Brasil, elas tem apenas incorporado o discurso do desenvolvimento sustentável ou tem realmente caminhado rumo a sustentabilidade urbana via associação de políticas urbanas e ambientais socialmente justas?

5. Alguns exemplos de aeroportos brasileiros: Ribeirão Preto, Viracopos e Confins.

Os aeroportos brasileiros são administrados em sua maioria pela

INFRAERO²⁶ que possui uma política ambiental constituída. Alguns desses aeroportos estão em processo de ampliação, dentre eles destacam-se para compor o referencial de análise desta reflexão o Aeroporto Leite Lopes em Ribeirão Preto, o Aeroporto Viracopos em Campinas, ambos no Estado de São Paulo e o Aeroporto Internacional Tancredo Neves (AITN) em

²⁶ “A ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil é o órgão regulador das atividades de aviação civil no Brasil, que como signatário da OACI (Órgão de Aviação Civil das Nações Unidas) desenvolve suas atividades em conformidade com as orientações daquele órgão em acordo com a legislação nacional. A INFRAERO – Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária, empresa pública da administração indireta, vinculada ao Ministério da Defesa, administra 67 Aeroportos, 84 unidades de apoio à navegação aérea e 33 terminais de logística de carga no Brasil, tendo transportado em 102,2 milhões de passageiros (dados 2006), tornando-se responsável por cerca de 97% do tráfego regular de passageiros, assim suas ações refletem direta, embora não exclusivamente, no gerenciamento ambiental dos Aeroportos no país, possui por meta ambiental: “assegurar o cumprimento de normas e padrões de proteção ao meio ambiente na operação, manutenção e expansão dos aeroportos administrados pela empresa, visando a minimização e prevenção dos impactos ambientais que possam ser provados por suas atividades” (INFRAERO, 2007). A INFRAERO conta desde 1995 com uma política ambiental consolidada e possui uma estrutura organizacional específica para planejar, coordenar, gerir e acompanhar a gestão dos programas espalhados nacionalmente, a Superintendência de Meio Ambiente e Energia, sediada em Brasília (DF). Essa empresa fundamenta sua gestão ambiental em três linhas de trabalho: **Atendimento à legislação:** “a continuidade dos processos de licenciamento dos aeroportos, iniciada no ano 2000, é um dos exemplos das iniciativas tomadas pela empresa para cumprir a legislação ambiental”. **Ecoeficiência:** “a busca pela ecoeficiência se dá com as ações voltadas para o uso eficiente dos recursos naturais, o aumento de produtividade e a redução de custos. Os programas de desempenho ambiental desenvolvidos pela Infraero seguem esse eixo de atuação”. **Educação e comunicação:** “a Infraero desenvolve programas de conscientização para a preservação da flora e da fauna para o público interno e externo da empresa. Campanhas de educação ambiental nos aeroportos também são organizadas”. (INFRAERO, 2007) ” (GONÇALVES, 2007 p. 6)

Confins no Estado de Minas Gerais. Não é objeto desta reflexão um estudo de caso dos aeroportos em tela, mas apenas colocar para o debate algumas questões socioambientais relacionadas aos mesmos apresentadas em dois outros estudos sobre a ampliação dos aeroportos de Ribeirão Preto e Campinas, o aeroporto de Confins ainda não possui nenhum estudo de cunho estritamente acadêmico dessa natureza, portanto a reflexão se apoiará nas últimas informações tornadas públicas pela mídia impressa/eletrônica e pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Governo do Estado de Minas Gerais.

Segundo Azevedo (2008 p. 713-716), muitos são os problemas²⁷ socioambientais relacionados a ampliação e internacionalização do Aeroporto Leite Lopes, dentre eles destacam-se:

5. O conflito baseado no temor da população de que o aeroporto se transforme em um aeroporto de Congonhas (ruído, restrição de horário e potencial de acidente aéreo);
6. As funções políticas e econômicas aparentemente são postas a frente das questões sociais;
7. A licitação foi realizada antes mesmo dos estudos de impacto ambiental;
8. A concessão do direito de exploração do terminal a uma empresa privada antes da autorização para realização das obras, com denuncia de favorecimento que está sob investigação do Ministério Público ;
9. A divisão da população entre dois movimentos, um de apoio ao projeto, liderado pelo prefeito chamado

²⁷ “ Segundo Spósito (2004) outro problema que pode ser observado nas cidades além dos fatores de atração desses aeroportos, pode ser atribuído a:

[...] crescimento das práticas espaciais que levam à formação de verdadeiros "vazios urbanos" e à descontinuidade do tecido urbano, gerando uma cidade mais esparsa territorialmente e menos integrada espacialmente, já que as diferenças socioespaciais e de grau de acessibilidade se ampliaram no período. (SPÓSITO,2004, p. 131).” (AZEVEDO, 2008, p. 716, griffo do autor)

“Decola Ribeirão”, e outro contra grupo contra a ampliação “Congonhas em Ribeirão, Não” formado por entidades populares e Ministério Público;

- 10. A suspeita de interesse do Estado em transferir para iniciativa privada a concessão do aeroporto, por meio de privatização;
- 11. A falta de uma política clara de Planejamento Urbano;
- 12. A urbanização do seu entorno: a ocupação acontece muitas vezes de forma desordenada e sem qualquer controle, com cerca de 19.000 pessoas, muitos bairros antigos e favelas do entorno serão desapropriadas com recursos do PAC²⁸, e já estão processo de disputa judicial.

O Aeroporto de Viracopos se localiza em uma Região Metropolitana por isso e por sua grande importância para economia de São Paulo e do Brasil, uma vez que é o maior aeroporto de cargas do Brasil, é frequentemente citado em diversos trabalhos, no entanto, para o objetivo desta reflexão elegeu-se a dissertação de Souza (2008, p. 102-146). Ele aponta que apesar da INFRAERO prevê que o aeroporto do ponto de vista da balança comercial brasileira será a grande alavanca das relações internacionais nos próximos 20 anos, com projeções de crescimento dignas dos melhores aeroportos mundiais os problemas socioambientais relacionados a sua ampliação, demonstrados pela pesquisa estão longe de serem superados, a saber:

- O conflito gerado na aplicação da legislação ambiental (elaboração do EIA/RIMA)²⁹, o Ministério Público

²⁸ Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal, prevê recursos de cerca R\$34 milhões para o projeto de desfavelização no local.

²⁹ Segundo Souza (2008 p. 102), “O Relatório Ambiental Prévio conclui o estudo da seguinte maneira: **Impactos Ambientais Positivos:** Mobilização de organizações políticas e sociais, adequação do empreendimento às disposições municipais do uso do solo e preservação de mananciais, geração de emprego, receita fiscal, dinamização do setor terciário e valorização imobiliária. **Impactos Ambientais Negativos:**

alega que os relatórios indicam diversas situações contraditórias e de visão estritamente econômica o que gerou ações contra a prefeitura de Campinas; A morosidade e restrição de acesso aos EIA-RIMA;

- O envolvimento dos Órgãos Estaduais ligados ao meio ambiente e do Ministério Público a partir de denúncias da sociedade civil organizada, entidades ambientalistas e ausência de integração espaço-temporal de planos de investimentos federais, estaduais e municipais; A ampliação do aeroporto funde o espaço urbano e rural, uma vez que grande parte das desapropriações ocorrerá no lado oeste (rural) que é separado do leste (urbano) por uma ferrovia;
- O elevado grau de incerteza dos moradores que serão desapropriados em relação aos valores a serem pagos na indenização;
- A evidência de que o projeto é voltado para atender apenas as exigências capitalistas e as próprias necessidades de desenvolvimento decorrentes da pressão internacional e dos mercados locais em expansão;
- A constatação de “*Um quadro de um processo institucional ilegal, contraditório e frágil sob o ponto de vista das transformações que ocorrerão no espaço urbano, principalmente no entorno do aeroporto*” (Souza 2008, p.140).

Localizado, a 38 km da capital mineira na Região Metropolitana de Belo Horizonte o Aeroporto Internacional Tancredo Neves, é o primeiro aeroporto no Brasil a operar como aeroporto industrial, sua ampliação que já foi aprovada pela INFRAERO, faz parte de um projeto do Governo do Estado de Minas Gerais para instalação de um corredor multimodal no

Supressão da vegetação, insegurança da população afetada, intensificação da ocupação de glebas da macrozona 7, intensificação da ocupação residencial de baixa renda, desapropriação de terras, perda de moradia, pressão por demanda de serviços públicos, risco de derramamento de combustíveis e lubrificantes. O relatório define então como viável a implantação do empreendedor, considerando as ações de mitigação, compensação e potencialização”.

Vetor Norte da RMBH, cujo objetivo é tornar a região um Hub logístico, para atrair empresas ligadas principalmente ao setor aéreo de alta tecnologia, defesa e aeroespacial. Para isso o Governo contratou uma assessoria internacional (JURONG³⁰) para elaboração do Master Plan ao custo de 5 milhões de dólares, em seguida o então Governado Aécio Neves o apresentou pessoalmente para o então Ministro da Defesa Nelson Jobim.

Com capacidade para atender 5 milhões de passageiros por ano atualmente o aeroporto se prepara para receber 12 milhões até a Copa de 2014 que se realizará no Brasil e cuja cidade de Belo Horizonte será uma das 12 cidades sedes. A INFRAERO já anunciou investimentos da ordem de R\$215,5 milhões até o início da copa. Para isso foi assinado o aditivo³¹ para ampliação do terminal 1.

³⁰ Segundo o JORNAL ESTADO DE MINAS (19/04/2010), “Esses setores, segundo estudo apresentado ao governo pela Jurong Consultants, de Cingapura, devem atrair até 2030 investimentos de US\$ 21,9 bilhões, sendo US\$ 15,3 bilhões em manufatura e serviços e US\$ 6,6 bilhões em pesquisas. Os novos negócios devem gerar mais 400 mil empregos nos próximos 20 anos e uma população adicional de 1,4 milhão de pessoas na região. A Jurong Consultants é especializada em planejamento de infraestrutura de cidades e está debruçada desde 2008 em pesquisa com outras consultorias nacionais e estrangeiras para traçar o projeto Diretrizes para a sustentabilidade e desenvolvimento do Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte: o plano macroestrutural e o seu ordenamento econômico. O projeto propõe que os investimentos sejam concentrados em 13 municípios: Betim, Contagem, Ribeirão das Neves, Vespasiano, Santa Luzia, Sabará, São José da Lapa, Confins, Lagoa Santa, Jaboticatubas, Matozinhos, Capim Branco e Pedro Leopoldo. Segundo Athayde, o objetivo do estudo foi buscar uma diversificação econômica para o estado. O governo inicia, no segundo semestre, um road show internacional para atrair empresas interessadas em se instalar no aeroporto.

³¹ “Pela previsão da Infraero, as obras de ampliação do terminal 1, que deverá aumentar a capacidade do Aeroporto Internacional dos atuais 5,5 milhões para sete milhões, devem ser iniciadas em 2011. Já o projeto executivo para a construção do

O Ministério Público Federal e Estadual através de uma ação³² conjunta

terminal 2 deve ser entregue à Infraero pelo Governo de Minas dentro de um ano. A previsão é que dentro de 30 dias a Infraero repasse os recursos para a elaboração do projeto. O valor estimado é US\$ 10 milhões. Já a construção do terminal 2 deve ampliar a capacidade para 12 milhões de passageiros. “Sabemos que o Aeroporto Tancredo Neves, em Confins, planejado no seu Terminal 1 para alguma coisa em torno de 5,5 milhões de passageiros, já está com praticamente o seu limite, já está saturado seu tráfego e trânsito de passageiros, inclusive em determinados horários. O que queremos é fazer algumas adaptações no Terminal 1, ampliando e, obviamente, fazendo a conexão correta com o Terminal 2. Nosso objetivo é que até a Copa de 2014 tenhamos duplicada a capacidade do Aeroporto Tancredo Neves levando mais conforto às pessoas, mais segurança, mais tranquilidade”, destacou Aécio Neves. Entre as obras previstas para o terminal 1 estão a extensão da atual pista de pouso e decolagem em, no mínimo, 600 metros; novo pátio de aeronaves e complementação do sistema de táxi. A finalização está prevista para 2012. O acordo de cooperação técnica entre a Infraero e o Governo de Minas foi assinado em novembro de 2009, com prazo de 33 meses. Com o aditivo, passa a vigorar por 60 meses. O presidente da Infraero, Murilo Marques Barboza, garantiu que dentro de 60 dias será realizada a licitação dos primeiros lotes do Aeroporto Indústria no entorno do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em uma área de 46 mil m², pertencente ao Estado, com investimento de R\$ 10 milhões. As obras do Aeroporto Industrial deverão ser concluídas até junho. Serão licitados nove lotes disponíveis para a instalação de empresas de tecnologia de ponta. “Num prazo máximo de 60 dias, haverá as primeiras licitações em blocos do aeroporto indústria. É a primeira experiência que vamos estar praticando desse modelo nos aeroportos”, explicou Murilo Barboza” (GOVERNO DO ESTADO DE MG, 25/03/2010)

³² “O aeroporto de Confins foi instalado na década de 80, mas o licenciamento operacional corretivo se deu em 2006. O fato de a Lei 9.985 ser posterior a essa instalação não afasta a exigência da compensação ambiental, eis que a legislação não diferenciou as espécies de licenciamento” sustenta a procuradora da República Zani Cajueiro. “A instalação de empreendimentos de significativo impacto ambiental gera intervenções negativas não-mitigáveis aos recursos ambientais, entre elas a perda da biodiversidade e a perda de áreas representativas do patrimônio cultural, histórico e arqueológico. Por isso, a única alternativa viável

movida contra a INFRAERO, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Estado de Minas Gerais e Instituto Estadual de Floresta, com vistas a fixação e cumprimento da medida compensatória referente à construção do aeroporto de Confins, que foi realizada entre 1983 e 1984, numa área de relevo cárstico de vegetação rupestre com espécies endêmicas, e que recebeu grau máximo de impacto ambiental pela Fundação Estadual do Meio Ambiente, sua construção apesar de extremamente criticada até mesmo pelo poeta mineiro Carlos Drummond de Andrade, foi levada a cabo pelo Governo Militar.

Cabe ressaltar, que a referida ação não se refere à ampliação do aeroporto em curso, diferentemente dos outros dois aeroportos anteriormente apresentados, nessa etapa da ampliação houve apenas uma ação do Instituto Chico Mendes por questões de caráter ambiental, que suspendeu por alguns meses do ano de 2009 a construção do aeroporto industrial, e que de acordo informações obtidas por esta autora na SEDE (Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Governo do Estado) só serviram para atrasar as obras de construção.

Observa-se a luz dessas informações que no caso do Aeroporto de Confins não há nenhuma mobilização social no sentido de apurar os grandes investimentos estruturais e seus impactos socioambientais, com exceção do Relatório Final para o Vetor Norte elaborado pela Universidade Federal de

seria a compensação ecológica desses impactos através da destinação de recursos para a manutenção ou criação das Unidades de Conservação. No caso de Confins, segundo informações da Gerência da APA Carste Lagoa Santa, nenhum recurso foi aportado para as ações previstas em lei. Ou seja, um empreendimento do porte do aeroporto foi construído numa área de relevância ambiental reconhecida internacionalmente, sem que os órgãos responsáveis jamais tenham fixado o valor da compensação ambiental decorrente de sua instalação. É isso que pretendemos corrigir com o ajuizamento da ação”. (*EcoDebate*, 29/05/2009)

Minas Gerais contratado pela Prefeitura de Belo Horizonte (Prefeitura de Belo Horizonte, 2008), que aponta a região como de extrema fragilidade ambiental e desaconselha investimentos de alto impacto ambiental na região.

Além disso, ao contrário do que se observou nos estudos relativos aos aeroportos de Ribeirão Preto e Viracopos, onde existe mobilização social de resistência aos projetos, no caso do Aeroporto de Confins as questões relacionadas à desapropriação recentemente iniciada, ou as externalidades negativas do ponto de vista urbano e social nas cidades do entorno do aeroporto não sequer mencionadas, discutidas ou questionadas e muito menos avaliados pela sociedade mineira e pela população diretamente afetada por tão grande empreendimento.

Em comum com os casos anteriormente analisados parece haver apenas os objetivos de (re)produção capitalistas, econômicos em detrimento dos sociais. Nesse sentido, é inquietante a pergunta: Qual será o resultado desses investimentos em termos de sustentabilidade urbana, ou de um desenvolvimento urbano com justiça ambiental.

6 - Considerações Finais.

“Um fenômeno que transforma as localizações criadas pela natureza ou as construídas pelo homem em objetos de consumo e os mercantiliza enquanto tal (LIMONAD; RANDOLPH, 2001). Ao mesmo tempo em que esses locais convertem-se em objeto de consumo exclusivo para o turismo internacional, possíveis de serem vistos, mas não usufruídos, tornam-se inacessíveis para os que neles trabalham e para os habitantes locais, convertidos em prestadores de serviços que não requerem qualificação profissional.” (LIMONAD, 2007, p. 40)

Sem embargo, diante do exposto esta reflexão ainda requer o resgate de algumas contribuições teóricas sobre o urbano e o ambiental. Quando se trata da ampliação de aeroportos parece que no Brasil há um distanciamento entre o discurso e as práticas de desenvolvimento urbano sustentável.

Percebe-se nesta reflexão a presença do Estado como ator central do espaço abstrato de Lefebvre(1999), cujo papel é o de assegurar as condições gerais de (re) produção de capital, como bem apontado pela análises urbanas estruturalista e pós-estruturalistas. Nesse contexto, o espaço urbano precisa ser como destaca Harvey (2007) permanentemente remodelado, onde recursos financeiros que não são disponibilizados pelos capitalistas são investidos pelo Estado e utilizados para valorizar certas áreas da cidade e promover o que o referido autor chama de desenvolvimento geográfico desigual, através da redefinição de centralidades do espaço urbano, com novas hierarquizações, fragmentações e expropriações.

Não foi objetivo desta reflexão recuperar a legislação ambiental concernente a ampliação de aeroportos no entanto ficou clara sua fragilidade frente as questões socioambientais que envolvem estes grandes equipamentos urbanos, o que talvez possa ser parcialmente explicado pela apropriação indevida e a vulgarização do discurso do desenvolvimento sustentável por diferentes atores presentes nessa construção e apropriação , ou seja, há necessidade de uma rediscussão, ampliação e (re)apropriação de seus conceitos. Por outro lado, observa-se que outros atores fazem pouco ou nenhum uso desse grande cabedal analítico a seu favor. Nesse sentido, a contribuição da corrente da Ecologia Política (Escobar 1996, Leff 1998, Peet e Watts 1996), de inspiração pós-estruturalista, reside em relacionar o desenvolvimento, o meio ambiente e os movimentos sociais e em os inserir em um debate mais amplo sobre a modernidade e suas instituições, as assimétricas relações de poder e o ambiental .

Além disso, a Ecologia Política pode contribuir como perspectiva de entendimento crítico dos conflitos ambientais. Desponta como um caminho possível para o esclarecimento da relação dialética inserida no discurso ambiental e do caráter conflituoso que pode ser observado no desenvolvimento geográfico desigual engendrado pelo modo de produção capitalista que se organiza em âmbito global mais que se realiza através da reprodução social no espaço a nível local. Assim,

compartilha-se da visão de Costa (2008b), ao afirmar a necessidade da análise do “[...] processo de transformação social por meio de um nível de abstração mais elevado”, rumo “[...] a construção de uma ecologia política do espaço e suas muitas possíveis variantes, da urbanização, do território, entre outras”.

Ficou clara também nesta reflexão a dissociação existente entre o espaço da cidade e do urbano como produção social e o meio ambiente nas preocupações do planejamento, gestão e investimento dos aeroportos no Brasil. Quando se trata de ampliação de aeroportos aparecem as fragilidades das populações urbanas e rurais diretamente afetadas pelas transformações propostas, percebe-se um alto grau de vulnerabilidade e risco a que estas populações estão expostas. As categorias risco e vulnerabilidade são segundo Torres (2000) relevantes no entendimento das questões demográficas e ambientais, uma vez que permitem a identificação e mensuração das características sociais dos grupos expostos bem como dos tipos e graus de risco, além disso a explicitação de impasses técnicos, confrontos políticos, e por último a delimitação espacial e a quantificação da população envolvida. Apesar da exposição aos riscos serem inerentes a condição humana, o debate sobre a distribuição desses fenômenos é fundamental pois emerge como questão social e política central das sociedades contemporâneas, uma vez que os riscos se distribuem de maneira desigual e que os fenômenos sociais e ambientais estão relacionados.

Marandola(2009) propõe a vulnerabilidade do lugar como proposta metodológica de pesquisa, associada a estudos empíricos. Numa perspectiva culturalista, fenomenológica, o autor destaca a importância do espaço vivido e percebido (relação de envolvimento e pertencimento). O autor propõe a abordagem qualitativa , e a adoção da menor escala geográfica como importantes instrumentos para compreensão da vulnerabilidade. Assim como Torres (2000), destaca a importância da dimensão espacial na compreensão dos fenômenos. Os referidos autores atribuem a inserção brasileira na lógica da DIT, e ao modelo de desenvolvimento

(industrialização/urbanização) adotado como um dos elementos fundamentais para a compreensão e para o entendimento da alta vulnerabilidade que a população principalmente urbana e de baixa renda está exposta. Nesse sentido, as variáveis risco e vulnerabilidade se tornam relevantes para o entendimento da produção do espaço, bem como para o planejamento urbano e para o delineamento de políticas públicas, que possam se não corrigir ao menos mitigar os riscos e promover maior justiça ambiental.

Por último, e não menos importante, evidenciou-se que a implantação e ampliação de aeroportos no Brasil parece desconsiderar por completo a capacidade de suporte do espaço urbano, periurbano e rural onde se localizam os sítios aeroportuários, há uma carência de pesquisas que relacionem aeroportos e capacidade de suporte. Hogam (2000) um dos precursores na discussão de questões ambientais sugere que o pesquisador examine “*os diferentes recortes possíveis*”, de maneira menos determinista e dogmática, numa perspectiva interdisciplinar com estreitamento “*do foco geográfico da análise para um lugar específico*”. O referido autor parte do pressuposto de que o valor do conceito da capacidade de suporte deve direcionar o pesquisador para o estudo cuidadoso (dinâmica populacional e ambiente físico)

dos ecossistemas específicos para o entendimento das dinâmicas ecológicas, junto com as sociodemográficas.

Torna-se necessário apresentar uma visão crítica quando se busca o desenvolvimento urbano sustentável, quando se quer o enfrentamento (Smolka, 1993 p.139) das questões urbano ambientais pode-se atuar sobre seus efeitos ou sobre as causas, as duas opções tem suas idiossincrasias sociais econômicas e principalmente políticas, além disso, dependendo da escala e das características intra-urbanas haverá diferentes níveis de desigualdade e de distanciamento espacial da incidência dos problemas ambientais.

Assim, os elementos apresentados e discutidos nesta reflexão teórica oferecem subsídios para a aproximação e compreensão parcial da realidade da relação dos aeroportos, enquanto importantes equipamentos urbanos, com a cidade, o meio ambiente e a população, relação essa que deve ser entendida como *fundamentalmente ecológica*. É urgente a ampliação não só dos aeroportos, mas do escopo de análise dessa relação tão intensa, contraditória e ao mesmo tempo tão pouco discutida, como condição básica e necessária ao alcance da cidade sustentável no Brasil.

Referências

AZEVEDO, J. C. ; ORTIGOZA, S. Ap.G. *Instalação e ampliação de aeroportos e seus impactos sócio-espaciais em cidades paulistas: O caso de ribeirão preto*. UNESP, IGCE Instituto de Geografia e Ciências Exatas, Departamento de Geografia. 2008. Artigo. Simpósio de Transporte Aéreo (SITRAER), Rio de Janeiro, Novembro 2008. Disponível em: <http://www.tgl.ufrj.br/viisitraer/pdf/527.pdf> Acesso: Março, Julho de 2010.

BOWEN, J, JR.; RODRIGUE, J.P. Airport Terminal. In: *The Geography of Transport System*. Chapter 4. Rodrigue, Jean-Paul; Comtois, C; and Slack Brian, New York: Routledge, 352 pages. ISBN 978-0-415-48324-7. 2009. Disponível em: <http://people.hofstra.edu/geotrans/eng/ch4en/ch4menu.html> . Acesso em ; Março de 2010.

CAPEL H. (s.d.) Agentes y estrategias en la producción del espacio urbano español. Disponível em: <http://www.raco.cat/index.php/RevistaGeografia/article/viewFile/45880/56672> Acesso em: Julho de 2010.

COSTA, H.S.M. Desenvolvimento urbano sustentável: uma contradição de termos? Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, n.2, p. 55-71. Março, 2000.

COSTA, H.S.M.; COSTA, G;M. Repensando a análise e a práxis urbana: algumas contribuições da teoria do espaço e do pensamento ambiental. In: Diniz, C. C.; Lemos, M. B. (org.) *Economia e território*. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 365-382. 2005.

COSTA, H.S.M. A trajetória da temática ambiental no planejamento urbano no Brasil: o encontro de racionalidades distintas. In: COSTA, G. M.; M. Jupira G. (Orgs.). *Planejamento urbano no Brasil: trajetória, avanços e perspectivas*. Belo Horizonte: C/Arte, 2008a. 304p.

COSTA, H. S.M. Meio ambiente e desenvolvimento um convite à leitura. In: HISSA, C.E. V. (Org.). *Saberes Ambientais: desafios para o conhecimento disciplinar*. Belo Horizonte, Editora UFMG. 2008b.

ECODEBATE, (29/05/2010). Ação conjunta dos MPs Federal e Estadual pede compensação por dano ambiental decorrente da construção do Aeroporto de Confins. Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/2009/05/29/confins-ministerio-publico-pede-compensacao-ambiental-pela-construcao-do-aeroporto/> Acesso: Julho de 2010.

ESCOBAR, A. (1996) Cap. 2 :Constructing nature: elements for a poststructural political ecology. IN: *Encountering development. The making and unmaking of thirdworld*. Princeton: Princeton University Press.

GONÇALVES, E.S. Práticas sustentáveis de gestão e controle ambiental em aeroportos. Artigo. UNIFAE, Curitiba, Paraná. 2007. II Seminário sobre Sustentabilidade em 2007. Disponível em : http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/IIseminario/pdf_praticas/praticas_14.pdf , Acesso: Julho 2010.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Governo assina aditivo para ampliar aeroporto em Confins. 25/03/2010. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/politica/4660891/governo-assina-aditivo-para-ampliar-aeroporto-em-confins> .Acesso : Julho de 2010.

HARVEY, D.. *Condição pós-moderna, uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Trad. Adail U. Maria S. G São Paulo, Ed. Loyola, 2007. 349p.

HOGAN, D. J. *A relação entre população e ambiente: desafios para a demografia*. In: TORRES H. ; COSTA, H. (orgs.). *População e meio ambiente; debates e desafios*. São Paulo: Ed. Senac. 2000.

JORNAL ESTADO DE MINAS. Vetor Norte da Grande BH projeta investimentos. (19/04/2010). Disponível em: http://www.uai.com.br/htmls/app/noticia173/2010/04/19/noticia_economia,i=156206/VETOR+NORTE+DA+GRANDE+BH+PROJETA+INVESTIMENTOS.shtml Acesso: Maio de 2010.

LEFEBVRE, H. *A revolução urbana*. Trad. Sérgio Martins. Belo Horizonte. Editora UFMG. 1999.

LEFF, E. (1998). El movimiento ambiental y la democracia em América Latina. In: *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidad, complejidad, poder*. Mexico: Siglo Veintiuno Editores.

LIMONAD, E. *Urbanização dispersa mais uma forma de expressão urbana?* In: Revista Formação, nº14, vol.1- p. 31-45. UNESP, SP. 2007. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/pos/geo/revista/artigos/Limonad.pdf> . Acesso em: Julho de 2010.

MARANDOLA, E. Jr. ; HOGAN, D. J. Vulnerabilidade do lugar vs. vulnerabilidade sociodemográfica: implicações metodológicas de uma velha questão. Rev. Bras. Est. Pop. Rio de Janeiro, v. 26, n2, p. 161-181, jul./dez. 2009

MONTE –MÓR, R. L. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: Santos, M. Souza, M.A.; Silveira, M. L. 1994. *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo. HUCITEC/ANPUR, pp. 169-181. 1994.

MONTE-MÓR, R. L. Outras fronteiras: novas espacialidades na urbanização brasileira. In Castriota, L. B. (org.) *Urbanização brasileira: redescobertas*. Belo Horizonte; Editora C/Arte, pp.260-27. 2003.

OLIVEIRA, Francisco. Acumulação monopolista, estado e urbanização: a nova qualidade do conflito de classes. In: MOISÉS, J. A. et. al. (orgs.) *Contradições urbanas e movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 65-76, 1977.

OLIVEIRA, L. H. W. Congonhas registra o maior número de acidentes aéreos contra estruturas urbanas, aponta pesquisador. Entrevista concedida à Agência Brasil, Caderno Infraestrutura e Transporte. Em 25/01/2007. 2007. Disponível em : <http://agenciabrasil.ebc.com.br/arquivo/node/320690> . Acesso em : Julho de 2010.

PEET, R. ; WATTS, M. (EDS.). Liberation ecology: Development, sustainability, and environment in an age of market triumphalism. In: *Liberation ecologies. Environment, development, social movements*. Cap. 1. London; New York: Routledge. 1996.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, SMPL, IGC-UFMG, IPPUR -UFRJ. *Estudo sobre os impactos oriundos das iniciativas localizadas no Eixo Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte e definição de alternativas de desenvolvimento econômico, urbano e social para o município de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Relatório Final. Vols. 1-7, (e anexos), CD-ROOM, maio de 2008.

SANCHEZ, R. Capel H. Construyendo la ciudad del siglo XXI. Retos y perspectivas urbanas en España y Chile. Rev. geogr. Norte Gd., Santiago, n. 35, jul. 2006. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-34022006000100008&lng=es&nrm=iso. Acesso em julho de 2010.

SMOLKA, O. M. Meio ambiente e estrutura intra-urbana. In: Martine, G. *População, meio ambiente e desenvolvimento*. Ed. Unicamp. 1993.

SOUZA, P. D. Aspectos socioambientais das propostas de expansão do Aeroporto de Viracopos em Campinas, São Paulo. Dissertação de Mestrado,: PUC Campinas, Campinas, 2008. 158p.

TORRES, H. G. A demografia do risco ambiental. In: TORRES H. ; COSTA, H. (orgs.). *População e meio ambiente; debates e desafios*. São Paulo: Ed. Senac. 2000.

Recebido em 13/10/2011
Aprovado em 19/10/2011

A MOEDA SOCIAL E A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: INSTRUMENTOS PARA UM NOVO PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO?

Claudia Lucia Bisaggio Soares*

54

Resumo

O objetivo do trabalho é mostrar como a necessidade de elaborar modelos de desenvolvimento autônomos, que respondam às perspectivas distintas das idealizadas nos modelos tradicionais vem estimulando no Brasil experiências econômico-sociais inovadoras, estruturadas em torno do eixo da chamada “economia solidária”, envolvendo a criação de novas experiências monetárias e o compartilhamento de valores sociais diferentes dos tradicionais individualismo e estímulo à concorrência - como forma de reorientar os objetivos do “novo” desenvolvimento pretendido.

Palavras-chave: moeda social, economia solidária, desenvolvimento.

Resumen

El objetivo del trabajo es mostrar como la necesidad de elaborar modelos de desarrollo autónomos, que respondan a las perspectivas distintas de las idealizadas en los modelos tradicionales viene estimulando en Brasil experiencias económico-sociales innovadoras, estructuradas alrededor del eje de la llamada “economía solidaria”, involucrando la creación de nuevas experiencias monetarias y el compartimiento de valores sociales diferentes de los tradicionales individualismo y estímulo a la competencia - como forma de reorientar los objetivos del “nuevo” desarrollo pretendido.

Palabras-clave: moneda social, economía solidaria, desarrollo.

* Doutora em Ciências Humanas – UFSC. Professora da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. *E-mail:* claudia.soares@unila.edu.br

1. A moeda social

Moeda social é uma forma de moeda paralela instituída e administrada por seus próprios usuários, logo, sua emissão é originada na esfera privada da economia. Entre ela e a moeda nacional não há qualquer vínculo obrigatório, e sua circulação baseia-se na confiança mútua dos usuários, participantes de um grupo circunscrito por adesão voluntária (SOARES, 2009).

É importante notar que os idealizadores dessa experiência e a maioria de seus participantes assumem-na como um exercício de vontade, reflexo de uma busca pela recolocação da economia a serviço das finalidades sociais e pela reintegração de seus valores à esfera sociocultural. Nesses termos, a moeda social deve ser percebida como uma instituição de caráter assumidamente normativo, à qual se associa quem compartilha os mesmos valores. Em cada experiência, a combinação de elementos do conjunto total de valores a ser perseguido pode mudar, porém, via de regra, dois significados são atribuídos recorrentemente à moeda social: 1) “meio de troca” alternativo ou complementar (BLANC, 1998), capaz de gerar melhores condições de vida aos aderentes; e/ou 2) prática de reinvenção da economia, almejando reconstruí-la em moldes responsáveis e participados, de forma integrada com as outras esferas da vida. Em qualquer caso, essa moeda merece ser interpretada como uma relação monetária que procura desmascarar e colocar em evidência as relações de poder que comumente subjazem às atitudes mercantis e ainda, mais especificamente, ao instrumento monetário tradicional.

Discutir o caráter social da moeda não é, como se costuma supor, apenas uma

questão de se criar um sistema que propicie a inclusão social por meio de uma “produção maior e mais descentralizada” de massa monetária, nem mesmo da gestão coletiva e transparente desse novo dinheiro dos “despossuídos”, até porque empresas de todo porte utilizam moedas sociais. A idéia abriga também um aspecto mais radical: procura-se resgatar o dinheiro, a instituição monetária, enquanto instituição social completa, cuja forma e procedimentos transpõem determinada face para a arena de disputa de poder (que pode beneficiar mais uns que outros), estimulam certos valores sociais e reprimem outros (respectivamente, a responsabilidade e o individualismo, por exemplo). Além disso, tais formas e procedimentos imprimem ou destroem hábitos, interagindo simultaneamente em todas as esferas da vida, imbricada no *modus operandi* do sistema social. Com efeito, tecnicamente, a moeda social não tem (nem faz sentido ter) lastro em moeda nacional, mas pode vir a ter relação de valor, paridade, com ela.

As regras de cada experiência são expressas, compartilhadas e passíveis de discussão, embora alguns princípios sejam considerados imutáveis: a) a democracia participativa, que implica gestão da moeda pelo usuário, transparência administrativa e responsabilidades partilhadas; b) a continuidade das operações de intercâmbio, que possibilita a aceitação da moeda, assegurando haver uma próxima oportunidade para se equacionarem as demandas e ofertas pendentes (portanto, retidas na forma de “dinheiro”); c) a confiança no grupo enquanto tal, que respalda o “valor” da moeda (que é exatamente o de servir de meio de troca entre o grupo); d) o caráter de serviço “público” da moeda, que favorece a circulação e a produção de mercadorias, não a especulação ou qualquer outro tipo de

lucro estéril – não há cobrança de juros ou concessão de prêmio pela retenção de moeda, mas, em alguns casos, punição (juros invertidos) por entesouramento; e) a atividade econômica enquanto provedora de bem-estar, que pressupõe não existir a intenção de “lucrar”, no sentido de tirar-se proveito de um trabalho não-remunerado do outro ou de qualquer tipo de especulação.

Assim como qualquer outro “equivalente universal de troca”, a moeda social deve cumprir (e tem condições para tanto) as funções de: a) medida de valor/unidade de conta – facilita o acordo sobre os valores relativos das diversas mercadorias; b) meio de pagamento – permite que os intercâmbios ocorram diferidos no tempo, espaço e entre agentes distintos; c) reserva de valor – permite, se a moeda social estiver sendo bem administrada, que seu valor varie muito pouco, ou moderadamente, de tal forma que ela poderá ser utilizada para fins de poupança. Poupar ou não, reter ou não moeda constitui uma decisão grupal e individual, pois a possibilidade de servir como reserva de valor é parte integrante da tecnologia social “moeda”, função conseqüente de uma boa administração do meio circulante e da cultura do grupo. Apenas uma decisão consensual entre os usuários pode alterar esse quadro. A utilização do expediente de cobrança de juros invertidos serve para se explicitar essa “vontade coletiva” e incentivá-la, mas tal recurso só será deveras eficiente se houver acordo entre os participantes acerca da questão.

A aceitação da moeda social limita-se à confiança existente entre seus usuários. Por um lado, quando os grupos são pequenos e homogêneos, é mais fácil equacionarem-se as questões administrativas, embora, por vezes, falte variedade nos itens negociados. Por outro lado, quando as experiências ganham escala, superam-se mais facilmente as necessidades materiais dos participantes. Em que pese a

essas considerações, grupos maiores tendem a recorrer a outros expedientes para além da confiança mútua originária, a fim de manterem a aceitação e o valor estável de sua moeda social. Normalmente, esse reforço é alcançado mediante acordos/regulamentos passíveis de cobrança judicial.

A experiência contemporânea com moeda social tem se dado mais comumente nos chamados clubes de troca (nomeadamente na América Latina), que funcionam por meio da emissão física do bônus. Alguns chegam a extrapolar a escala de “clube”, envolvendo toda uma região, como as “Horas”, de Ithaca-EUA. Outra modalidade envolvendo a moeda social são as redes de compensação mútua, ocorrendo quando um grupo de pessoas ou empresas reúne-se a fim de realizar intercâmbio de bens e serviços mediante uma unidade de conta instituída pelo grupo. Para tanto, utiliza-se uma contabilidade própria, que transforma as transações realizadas em débitos e créditos para os agentes respectivos, criando, automaticamente, o “meio circulante” do grupo (comuns na Europa e na América do Norte). O sistema LETS ou SELs, como é conhecido na França, é um exemplo dessa forma de atuação, assim como o sistema WIR, que nasceu em Zurique, na Suíça, em 1934, ainda em funcionamento, basicamente entre empresas de porte médio. Os bancos de tempo, criados na Itália, no início da década de 1990, e concentrados em maior número na Europa, nomeadamente na Itália, Espanha e Portugal, também podem aí ser incluídos. Faz-se evidente que todas essas experiências respeitam a mecânica básica de uma moeda social: trabalham com um equivalente geral de circulação restrito, sem qualquer outro lastro que não a confiança e continuidade esperada no trabalho e nas mercadorias transacionadas, havendo gestão participativa na escala do grupo.

2. Experiências brasileiras de moeda social

A experiência contemporânea com moeda social no Brasil está concentrada nas experiências dos clubes de troca, embora existam também casos independentes desse tipo de organização³³. De fato, partindo-se de uma análise mais rigorosa, poucos grupos de troca se automeiam clube de troca, embora funcionem dessa forma. Não existe apenas um modelo de clube e, de fato, principalmente no Brasil de hoje, as formas são múltiplas, como múltiplos são os interesses que levaram as pessoas formarem grupos e juntarem suas histórias de vida. Entretanto a existência de uma carta de princípios que inclua os objetivos e algumas regras básicas é, quase sempre, encontrada e recomendada nos diversos manuais de formação que circulam pelo país³⁴. Uma grande parte das experiências com maior expressão nacional estão conectadas com movimentos da chamada economia solidária, também chamada de economia popular ou socioeconomia solidária³⁵.

Para além dos clubes de trocas, as experiências ligadas às empresas e ao exercício da chamada “responsabilidade social” também se fazem presentes no Brasil. Normalmente nesses casos procura-se trazer voluntários para participar dos projetos sociais promovidos pelas empresas,

estimular à participação das pessoas que se pretende auxiliar ou mesmo equacionar de maneira mais próxima a fórmula do mercado convencional os fluxos de doação e necessidades através da utilização de algum “bônus” que sirva de intermediário entre as ações.

Por outro lado, também partindo das iniciativas empresariais, têm-se os acordos entre empresas. O potencial das trocas para reduzir custos nos negócios é historicamente reconhecido pelo meio empresarial. Como resultado de todo esse dinamismo, além da complexidade das operações de intercâmbio comercial, originaram-se basicamente duas formas de operar a questão: o surgimento de “clubes de troca” entre empresas e de empresas especializadas na intermediação das trocas, as chamadas empresas de *bartering*, que fogem ao escopo da moeda social, mas não deixam de gerar moedas paralelas de diferentes modalidades.

Segundo o levantamento realizado em 2005 (SOARES, 2006), existiam 68 clubes de troca em todo o Brasil trabalhando com moedas sociais, sendo a região Sul a que apresentava o maior número de experiências, 45; seguida da região Sudeste com 19 grupos e o restante do país (regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste) contribuindo com mais 4 clubes.

³³ Para um maior detalhamento da experiência brasileira com as moedas sociais consultar Soares, 2006.

³⁴ Ver: *Como Organizar uma Rede de Trocas* – Programa de Alfabetização Econômica (<<http://www.redlases.org.ar>>); *Como criar uma Rede de Trocas em sua Comunidade* – Dídac Sanchez-Costa (<<http://www.voluntariosambientais.org.br>>); *Clube de Trocas* – Associação para o Desenvolvimento da Intercomunicação (clubedetrocas@ig.com.br) e *Moeda Social e Trocas Solidárias: experiências e desafios para ações transformadoras* – PACS (<<http://www.pacs.org.br>>).

³⁵ Para maiores esclarecimentos consultar Lisboa, 2000b, 2004; Singer, 2002 e Singer e Souza, 2000.

Figura 1 - Localização dos Clubes de Troca nacionais



Elaboração nossa.

3. Da moeda nacional a moeda social, um caminho para a autonomia?

Quando utilizando a moeda social os agentes envolvidos possuem uma enorme autonomia sobre a emissão daquilo que funcionará como equivalente universal de troca, além de praticarem a descentralização da emissão, através da promoção de vários pólos emissores em simultâneo. Ou seja, ao negarem a reificação do dinheiro assumem a responsabilidade de reenquadrar a economia no social, trazendo à tona também toda a responsabilização que se segue ao assumir esse poder até então implícito. É nesse sentido então, que o grupo é autônomo (apesar de existir em uma sociedade

marcada por opressão e desigualdade estruturais como contexto), na medida em que “dá a si próprio a lei”, ou a regra.

Entretanto, em que medida essa característica, em contraposição à heteronomia (ou seja, a “lei”, a norma, a regra que é ditada de fora para dentro ou imposta de cima para baixo) da emissão da moeda oficial no contexto da “economia geral” moderna e capitalista, oferece um caldo de cultura para o florescimento de uma experiência - no sentido thompsoniano, (THOMPSON, 1981 e 1987) - alternativa e “insurgente”, inconformista, de forma a fazer florescer padrões de sociabilidade diferentes dos tradicionalmente engendrados pelo dinheiro moderno, mais cooperativos e solidários, permitindo processos político-

pedagógicos emancipatórios - vai depender, também, do grau de consciência (e assunção de responsabilidade) que os participantes têm (e se dão) dessas possibilidades.

A utilização da moeda social parece sugerir um enorme laboratório social, onde como derivado dos ensaios, resultam além de algumas novas tecnologias sociais, também experimentações de alternativas. São vivências, aprendizados e desfrute de exemplos de outras formas de levar à vida, de outras maneiras de organizar a divisão social de poder, de organizar o trabalho e implementar as responsabilidades, que podem resultar em uma maior aproximação com a vivência da autonomia pessoal e coletiva (em seu contexto interpretativo castoriadiano (CASTORIADIS, 1982 e 2002). Parece ser difícil passar por um processo desse e não sair, no mínimo, vendo a moeda nacional desmistificada e as relações econômicas tradicionais como um exercício de poder. Ao que indicam as narrativas dos participantes coletadas em encontros, vídeos e feiras, ninguém sai da mesma forma que entrou.

4. Moeda social e desenvolvimento

Desenvolvimento exige transformação, mudança com um sinal positivo em direção a um objetivo, daí ser sempre necessário qualificar e explicitar esse propósito a ser atingido. Segundo Castoriadis,

“(…) um organismo se desenvolve quando progride até a sua maturidade biológica. (...) desenvolvimento é o processo de realização do virtual, da passagem da *dynamis* a *enegeia*, da *potentia* ao *actus*. Isto implica, evidentemente, que existe uma *energeia* e um *actus* que podem ser determinados, definidos, fixados, que existe uma norma pertinente a essência do que se desenvolve; (...) neste sentido o desenvolvimento implica na definição de uma maturidade, e logo de

uma norma natural.” (CASTORIADIS, 1980, p.191).

Ou seja, mesmo na referência contextual original do termo, associado aos processos biológicos, é preciso ter-se em mente um modelo para se poder falar, com propriedade, em desenvolvimento. É evidente que no campo social, na falta de uma descrição alternativa, assume-se a “marcha para a economia de mercado” como norma³⁶. Essa ressalva é importante, sob uma perspectiva pragmática, porque alguns experimentos com moeda social ao se esquecerem de explicitar o modelo que desejam, deparam-se com a entrada e permanência de membros que vêm guiados pelo consenso fácil, porém enganoso, que a noção de “busca de desenvolvimento” acena, trazendo transtornos e disputas nem sempre construtivos.

Por outro lado, é inegável que boa parte dessas experiências monetárias alternativas surgiram da busca de processos que dinamizassem o processo de desenvolvimento tanto quantitativamente como qualitativamente, visando mecanismos para a promoção de um desenvolvimento real (e, portanto, sustentável social e materialmente), e solidário (socialmente justo e economicamente equilibrado).

Entretanto, várias se apoiaram em diagnósticos que apontam como uma das causas relevantes do enfraquecimento do desenvolvimento econômico e da crescente exclusão social, a escassez monetária no circuito da economia real, decorrente da sua drenagem para o circuito financeiro inviabilizando assim uma maior intensidade de trocas, especialização da produção e, por conseguinte, uma maior dinamização e crescimento econômico.

³⁶ Um tratamento mais profundo do tema que, entretanto, foge ao escopo do presente trabalho, foi realizado anteriormente em Soares, 1998.

Quando se tem uma economia plenamente monetizada, como é o sistema econômico contemporâneo, e em simultâneo a noção de que a base do valor da moeda é a escassez, coloca-se o sistema em um círculo vicioso, em um jogo de soma zero. Para que alguns participantes ganhem (valorizem seu capital) se torna necessário que os outros percam (não consigam valorizar seu trabalho/capital). Porém, no contexto específico da atuação da moeda social, o que se pode esperar? Na medida em que a moeda social se apresenta como uma discussão sobre o caráter da moeda nacional, esse questionamento deve também atingir a ação linear de estímulo ao desenvolvimento a partir de uma simples injeção de mais moeda no circuito real. Tecnicamente falando a relação moeda crescimento vai além da proporcionalidade quantitativa.

O tipo de moeda que se usa também influencia a relação. Como já visto, se é uma moeda que tem sua emissão baseada no crédito e no pagamento de juros, o tipo de estímulo terá características diferentes das almejadas pelos usuários da moeda social. Entretanto, se o instrumento monetário é criado e gerido como um instrumento de uma proposta explícita de padrão de desenvolvimento (e não seu fim), que características deve³⁷ incorporar?

Essa é justamente uma das grandes potencialidades da moeda social, recolocar para os usuários a escolha sobre o modelo de desenvolvimento, sobre o que é considerado como qualidade de vida e que, portanto, deve ser buscado; e também os instrumentos que serão utilizados. Nesse sentido os processos de emissão e gerenciamento das experiências de moeda social de que se tem notícia não são todos iguais. Retratam o grau de audácia que o grupo se permite, o diagnóstico que fazem da causa das desigualdades de desempenho

³⁷ Diz-se deve, para ressaltar, mais uma vez, que é mesmo uma questão de escolha de modelo a seguir.

e oportunidades e o que se pode fazer para superar essas dificuldades.

Retomando, se moedas diferentes estimulam desenvolvimentos diferentes entre as relações econômicas e o resto do sistema social, trabalhar com uma moeda que não permite a usura (recolocando a função de meio de troca como a função básica para o dinheiro, em detrimento da reserva de valor - que fica subordinada a primeira), é assumir o intuito de submeter-se o sistema econômico novamente a lógica da produção (necessidades humanas), em detrimento da reprodução do capital financeiro/imaterial e, admitir essa postura já muda qualitativamente o crescimento esperado, pois traz de volta o investimento para o lado real do sistema econômico, mas não é suficiente para enquadrar o tipo de desenvolvimento esperado. Se o ponto de partida das experiências é, em geral, a percepção que está faltando óleo no circuito, e que esse óleo pode ser provido local/socialmente, a análise a partir daí acaba colocando na mesa todo o modelo subjacente à moeda nacional. É bom lembrar que esse estímulo à reflexão que a crise de escassez de circulante gerou tem resultado em soluções bem mais ambiciosas que apenas resgatar a moeda para a produção, ou simplesmente aumentar sua quantidade em circulação via criação de moedas locais ou sociais (com seu caráter de permitir, naturalmente, maior inclusão social).

Pensar a relação moeda social/desenvolvimento exige revelar e reverter o circuito perverso da economia moderna que exacerbou a função de reserva de valor do dinheiro, uma vez que ela permite a acumulação capitalista financeira (uma acumulação de capital para produzir mais capital, centrada no capital financeiro, não na produção). Nessa perspectiva, um aumento da produção, associado a uma melhor qualidade de vida e ao desenvolvimento tecnológico, surge como um subproduto do objetivo final, que é o acúmulo de capital financeiro em si. Logo,

esse aumento de produtividade não é necessariamente através de um caminho social e ecologicamente coerente, responsável, uma vez que é, claramente, apenas um meio para outro fim.

Quando, através de mudanças institucionais sucessivas, o dinheiro surgiu como um instrumento da economia humana (no sentido aristoteliano³⁸) liberto do mundo da produção, e num sentido mais amplo, das necessidades/ soluções sociais “gerais”, ele completou uma transformação que o colocou como possibilidade de fim em si, extrapolando sua funcionalidade/ finalidade original. É como o vislumbramos hoje. A função básica de meio de pagamento é quase já um assessorio, uma permanência primitiva na forma contemporânea de capital financeiro/imaterial que o dinheiro assumiu.

Contudo, mesmo antes dessa metamorfose a moeda nacional já possibilita o acúmulo de “poder de compra” sobre qualquer bem em qualquer momento (ao contrário da poupança em espécie) e não se desvaloriza com o tempo, facilitando virtual e socialmente, o investimento. A moeda social propõe alterar essa relação e ao mesmo tempo não perder a capacidade de acumular para investir, de ganhar escala para transformar; o lado positivo e hoje pouco operante do sistema tradicional, o que não é assim tão difícil de concretizar como parece para as nossas mentes excessivamente apegadas ao evolucionismo de visão curta. Diversas sociedades antigas

³⁸ Segundo Aristóteles (1966) temos duas formas de compreender a economia: a *oikonomia*, que diz respeito ao governo a casa, a gestão e disponibilização de todos aqueles bens e serviços que são necessários para a vida de qualquer grupo (relacionada com os valores de uso) e a *crematística*, a arte de adquirir riqueza (associada aos valores de troca). Sendo, para ele, relevante à distinção entre essas duas finalidades da ação econômica, pois ele defende que a filosofia econômica correta está associada à ação de gerir o bem-estar pessoal, familiar e político, não aceitando a emancipação da busca de riqueza como um fim auto-justificado.

desenvolveram relações econômicas e monetárias distintas das atuais e conseguiram níveis de prosperidade material e complexidade social hoje esquecido .

Torna-se assim evidente que os usuários da moeda social, ao realizarem a reapropriação da moeda enquanto instrumento de desenvolvimento necessariamente, obrigam-se a repensar essa conexão e todos seus desdobramentos, em um meio onde o imaginário social dominante é, no mais das vezes, pouco propenso a isso. Novas formas de crédito e poupança vocacionados para a produção e capacitação de prestação de serviços precisam ser desenvolvidas. De fato, a própria compreensão da função do crédito, nesse novo arranjo social, precisa ser esclarecida. O acesso ao crédito pode deixar de ser penalizado com juros e a poupança deixar de ser premiada, caso o dinheiro/moeda social seja operacionalizado como um bem público, sujeito à empréstimos sob critérios sociais e econômicos, indiferente ao critério de rentabilidade do capital, que em si fica destituído de função. Ou seja, a recompensa por um investimento bem sucedido pode até permanecer na lógica do rendimento, do lucro, mas não extrapolar para a possibilidade de se transformar esse lucro em elemento financeiro, capaz de produzir mais capital.

A moeda social deve ser entendida como a base de todo um sistema econômico/financeiro/social alternativo que existe potencialmente, mas que ainda precisa ser desenvolvido.

O quadro 1 procura resumir as principais características da moeda social e da moeda nacional, associando de forma bastante concisa seus respectivos padrões de desenvolvimento.

Em essência a dinâmica da moeda social, além de descentralizada e autônoma, propõe não permitir a usura, e com isso impossibilitar que o dinheiro se transforme em capital financeiro. Entretanto, as

experiências têm sido pouco audazes no que tange a experimentos monetários além da criação e gestão muito cautelosa do circulante. Talvez porque a própria emissão e distribuição da moeda social seja considerada em si mesma como um sistema de crédito social, um adiantamento e poder de compra para quem, em condições de mercado não teria acesso, de maneira que muitos grupos não aprofundam as potencialidades da experiência. De qualquer forma, no caso do sistema LETS e similares é ligeiramente diferente, pois a emissão é simultânea com a comercialização, não chegando a caracterizar a emissão de nenhum crédito, mas como nos casos anteriores, alguns acreditam que a abertura de mercado e a possibilidade de rentabilizar atividades até então desvalorizadas são, por si mesmas, o escopo atingível com a utilização da moeda social. Ainda assim, alguns grupos realizam empréstimos em moeda social, evidentemente sem cobrança de juros.

Como já extensamente comentado, sua utilização também ajuda a desvelar os equívocos que estão por detrás da aceitação teoria do valor, ao promover a desreificação

da moeda, desnudando a relação de poder e coerção violenta na qual se assenta a perspectiva de neutralidade da moeda. E mais, a grande maioria de seus usuários ainda quer recentralizar o crescimento econômico no e para o homem, sendo esse co-dependente do ambiente em que está inserido; e não se permite assumir uma dinâmica monetária que favoreça a espoliação do homem pelo homem nem tão pouco do homem com o ambiente, não admitindo o encargo do juro, muito menos do juro sobre juro. Entretanto para se atingir esses objetivos não basta aumentar a quantidade de moeda circulando (mesmo sem o peso dos juros), é preciso aumentar também a qualidade social dessa moeda e da gestão de sua emissão e distribuição. Ela precisa incorporar na sua dinâmica os parâmetros socialmente considerados fundamentais: a prática da solidariedade, a busca da autonomia e o compromisso com a responsabilidade perante a sociedade e o meio ambiente e, se primeiros e importantes passos foram dados e boa parte do caminho aberto, muito ainda está para ser percorrido e construído.

Quadro 1 – Quadro resumo: moeda social, moeda nacional e padrão de desenvolvimento.

| | MOEDA SOCIAL | MOEDA NACIONAL/CONTEMPORÂNEA |
|----------------------------------|---|--|
| Emissão | Descentralizada Coordenada pelos usuários | Centralizada Coordenada pelos emitentes (Estado e bancos privados) |
| Funções⁽¹⁾ | Meio de pagamento Meio de troca Reserva de valor | Reserva de valor Meio de pagamento Meio de troca |
| Usos Econômicos | Facilitar intercâmbios Instrumento do desenvolvimento Instrumento de cooperação | Reter valor Instrumento para acumulação de capital Instrumento de concorrência |
| Usos Sociais | Recentralizar a economia no homem. Estar acessível a todos que precisem. Ser instrumento de maior liberdade e exercício de autonomia. | Centralizar e potencializar poder. Ser instrumento da hegemonia dos fins econômicos. Ser instrumento de exclusão social. |
| Gestão | Participativa Autônoma Democracia participativa | Delegada Heterônoma Democracia representativa |
| Base para Aceitação | Confiança mútua Continuidade Utilidade/necessidade | Confiança intermediada pelo Estado Continuidade Valorização via escassez administrada |
| Padrão de Desenvolvimento | Integral, em construção contínua. Precisa ser socialmente discutido porque não tem mecanismos autoperpétuos. Chega a ser cansativo em sua necessidade de participação integral dos membros. | Economicista e teleológico, em direção ao crescimento das quantidades exploradas/incorporadas, porque a dinâmica dos juros compostos exige a concorrência via quantidades. |

Notas: (1) Aparecem em ordem de relevância.

Elaboração nossa.

5. A moeda social e a economia solidária

Conforme vem sendo exposto ao longo desse trabalho, as experiências de moeda social em geral respondem a um sistema de valores diferentes dos praticados no sistema de mercado convencional, em que as empresas passaram a ser gerenciadas segundo objetivos financeiros de curto prazo:

“No início do século XXI, a proporção de ativos financeiros (gerando ganhos de capital em diferentes ativos, moedas e mercados) das corporações [norte-americanas] ultrapassou os ativos reais. (...) Vale dizer que a empresa passou a ser gerenciada segundo critérios predominantemente financeiros para alcançar objetivos de rentabilidade financeira de curto prazo dos organismos de gestão coletiva da poupança, como também para operacionalizar estratégias de gestão da riqueza líquida concebida por seu corpo diretivo.” (BRAGA; CINTRA, 2004, p. 275 e 276).

E, no novo perfil adquirido pela economia de mercado o sistema norte-americano se tornou o grande impulsionador da acumulação mundial de capital, tanto real quanto da imaterial, entretanto com enorme destaque para o dinamismo do setor financeiro. As conseqüências desse tipo de dinâmica de acumulação, além de sua concentração nos Estados Unidos e em alguns poucos outros países, têm sido o aumento da competitividade em todos os níveis do sistema. E, enquanto as grandes corporações têm apresentado recordes em seus lucros, a remuneração do trabalho vem perdendo cada vez mais na distribuição dos rendimentos. Assiste-se, de fato, a um movimento de concentração de rendimentos e patrimônio entre as nações e também no interior dessas. Nos últimos anos as taxas de crescimento têm sido pífias nos países da América Latina, embora a concentração de

renda – historicamente significativa – venha se exacerbando.

Delineia-se então um cenário de questionamento acerca da inexorabilidade dessa situação com enormes custos sociais, acrescentando-se a isso a suspeita caso o crescimento real por qualquer razão fosse retomado sobre a viabilidade social e ambiental da reprodução desse padrão de crescimento/consumo norte-americano e europeu para o resto do mundo. Será a competição – espúria, diga-se de passagem – o valor mais eficiente para promover o desenvolvimento?

Em vista desse questionamento, os últimos anos assistiram antigos paradigmas opostos à sociedade de mercado serem reapropriados e atualizados, entre outras, sob a noção recentemente cunhada de economia solidária (LISBOA, 2000b e 2004, SINGER, 2002), que muito embora se sustente na tradição socialista, vai além dela:

“O programa da economia solidária se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção dominante.” (SINGER, 2002, p. 112)

A economia solidária propõe um sistema econômico (sujeito a uma racionalidade sócio-ética) que responda a necessidade de produção e consumo através de redes de cooperação que surgem, basicamente, tanto das experiências fruto do empreendedorismo quanto do cooperativismo; da tensão entre a exclusão e a reinvenção do mercado. Essa tensão ressurge não só na construção cotidiana das experiências de economia solidária, como também nas perspectivas de sua evolução.

Em termos ideais, ao se propor como um modelo alternativo para a formação de um “estilo” de vida ela se coloca em um conjunto de encruzilhadas. Numa primeira bifurcação ela pode se construir apenas complementarmente ao sistema dominante,

como uma forma de inclusão dos excluídos, na medida em que lhes oferece um modelo de integração pela cooperação ou como uma alternativa plena de “forma de vida”, de padrão de desenvolvimento. Aceitando o desafio maior e se constituindo como modelo alternativo, e por conseguinte, em ruptura com o hegemônico, pode ainda trilhar o caminho da confrontação por ao menos duas vias distintas: pela competição com o modelo vigente em termos de qualidade (tradicional) de produtos, serviços e preço oferecidos, aliando-se a essa performance econômica os benefícios de uma vida melhor; ou pela construção de um circuito insulado (ou apenas relativamente isolado), sob parâmetros próprios de qualidade. Ao primeiro modelo pertence hoje o maior número de experiências, pois é plenamente estimulado em momentos econômicos como o presente. Quando do seu papel de construção alternativa, a primeira é, de fato, unicamente possível caso as pessoas, em geral, demonstrem interesse em alterar seus padrões de consumo e seus valores sociais de uma maneira mais ampla e de se ajustar o sistema de mercado através de padrões de sustentabilidade social e ambiental. Já a formulação isolacionista depende de toda uma dinâmica interna a grupos altamente motivados por um conjunto comum de valores e capazes de se articular em redes de produção e consumo totalmente independentes do mercado tradicional. Nesse caso novos arranjos para a determinação de preços e produções precisam ser elaborados, ensaiados, pois como ressalta Lisboa (2004, p. 267), “a possibilidade de um mercado regulado pela auto-organização social no qual predominem redes de cooperativas e de consumidores conscientes” está ainda por se experimentar.

De toda forma, a maioria das experiências de moeda social tem se colocado como companheiras em todas as variações nas quais a economia solidária vem se apresentando, principalmente no

caso das experiências da América Latina e extraordinariamente ainda no caso das experiências brasileiras.

No Brasil, em que pese sua independência, boa parcela dos grupos que trabalham com moeda social é oriunda de práticas de economia solidária ou mantém contato estrito com organizações dela, como indica o fato do I Encontro Nacional de Grupos de Trocas Solidárias ter sido organizado sob os auspícios da Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES.

6. Limites e potencialidades da moeda social como instrumento de desenvolvimento

Apesar de originar-se de uma cooperação voluntária, a moeda social sofre da fragilidade inerente às instituições que rompem uma antiga tradição ou rotina (como a relação heterônoma e reificada que o dinheiro nacional engendra), pois instituições já incorporadas ao imaginário são capazes de apresentar forte resistência a novos modelos. Ao se propor como uma escola de autonomia (CASTORIADIS, 1982, 2002), a moeda social eleva a demanda por maturidade e por atitude ética dos participantes a um grau capaz de dispensar a interferência do Estado ou de qualquer outra instituição externa com vistas a promover o cumprimento das regras e contratos estabelecidos. Isso ocorre numa situação em que o rompimento dessas regras e contratos (como a promoção de fraudes e falsificações, ou mesmo da especulação) pode gerar benefícios pessoais não-desprezíveis (em detrimento dos coletivos, evidentemente).

Resumidamente, partindo de um olhar institucionalista, os limites de sobrevivência e longevidade de uma instituição de qualquer natureza vinculam-se a quatro critérios: autopunição, hábito,

comodidade (NORTH, 2001) e conectividade (SOARES, 2006). Concernente à moeda, quando as regras formais e os códigos informais que pautam as relações da instituição são quebrados, o castigo para tanto não se origina no interior da instituição, no âmbito de seu próprio funcionamento; ao contrário, os desvios tendem a ser internamente recompensados. A falsificação de moeda, por exemplo, resulta em mais poder de compra para o falsificador, logo, a não ser que outras instituições sejam mobilizadas para puni-lo, ele será beneficiado ao não cumprir as regras. Nessas circunstâncias, a instituição não é autopunitiva. Quando a situação envolve a moeda nacional, o déficit é suprimido mediante recurso ao Estado. No caso da moeda social, tal suporte não existe, pois ela se define justamente pela negação da existência desse apoio extra-institucional, o que a faz permanecer não-autopunitiva, à semelhança das moedas antigas. Estas, por sua vez, eram suportadas por outras instituições, oriundas de esferas sociais que não a econômica, como a religiosa e cultural. Deduz-se que a moeda social (como, de resto, qualquer moeda) encontra um primeiro limite na necessidade de estar acoplada a outras instituições que lhe confirmam capacidade de punição (o que vai de encontro a seus valores instituintes) ou então de estar associada a grupos de usuários homogêneos, entre os quais a ideologia partilhada funcione como instrumento de desestímulo à fraude.

Em relação ao *hábito*, é de se recordar que a metamorfose sofrida pelo dinheiro quando de sua interpretação moderna – como equivalente geral – foi associada à efetivação da sociedade de mercado. Essa associação implica que, se formas diferenciadas do dinheiro ocorriam no passado, na moderna sociedade de mercado o padrão caracteriza-se pela unificação, logo, nesta realidade social,

qualquer outra forma de dinheiro será inusitada. Ela irá de encontro de costumes fortemente arraigados, porém, também é evidente que, quanto mais híbrida for a economia em questão, contemplando a presença de outros arranjos econômicos, como a reciprocidade e mesmo a redistribuição (POLANYI, 1980; 1994), maior será a brecha existente no imaginário social (CASTORIADIS, 1982) para que experiências no campo monetário possam ser dinamizadas.

Já o critério de *comodidade* indica-nos haver outras situações que balizam as possibilidades de utilização da moeda social, como a punição legal ou o isolamento, dependendo da interpretação, pelas instituições do sistema dominante, de existir maior ou menor perigo. No cenário contemporâneo, adotar uma moeda diferente da estatal é estar sujeito a pagar um alto preço pela insubordinação, pelo exercício de uma vontade que não a dominante, porque, para que os valores partilhados pelos usuários da moeda social sejam válidos, estes terão de conviver com a rejeição de sua moeda pelos demais membros da sociedade. Enquanto os usuários da moeda social têm seu leque de opções de intercâmbio reduzido, os da moeda nacional (o equivalente geral), ao contrário, têm todas as institucionalidades tradicionais a seu favor, podendo fazer valer os contratos.

Não obstante essas limitações, o grau de conectividade da moeda social, como o de todas as outras, é elevado, critério esse que promove sua durabilidade, desde que as ligações ulteriores, de fato, sejam construídas. Uma vez amadurecidas as conectividades *a posteriori*, como o sistema de fixação de preços e o de relações de provimento e expedição de mercadorias e serviços orientados pela respectiva moeda, torna-se mais penoso ao integrante desligar-se do sistema.

Quadro 2 – Critérios de sustentabilidade institucionais aplicados à moeda

| | CRITÉRIOS | | | |
|--------------|-------------|--------|------------|---------------|
| | Autopunição | Hábito | Comodidade | Conectividade |
| Moeda | Ø | X | X | X |
| Moeda Local | Ø | +/- | X | ++/- |
| Moeda Social | Ø | +/- | +/- | +/- |

Legenda: Ø não existe, X existe e +/- existe, mas ainda precisa ser explorada.

Elaboração nossa

Por tudo que vem sendo apresentado é de se ressaltar que as potencialidades da moeda social não estão desconectadas dos objetivos e padrões reguladores da experiência econômica alternativa (ou não) à qual está ligada, embora muitas das potencialidades gerais nasçam justamente nos seus pontos de limite. Uma primeira potencialidade a ser destacada reside no fato de, por não ser autopunitiva, o uso da moeda social estimula a criatividade e o exercício da política e da responsabilidade nas esferas privada e social, além do exercício da autonomia. A segunda consiste em, exatamente por não ser cômoda, essa moeda promove o amadurecimento individual. Finalmente, por ser conectiva em essência, mas ainda não ter essa característica plenamente amadurecida, seu uso incentiva a criatividade trabalhada coletivamente e inter-relacionada.

Geralmente, todos os tipos de experiência realizados com moeda social instigam discussões sobre ética e padrões de desenvolvimento e transformam-se em espaços para caminhar-se rumo à reintegração dos objetivos econômicos aos imperativos ético-sociais, desenvolvendo e discutindo desde a solidariedade social até novas racionalidades econômicas. Sendo assim, os próprios valores comungados pelas experiências determinarão boa parcela dos limites e potencialidades delas. A outra

parte, vinculada às relações externas da experiência, encontra-se ligada à capacidade de articulação em torno dessas finalidades. Apenas a alteração do instrumento monetário em si não é capaz de determinar o mundo social ou mesmo o econômico de que se desfruta, o que, ao contrário, pode ocorrer na interação estabelecida com o dinheiro ou por meio dele.

7. Conclusões

A experiência com moeda social que ocorre no Brasil ainda é imatura, mas ao promover a confiança no contexto moderno sem recorrer à força (o que é simultaneamente desafiador e complicado) pode resultar em novas e extraordinárias formas de coesão social. Insistindo, embora exija uma enorme dose de dedicação, de apego aos valores declarados, porque o imaginário hegemônico, principalmente na ausência de uma crise econômica ou da solidão, remete a soluções mais fáceis, embora heterônomas. Logo, a moeda social é uma construção de opção para os inconformados que têm muita energia.

Conclui-se que não existe forma de dinheiro capaz de agir como mão invisível ou juíza. Apenas a intenção explícita ou não do sistema é que leva aos resultados. Se o lucro monetário é o objetivo e também a medida de produtividade, isso é

uma opção política, não uma imposição técnica. Ou seja, a moeda social é sempre pedagógica na medida em que nos recorda como as coisas são construídas e que podem ser diferentes, embora muito de sua constituição ainda esteja por ser realizado.

Acredita-se que é ao longo do seu processo de construção e articulação com outros movimentos sociais, como a economia solidária, que poderão sair os elementos que indiquem um caminho para a moeda social que vá além dos “guetos alternativos” e da minimização das angústias dos excluídos ou da complementaridade à moeda nacional, capaz de contemplar suas aspirações mais ambiciosas.

Sendo assim a utilização da moeda social, principalmente no contexto da economia solidária, compara-se a um grande laboratório, do qual resultam, à semelhança dos ensaios laboratoriais, algumas novas tecnologias sociais e experimentações de alternativas. Desses processos, decorrem vivências, aprendizados e exemplos de outras formas de existir, de organizar a divisão social de poder, de ordenar o trabalho e implementar as responsabilidades, que podem resultar em mais aproximação

entre as autonomias pessoal e coletiva (CASTORIADIS, 1982; 2002). Ao integrar-se um projeto de tal natureza, desmistifica-se a moeda nacional e percebem-se as relações econômicas tradicionais como um exercício de poder.

Experiências realizadas com a moeda social permitem desocultar-se as ideologias, pois explicitam a disputa de poder que se dá em torno de sua forma e processo e o poder que a instituição monetária concentra. Trabalhar com moeda social implica a tomada de posição por parte do utilizador, o qual, no mínimo, passa a refletir sobre a “naturalidade” que lhe é imposta acerca do dinheiro – já que terá de administrá-lo –, o que já é, em si, deveras subversor e, portanto, criativo. Finalmente, em razão de ser uma experimentação que está acompanhando os movimentos da economia solidária no Brasil, o que significa dizer, de contestação do padrão dominante de desenvolvimento econômico e social no País, ela vem se caracterizando como um dos instrumentos dessa nova proposta de desenvolvimento a qual os diversos movimentos da economia solidária vêm buscando.

Referências

- ARISTÓTELES.(1966): *A política*. HEMUS: São Paulo.
- BLANC, J. (1998): Les monnaies parallèles: évaluation et enjeux théoriques du phénomène. *Revue d'Economie Financière*, n. 49, p. 81-102, set. 1998.
- BRAGA, J.C. de Souza; CINTRA, M.A. Macedo. (2004): Finanças dolarizadas e capital financeiro: a exasperação sob comando americano. In: FIORI, J. L. (org.) *O poder americano*. Vozes: Petrópolis.
- CASTORIADIS, C. (1980): Reflexiones sobre el “desarrollo” y la “racionalidad” In: ATTALI J. e outros *El mito del desarrollo*. Kairós: Barcelona.
- _____. (1982): *A instituição imaginária da sociedade*. Paz e Terra: Rio de Janeiro.
- _____. (2002): A democracia como procedimento e como regime. In: _____. *As encruzilhadas do labirinto IV*. Paz e Terra: Rio de Janeiro.
- LISBOA, A. M. (2000): Os desafios da economia popular solidária. *Cadernos do Centro de Ação Social – CEAS*, Salvador, n. 189.

_____. (2004): *Economia solidária, economia barroca: a emergência da socioeconomia solidária na América ibérica*. 2004. Tese (Doutorado) – Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.

NORTH, D. C. (2001): *Instituciones, cambio institucional y desempeño económico*. Fondo de Cultura Económica: México.

POLANYI, K. (1980): *A grande transformação: as origens da nossa época*. Campus: Rio de Janeiro.

_____. (1994): *El sustento del hombre*. Biblioteca Mondadori: Barcelona.

SINGER, Paul. (2002): *Introdução à economia solidária*. Fundação Perseu Abramo: São Paulo.

SINGER, Paul; SOUZA, André. (Org.) (2000): *A economia solidária no Brasil*. Contexto: São Paulo.

SOARES, C. L. B. (1998): *Desenvolvimento sustentável: um só conceito para diversas interpretações*. 1998. Dissertação (Mestrado), Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.

_____. (2006): *Moeda social: uma análise interdisciplinar de suas potencialidades no Brasil contemporâneo*. 2006. Tese (Doutorado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

_____. (2009): Moeda Social in: Cattani A. D.; LAVILLE, J.; Gaiger L. I.; Hespanha, P. (Org.) *Dicionário Internacional da Outra Economia*, Edições Almedina: Coimbra.

THOMPSON, Edward. (1981): *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Zahar: Rio de Janeiro.

_____. (1987): *A formação da classe operária inglesa*. Paz e Terra: Rio de Janeiro.

Recebido em 13/09/2011

Aprovado em 31/10/2011

ERA DAS CONTRADIÇÕES: O DIREITO AO ESPAÇO OU O FIM DA HISTÓRIA DAS CIDADES?

Exzolvildres Queiroz Neto*
Gilson Batista de Oliveira**
Dirceu Basso***
Regis da Cunha Belém****
Claudia L. B. Soares*****

Resumo

O objetivo deste texto é analisar a temática do espaço urbano à luz do debate teórico, pois, os referenciais teóricos nos convidam a abraçar o devir, a multidimensionalidade, a contradição, os processos e chamam a atenção para a complexidade do espaço urbano e a necessidade do alvorecer de ações e reflexões menos fragmentadas, isto é, planejadas para abranger a totalidade dos problemas das cidades. Surgem concepções ligadas à “desordem”, ao “caos”, à “inabitabilidade” e a busca por soluções pragmáticas, mas, por vezes, descontextualizadas ou balizadas pelo discurso da eficiência de forte viés economicista e instrumental. Nesse sentido, a temática central presente nesse artigo busca contribuir para uma gestão pública mais eficaz, principalmente, mostrando as carências do processo de planejamento no âmbito das cidades, com especial consideração ao caso brasileiro.

Palavras-chave: urbano, cidades, planejamento.

Resumen

El objetivo de este trabajo es analizar el tema del espacio urbano a la luz del debate teórico, por lo tanto, la teórica que nos invitan a aceptar el devenir, la multidimensionalidad, la contradicción, los procesos y llamar la atención sobre la complejidad del espacio urbano y la necesidad de amanecer de los pensamientos y las acciones menos fragmentado, es decir, diseñados para cubrir todos los problemas de las ciudades. Conceptos aparecen ligados a "desorden" y el "caos", el "inhabitable" y la búsqueda de soluciones pragmáticas, pero a veces fuera de contexto o impulsado por el discurso de la eficiencia y el sesgo economicista instrumentales fuerte. En este sentido, el tema central presente en este artículo tiene como objetivo contribuir a una administración pública más eficaz, sobre todo, mostrando las deficiencias del proceso de planificación dentro de las ciudades, con especial atención al caso de Brasil.

Palabras-clave: urbano, las ciudades, la planificación.

* Doutorando em Engenharia Agrícola – UNICANP. Professor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. *E-mail:* queiroz.neto@unila.edu.br

** Doutor em Desenvolvimento Econômico – UFPR. Professor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. *E-mail:* gilson.oliveira@unila.edu.br

*** Mestre e Doutorando em Desenvolvimento Rural – UFRS. Professor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. *E-mail:* dirceu.basso@unila.edu.br

**** Mestre em Desenvolvimento Rural – UFRJ. Professor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. *E-mail:* regis.cunha@unila.edu.br

***** Doutora em Ciências Humanas – UFSC. Professora da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. *E-mail:* claudia.soares@unila.edu.br

Introdução

Na contemporaneidade quando se defronta com a cidade o recorte mais comum e, por vezes, apossado pelos vários setores da sociedade (atores sociais, instituições públicas e privadas, a mídia e alguma parcela da academia), nos dá conta da “perda de controle” do espaço urbano. Neste sentido, o objetivo deste texto é analisar a temática do espaço urbano à luz do debate teórico, pois, os referenciais teóricos nos convidam a abraçar o devir, a multidimensionalidade, a contradição, os processos e chamam a atenção para a complexidade do espaço urbano e a necessidade do alvorecer de ações e reflexões menos fragmentadas.

Mas se por um lado a realidade se apresenta desnuda de idealismo, tendo em vista a segregação socioespacial e os diversos níveis de desigualdades gerando a exclusão, pelo menos no Brasil, por outro encontra abrigo em concepções funcionalistas do espaço. Surgem concepções ligadas à “desordem”, ao “caos”, à “inabitabilidade” e a busca por soluções pragmáticas, mas, por vezes, descontextualizadas ou balizadas pelo discurso da eficiência de forte viés economicista e instrumental. Sendo assim, evoca-se (clamor uníssono na sociedade) a necessidade de uma gestão pública mais eficaz e, principalmente, a necessidade de planejamento. Mas planejar é preciso?

O conceito de gestão, estabelecido, mormente, no ambiente corporativo e ligado à administração, vem adquirindo crescente popularidade em conexão a outros campos e atividades. Há certo risco se tomarmos o termo gestão como substituto de planejamento. Não se trata, por suposto, de uma questão semântica. As representações, ações, reflexões e proposições são diferenciadas e tendem a ter objetivos distintos mesmo que, complementares.

Sendo assim, uma questão pode ser instilada: relativo à cidade trata-se mais de planejar do que de gerir ou vice-versa? Sem embargo, em um planejamento é fundamental estabelecer objetivos, evitar ou minimizar percalços e ampliar margens de manobra; a gestão, por sua vez, é a efetivação, ao menos em parte, pois, é

aconselhável considerar o imprevisível e o imponderável.

A questão que se coloca à gestão urbana mecanicista, influenciada pelas múltiplas escalas (municipal, estadual, nacional e global), é a de como problematizar a realidade? O arcabouço do planejamento e da gestão urbana, no Brasil, apresenta conteúdo e capacidade de responder a esta pergunta, mas de forma linear e desarticulada do espaço. Em termos de pressupostos, com vistas ao espaço urbano e na perspectiva da produção social do espaço, pode-se alegar que o processo de planejamento e gestão do espaço urbano deveria considerar como constante, entre as múltiplas variáveis, os contextos e as suas complexidades. Estaria ocorrendo na gestão pública, das cidades brasileiras, certo “renascimento” do conceito e de ações voltadas para o planejamento?

Os problemas que se configuram, na contemporaneidade, requerem uma abordagem multidimensional e difusa. Outro fator limitante à compreensão dos problemas, apresentados por uma realidade, é a percepção limitada das qualidades humanas, em seus contextos, mas uma sobrevalorização da racionalidade instrumental calcada nos interesses econômicos.

Destarte, a “contingência” requer do planejamento e da gestão uma potencialidade de superar limites e fronteiras que, perpassam as relações com o ambiente. Pressupõe, também, a conexão dos subsistemas nas múltiplas escalas e a possibilidade de transpor o que já é efetivo, pois, o espaço urbano gera múltiplas dimensões (espaço-tempo): sociais, ambientais, econômicas, políticas, culturais.

Sem embargo o espaço é o palco da imbricação de ações, reflexões, conflitos, contradições e interesses. Logo, é fundamental uma perspectiva socioespacial, quando se vislumbra a solução de problemas em uma realidade urbana complexa, mutante e migrante.

Há um “Estado da arte” do espaço urbano?

Ao se estabelecer um histórico, dos processos brasileiros de ordenamento territorial, planejar representava o símbolo

do autoritarismo, principalmente, no período militar (décadas de 1960 a 1980) o que se pode creditar ao distanciamento da realidade sócio-política e ambiental do país. Neste contexto os poderes locais, fustigados por uma crise financeira do Estado, enfatizavam a solução de problemas imediatos e pontuais, notadamente os sociais, apesar da retórica do desenvolvimento.

Logo, é factível questionar: quem é o sujeito da ação e quem sofre a ação? Assim, quais seriam os objetivos de um ordenamento territorial e suas funções na *práxis* (a prática inserida na ação-reflexão política)? A negligência do Estado (sujeito ou objeto das transformações) nos vários níveis – municipal, estadual, federal – em dar respostas aos graves problemas sociais e ambientais, no espaço urbano, é apenas a constatação de que não se pode mais contar com o modelo de decisões centralizadas seja pela falta de recursos ou pelas demandas da sociedade (*práxis* do cotidiano).

Entre tantas construções da Modernidade, nos diversos campos da ação humana, há, por suposto, uma estrutura complexa a partir de um “contrato”. Instaurou-se um tácito arranjo e, também, uma deliberada instituição entre Estado, Sociedade e Mercado (a partir do Ocidente desde as relações mercantilistas ao capitalismo contemporâneo). Talvez seja, na história humana, juntamente com a cidade, o mais duradouro paradigma, pois, abarca em seu escopo os processos sociais, políticos, culturais e ambientais pela via economicista que, de uma forma ou de outra balizaram e balizam, até a contemporaneidade, a produção do espaço pela perspectiva do valor de troca e não pelo valor de uso.

Obviamente cada construção-desconstrução material, imaterial e simbólica (Estado – Sociedade – Mercado) deve ser analisada a partir de referenciais epistemológicos que, dão sustentação teórica e conceitual a este complexo arranjo. Desde o século XIX há uma polarização entre duas correntes, predominantes, de pensamento que, buscam explicar este “contrato”; tendem ora para uma vertente liberal ora para uma marxista. Entretanto, demonstram os fatos e as teorias que, sob o ponto de vista econômico, mas também sociológico, ocorreu a construção de uma estrutura dicotômica entre o público e o privado. Aqui

se deve mencionar que, o público abrange, principalmente, as ações do Estado como cunha em um processo da sociedade (os atores sociais enfrentam Estados democráticos ou autoritários na correlação de forças e poder envolvendo os aspectos políticos) e o privado diz respeito às ações de acumulação que, se desdobram em outra dicotomia, e talvez a mais monolítica, a relação capital-trabalho. Para além da dicotomia capital-trabalho, Santos (2007, p. 61) nos diz que “há diferentes formas de opressão e de poder, e que talvez não seja possível determinar, em geral, para todo o mundo, o que é sempre mais importante em uma luta.” Assim, as relações espaciais urbanas ou rurais (acentuadamente as relações urbanas) aparecem como pano de fundo, de um “cenário” que se quer apropriado pelo viés economicista, mais do que como produção das ações humanas. Há, sem embargo, uma valorização do processo de produção e reprodução econômica à revelia da história dos lugares o que gerou a desigualdade e a exclusão.

Harvey (1976) chama a atenção para uma representação nas relações do modo de produção e de reprodução onde o Estado apresenta uma autonomia relativa, sendo simultaneamente “sujeito” e “objeto” ou, concomitantemente, parte e totalidade na dicotomia modo de produção e de reprodução da economia. Logo, o Estado capitalista, como agente de transformação, é “sujeito” ou “objeto”? Esta dimensão simbólica, não deve ser entendida como mais uma dicotomia, é, antes, uma correlação de agentes que atuam na conformação da sociedade e do mercado.

O Estado, como “sujeito” da ação, predispõe o espaço urbano à dimensão do planejamento, do controle, da integração e, deveria, aplacar as contradições de um sistema capitalista que barganha o acesso à utilização do espaço. Mas a integração social, entendida aqui como superação da exclusão social, quem a promove? Seria preferencialmente o Estado ou caberia, na mesma proporção, à sociedade e ao próprio mercado? O Estado, por suposto “objeto”, é refém da dinâmica da visão econômica de troca, pois, o capitalismo produz, na cidade, espaços sem espaços, conforme Lefebvre (1999), isto é, espaços destituídos das ações e reflexões cotidianas.

A gestão pública, como eixo medular do espaço urbano, pode induzir funcionalmente diferentes elementos da cidade. Contudo, o Estado, pelo menos no Brasil, acaba por ser um dinamizador da economia a partir da “renda da terra” (solo urbano) pelas suas “intervenções” planejadas ou não. Por vezes, o próprio Estado imbuído de propósitos de atenuação das desigualdades pode reforçar a exclusão, principalmente, através de obras de infraestrutura viária: o acesso ao “estoque de terras”, para a especulação imobiliária (processos de investimentos como ativo financeiros), de uma “periferia incógnita” (dimensões espaciais no limbo do valor de troca). Nestas “periferias incógnitas” há todo tipo de uso do solo desde os formalizados, pelo próprio Estado, aos de uso “não formal”, também, podem ser viabilizados pelo próprio Estado, mas, principalmente, pelas estratégias mercadológicas da terra como ativo financeiro.

Martins (1999) assevera que o predomínio da lógica econômica é assegurado pela política. Para o autor seria “uma valorização das coisas às custas da desvalorização do homem”, portanto, a imposição da acumulação de capital conduz ao esvaziamento de sentido histórico. Esta constatação abrange tanto o espaço urbano, quanto o Estado. Assim, na medida em que a acumulação se sobrepõe aos interesses da sociedade, entendendo que entre eles se encontra a economia, o Estado, e mesmo as instituições e a própria sociedade, não reconhece a totalidade do espaço urbano.

Concomitantemente, o processo econômico brasileiro, voltado para fora, destituiu de investimentos socioambientais tanto a cidade, quanto o campo. Neste sentido, ocorreu a negação do campo, refém da idéia do atraso, a partir da manutenção da estrutura fundiária concentradora e da retórica urbana voltada para a acumulação com base no processo de industrialização. Uma urbanização com acumulação de capital, principalmente, nos setores industriais e financeiros e certo populismo urbano, no caso brasileiro, contemporizando o processo de “implosão-explosão” da cidade.

Sendo assim, Harvey (1990) é fundamental para o entendimento desta

realidade dinâmica complexa (que suplanta a própria dimensão da cidade) ao chamar a atenção que a cidade é um produto da produção, também social, e não, somente, de um mercado de consumo. Portanto, um valor de uso complexo, onde cada parte articula um sistema espacial urbano. Assim, o Estado deveria agir como elemento amálgama na busca de aplacar as contradições. Para Harvey (1990) a contradição, que se entende como balizar, é a de que cada capital privado busca suas vantagens, mas ao fazer cria obstáculos para a formação dos efeitos úteis da aglomeração e gera, desta feita, um processo cego da concentração do capital.

O “Estado da arte” do espaço urbano é superar os “pontos cegos” que, se não impedem uma perspectiva espacial da cidade, obstruem a visão da produção social do espaço para além de um mercado (uma concepção economicista).

Seria a cidade: uma construção ou uma desconstrução durável?

Obviamente que, para entender a construção e a desconstrução (material, imaterial e simbólica) da cidade é fundamental um caminhar pela história. Contudo, o que se apura deste processo é a ânsia pela mudança que permeia o espaço urbano. Desde as cidades da antiguidade (nem sempre um local de habitação, mas de veneração) à cidade modernista e industrial. Na contemporaneidade há o confronto da fluidez (principalmente dos meios informacionais e de circulação) com os processos de acumulação baseados na lógica Taylorista-Fordista (a produção em série e estrutural). Entretanto, é possível vislumbrar uma permanência no que tange aos processos de “ordenamento territorial” da urbanização, quanto aos seus efeitos sociais e ambientais. Neste sentido, o espaço (pelo menos no Ocidente) é mais forma do que conteúdo, em outras palavras, admite-se o espaço mais como produto do que como processo de uma dialética da realidade.

Benévolo (1994) nos instiga a revolver a história em busca da cidade em meio às grandes mudanças no decorrer da industrialização. Em sua abordagem valorizar mais o conteúdo (da cidade

fordista) do que a forma espacial em si. Para o autor a origem da cidade (o processo urbano-industrial) se confunde, portanto, com a origem da sociedade de classes, a qual, no entanto, a precede historicamente. Especialmente, a cidade permite a coexistência de vários modos de produção. A fábrica, segundo o autor, é um fenômeno urbano, mas a industrialização é resultado do super dimensionamento da economia.

A cidade, talvez seja correto falar em cidades, seria o marco mais perene na dramaturgia humana o catalisador das aspirações e das contradições. Para além das distinções, sobre o conceito de urbano ou de rural, não se deve admiti-las, somente, como significados isolados, mas como significantes dos processos de territorialização e representação do espaço e da própria afirmação do conceito de cidade.

Contudo, a noção de transposição de lógicas ou modos de vida entre rural, urbano e industrialização nos remete a uma questão que surge em meio aos processos de urbanização: não ocorreu no processo de urbanização, necessariamente, mudanças em aquilo de novo que se construiu, mas pelo simples abandono das estruturais tradicionais? Sendo assim, a cidade não desconstruiu o processo humano de produção do espaço, em si, mas, talvez tenha implantado uma lógica de múltiplas e simultâneas estruturas a partir do urbano. Seja como for parece ter havido, no século XX, uma grande ênfase na urbanística, isto é, possibilidades de um urbano que se quer complexo, dialético, e não, somente, engendrado pela dicotomia capital-trabalho. O liberalismo no século XIX (no Ocidente evidentemente) preocupou-se mais com a racionalidade econômica instrumental. Neste mesmo período, por suposto, ocorreu o distanciamento da “esquerda” do debate sobre a urbanística. Assim, pressupõe-se que o distanciamento da “esquerda”, e o aprisionamento da dialética à dicotomia capital-trabalho, reforçou o aspecto técnico (*expert*) em torno do pensar o espaço, seja ele rural, mas principalmente urbano, empurrando a temática urbana (a urbanística) para o âmbito do conservadorismo e do funcionalismo em termos de planejamento e gestão. Devemos admitir que, a racionalidade técnico-instrumental sobrepôs-se à dialética da

práxis (a dimensão política da cidade). Assim, a cidade é construída e desconstruída a cada dia, a cada instante? A cidade é um símbolo do efêmero ou do devir?

Não; nem tanto. Lefebvre (2001) pode nos redimir ao nos confrontar com, a preexistência da cidade à industrialização e ao próprio capitalismo liberal. Por conseguinte, a complexidade é a tônica (uma construção-desconstrução durável), a urbanística uma dialética da ação-reflexão.

O xadrez das cidades e a (im)possibilidade de planejamento: considerações sobre o caso brasileiro

Características de arte e ciência são encontradas nas composições enxadrísticas e em sua teoria que abrange aberturas, meio-jogo e finais, as fases em que subdividem o transcorrer do jogo. O xadrez, por ser um jogo de estratégia e tática, não envolve o elemento sorte. A única exceção, nesse caso, é o sorteio das cores no início do jogo, já que as brancas sempre fazem o primeiro movimento e teriam, em tese, uma pequena vantagem por isso. Essa teoria é suportada por um grande número de estatísticas, embora alguns especialistas não aceitem a existência de tal vantagem.

O xadrez da cidade, por suposto, é um jogo de múltiplas variáveis, linguagens, paisagens, objetos, ações, visões de mundo, elementos materiais, imateriais e simbólicos. Por se tratar de um espaço racional (concepção mais ampla) é alvo de várias estratégias e de territorializações. Entretanto, o deslocar das peças não prescindem do transitório e das probabilidades. O desenho deste jogo não manteve as “regras”, totalmente rígidas ao longo da história, mas é verdade que a cidade produz a si mesma. Uma produção composta de múltiplos saberes, contudo, desde o século XIX, há uma tendência à homogeneização instituída pela lógica urbano-industrial. Assim, de múltiplos “espaços vividos”, joga-se em prol da unicidade da técnica que abrange desde a construção, os processos, à circulação, a forma, o conteúdo, as ações e, às vezes, as reflexões. É bem verdade que os múltiplos contextos desnudam esta unicidade e deixam fluir as possibilidades. Logo, o espaço e o tempo que são indissociáveis, se conflagram

no jogo do espaço urbano. Há uma pretensa sobreposição do tempo, em relação ao espaço no jogo dos diversos interesses. Ora, a quem interessa o “avanço” do tempo configurado pela circulação? No arcabouço da modernidade o espaço é apropriado como sendo fixo e o tempo (história) se consubstancia no fluxo, na mudança. Este equívoco superestima o fluxo. Assim, o espaço é tomado parcialmente (alienação espacial) o que contraria as análises de Milton Santos (2002) que admite a produção social do espaço composta de fixos e fluxos. Por ser uma construção social, a cidade (e o espaço urbano) é complexa, efêmera e duradoura em sua essência. Assim, o espaço urbano, da contemporaneidade (que pode ocorrer, também, no espaço rural), é um jogo do uso dos recursos comuns no espaço-tempo da cidade, sem embargo, um paradoxo da sustentabilidade. O que nos conduz à transdisciplinaridade espacial, aos significados e às contradições das regras do jogo, o caleidoscópio urbano. Para Harvey (1995) a queda das barreiras espaciais reforçou, paradoxalmente, o significado do que o espaço contém. Contudo, Castells (1999) diz que as redes não prescindem do lugar (para além da noção de localização) ao contrário da lógica econômica predominante. De acordo com Vainer (2000) os processos que transformam o debate urbano em questões de produtividade e competitividade nada mais são do que o “afunilamento” das técnicas para imprimirem a unicidade (SANTOS, 2002) com vistas à derrubada das barreiras (sentido amplo) e, assim, aumentarem os ganhos e se valerem dos fluxos internacionais. Por suposto, a civilização humana não prescinde do espaço, mas as ações e suas lógicas anseiam por libertar-se do lugar. Como se constroem, portanto, os discursos sobre a cidade, há regras imprescindíveis?

De fato, a cidade produz informações sobre si mesma (instituições públicas e privadas, universidade, cinema, literatura, arte, linguagens). Conforme Arantes (1996), a construção do discurso, sobre a cidade, se enreda nos planos teóricos e práticos das intervenções urbanas. A autora divide a abordagem da cidade, a partir do passado (não muito distante), sob o domínio da racionalidade [instrumental, na nossa

perspectiva], funcionalidade, salubridade, eficiência e ordenação das funções pretensamente em nome da sociedade. Na contemporaneidade, em contrapartida, predomina a representação simbólica, o princípio máximo da flexibilidade e o *desing* de microespaços o que desloca, um pouco, o ângulo regional da cidade.

Os anos de 1990, do século XX, desnublaram, espacialmente, a inércia dos processos político-econômicos do pós-guerra com vistas ao desenvolvimento. De um referencial keynesianista, na territorialização estatal dos processos econômicos, à concepção liberal extremada (o resgate da utopia do livre mercado, aqui inserida no escopo técnico-científico voltada para uma perspectiva empresarial) com a valorização da lógica econômica, concepção de rede, em detrimento dos processos sociais, culturais (contextos), históricos. Estes processos tendem a imprimir a reducionista dialética local-global. A despeito de ocorrer, paralelamente, a ampliação do debate ambiental e da construção, mais efetiva, das representações multiculturalistas. Obviamente, estes eventos ao repercutirem no espaço-urbano (território) impõem à cidade, em suas múltiplas representações, um palco privilegiado para o amálgama de múltiplos e simultâneos processos, funções, formas conteúdos e ações. A cidade, é bom frisar, permite a articulação entre os diversos atores sociais de forma transescalar. Vainer (2002) procura trabalhar o conceito de escala, para além da dimensão espacial no que tange as medidas. A escala é um conceito fundamental para a compreensão do espaço, e, portanto do tempo, mas deve ser entendida a partir da inter-relação das diversas variáveis. De fato, uma escala (determinado nível) contém, diacronicamente, os outros níveis e cada um destes níveis apresenta variáveis que se alternam em múltiplas dimensões. Portanto, conceituar a escala é relativamente simples, quando se tem em mente a dimensão da proporcionalidade, mas se torna complexa ao admitirmos a dimensão da inter-relação dos fatos e suas variáveis. Mesmo que sejam novas-velhas questões retrabalhadas. Mas o que é a escala local? Seria o contexto? Como traduzir o contexto em suas multiplicidades e complexidades? De fato,

todo contexto é representado por sua história (tempo) uma construção espacial e as ações para a construção do espaço. O que há de “novo” para o espaço?

Por suposto, o gerenciamento assumidamente empresarial: “ressuscitou” o planejamento? Assim, na concepção de Castells e Borja (1996) as cidades somente se tornarão protagonistas se forem, devidamente, dotadas de um planejamento estratégico (para enfrentar a globalização). Neste jogo de estratégias o planejamento é uma epistemologia, uma metodologia ou uma função? Pode se asseverar, sem embargo, que o planejador se mimetiza, cada vez mais, com o seu “tradicional adversário” o empreendedor? Seja como for, a gestão e o planejamento urbano, para além das questões teóricas, é uma temática que envolve a percepção de uma realidade mais imediata com nuances de regionalização. É, por suposto, a representação de um contexto que está em constante transformação. Assim, o acesso aos bens e recursos públicos e os usos, que são feitos dos mesmos, constituem a base dos dramas humanos, no espaço urbano brasileiro, gerados pelo discurso da eficiência tendo como referencial a maximização dos lucros ancorados no mercado imobiliário. No cerne desta discussão está o tema do desenvolvimento. Trata-se de um tema (ou crença) amálgama de vários elementos teóricos, quanto de políticas públicas, além da própria inserção no contexto capitalista de parcela da população de excluídos. É um processo de equilíbrio dinâmico, das variáveis envolvidas, em termos de planejamento e de gestão das interações que se processam entre as variabilidades econômicas e sociais, por um lado, e as variabilidades naturais (os riscos ambientais), por outro – tanto no espaço quanto no tempo. Nestes termos, Maricato (2000) antevê o predomínio de Planos (excesso de normas e concepções a priori) de governo, em detrimento dos Planos de Estado (políticas institucionais), que, por vezes, são descontextualizados, pois, há um recorrente desconhecimento da realidade sócio-cultural e sócio-espacial. Segundo, a autora, persiste a recorrente ausência de Planos de Ação para que, as intenções se materializem no tempo e no espaço. Assim, as constatações de Maricato (2000)

levantam a hipótese de uma crise das matrizes espaciais: a) modernista/funcionalista; b) do Estado racional, providência e keynesiano; c) da relação público/privado; d) do plano do discurso (matriz postíca da viabilidade – mudanças de denominações dos Planos visando a fuga do desprestígio); e) da produção massiva de cidade (fordismo). Há uma consonância de autores em constatarem o cerne da questão estrutural urbana a partir da estrutura fundiária, brasileira, excludente e espoliadora (COSTA, 1988; MARICATO, 1994 e 2000; CARDOSO, 1997).

No processo de (re)democratização do Brasil, para além de uma concepção ideológica, quando se trata de questões espaciais, especialmente do espaço urbano, surge o “espaço mítico” das deliberações envolvendo os Planos Diretores. Assim, o Plano Diretor, que não rompe na maioria dos casos apresentados com as matrizes espaciais decadentes, reifica um pretenso Plano de Ação democrático. Ocorrem sobreposições de conceitos, normas e intenções de forma prescritiva que, em muitos casos, conduzem ao autoritarismo com vistas à eficácia. No caso brasileiro as matrizes envolvem, aqui de forma sucinta, o espaço, a teoria, a legislação, o planejamento, a gestão e a própria democracia/cidadania. Portanto, que discurso, sobre a cidade, deve ser apropriado na contemporaneidade?

Para Arantes (1996) fala-se menos em planejamento e mais em requalificação ao transitar-se do domínio da técnica para o vasto domínio do cultural. Assim, tudo virou cultura, tudo é passível de associações simbólicas. Produz-se o contextualismo de variadas combinações e colorações: existencialismo e estruturalismo, lingüística, antropologia e historicismos de tinturas marxistas e revivalistas. Nestes termos Arantes (1996) aproxima-se das análises de Harvey (1991) ao discorrer sobre o pós-modernismo. Harvey (p. 70), ao analisar o pós-modernismo, nos diz sobre o cultivo de um “[...] conceito do tecido urbano como algo necessariamente fragmentado, um “palimpsesto” de formas passadas superpostas umas às outras e uma “colagem” de usos correntes, muitos dos quais podem ser efêmeros.” Logo, desponta nas análises dos autores uma recorrente

ambigüidade contextualista sobre o espaço urbano a partir do exercício da diferença cultural. Desenha-se o, suposto, amálgama de diferentes culturas, mas que, de fato, se consubstancia em uma funcionalidade cultural. Por seu turno Zukin (1996, p. 207), analisa a cidade em meio a ambigüidade que se descortina pelo espaço onde “os sítios específicos da cidade moderna são transformados em espaços liminares pós-modernos, que tanto falseam como fazem a mediação entre natureza e artefato, uso público e valor privado, mercado global e lugar específico.”

A contemporaneidade expõem a complexidade da configuração espacial urbana a partir do uso e ocupação do solo. A terra, no Brasil, é um elemento amálgama do processo de produção do espaço. Desde o período colonial, passando pelo Império e a República, e mesmo na contemporaneidade, não ocorreu uma democratização do acesso a terra, seja no espaço urbano ou rural, mesmo havendo leis como os Estatutos da Terra e da Cidade. Formou-se no Brasil um mercado de terra transacionável aos moldes dos ativos financeiros. Assim, tanto o setor público (investimento em infra-estrutura), quanto o privado (incorporações e loteamentos) geram novas demandas por bens e serviços públicos independente da função social da terra. Neste sentido, Costa (1997) alega que há uma tendência de se trabalhar numa perspectiva espacializada, isto é, o espaço como continente, uma forma sem conteúdo socialmente produzido, a partir de simples reflexões das relações sociais de produção. Muito diferente de uma análise sócio-espacial que considera a produção social do espaço e todas as variáveis que, advém deste processo. Choay (1979), a seu turno, chama a atenção para as duas vertentes predominantes sobre o espaço: 1) culturalista e 2) progressista/racionalista sendo esta a que tem mais repercussão no caso brasileiro. É possível que, no Brasil, a análise sócio-espacial seja substituída pela imposição da idéia de progresso o que, teoricamente, justificaria a prática de planejamento e gestão descontextualizada, portanto, sem a *práxis*.

Assim, o espaço urbano se configurou, e se configura, como o embate entre o público e o privado, de um lado o

Estado e a sua burocracia impregnada de agentes que visam, em muitos casos, os interesses particulares e o setor privado que reforça, via discurso da propriedade, a necessidade de expansão da demanda descolada da totalidade. Logo, são parcelas do solo urbano que, a partir da demanda, se caracterizam em pseudos configurações do espaço, pois, não há uma interação com o todo da cidade.

Camargo (1975) e Kowarick (1979) chamam a atenção para a importância do papel do Estado e a sua possível omissão, quanto à dimensão espacial da cidade. De fato a tensão entre público (coletivo) e privado parece ser, momentaneamente, resolvida, quando o cidadão vislumbra a propriedade (lote, casa, apartamento, terreno) como uma forma de fazer parte da cidade (COSTA, 1994). Destarte, o acesso à cidade se faz via propriedade o que, poderia explicar a “omissão” do Estado, por um lado, e a “lógica da desordem” a partir dos interesses do capital imobiliário. Não há, nestes termos, uma dialética do espaço.

O planejamento no Brasil, de forma sucinta, consubstanciou-se a partir de, pelo menos, duas vertentes, 1) visava o projeto do “Brasil potência” e o corolário de investimentos econômicos e 2) apresentava um cunho militar voltado para o conceito de segurança nacional. Assim, ambas as vertentes confluíam em direção ao autoritarismo. Malgrado ter sido um dos períodos de maior produção de processos de planejamento e, igualmente, de vultosas análises descontextualizadas. Há no planejamento territorial, seja urbano ou rural, certo cortejar com a ideia de ordenamento. O que faz lembrar Baudrillard (1991), ao analisar a fábula de Borges, sobre um dado império onde os cartógrafos desenhavam, minuciosamente, o mapa que acabava por encobrir o próprio território. Qual a relação? No Brasil a ordenação territorial antecede o próprio território através de uma miríade de legislação e normas que, suplantam o plano, isto é, o planejamento é relegado ao esquecimento em prol das normas (burocracia taylorista e dos tipos ideais weberianos) que, na maioria dos casos, não encontra abrigo na realidade. Monte-Mór (2007) faz uma, contundente, análise do arcabouço político-institucional do planejamento. Evidencia, o autor, o

descompasso entre o ambiente institucional e a vida real no território, principalmente, nas cidades. Fica claro que o autoritarismo do período militar, antes de ser uma novidade no Brasil, rompe o diálogo da *práxis* (ação política) entre os diversos atores institucionais e a sociedade. O que parece temerosa, entretanto, não é reconhecer as mazelas de um planejamento autoritário mas, conviver com uma pseudo-democracia territorial. Neste escopo escondem-se armadilhas conceituais e de ações com vistas a minimizar as contradições e o reconhecimento de concepções antagônicas (CAMPOS, 1989).

Entretanto, há perspectivas que se vislumbram, na contemporaneidade, uma vez que o “espaço vivido” traz ao território novos problemas e questões. Mesmo que sejam “novas-velhas questões” retrabalhadas o que, denota certa insatisfação com a falta de um plano, pior, de um plano de ação nas diversas escalas: municipal, estadual e federal. O debate, pós-ditadura militar, sobre o planejamento e a gestão públicos no Brasil pode ser compreendido da seguinte forma: a) o movimento em prol da Reforma Urbana no período da redemocratização do país; b) o reconhecimento do *status* de política pública do Plano Diretor após a aprovação do Estatuto da Cidade (2001); e c) o Planejamento Estratégico como o discurso da eficiência a partir de objetivos centrados no conceito do Estado-mínimo sob os auspícios do neoliberalismo. Para tanto, ações e proposições devem considerar essas múltiplas variáveis pelas instituições públicas, privadas àquelas de cunho individual. Pela via institucional é mais barato regulamentar do que monitora a informação nos locais mais susceptíveis ao risco, por exemplo. A rubrica territorial do desenvolvimento sustentável traduz, concomitantemente, os anseios de instituições e da população que oscila das constatações empíricas, os limites do discurso, e a necessidade de se sentir participativa de algum modo.

Na contemporaneidade, tendo em vista a complexidade da vida humana, há um discurso uníssono, nos diversos setores da sociedade, pela conciliação com o meio ambiente. Esses setores envolvem o consumo, o modo de vida, a ciência, o saber local, entre outros, que formam o arcabouço

dos processos do sistema Sociedade-Ambiente e expõem as contradições do modelo urbano-industrial implementado no Brasil.

O contexto dos anos de 1980 na irrupção dos debates sobre a Reforma Urbana, com participação dos movimentos sociais tendo em vista a ação coletiva, paulatinamente, cede espaço à institucionalização. Com o advento do conceito de Plano Diretor ganha força as dimensões políticas e técnicas (transitando para o planejamento estratégico). Conforme Brasil (2004), um exemplo que exprime o escopo deste período é a ocorrência dos conselhos municipais. A autora, também, aponta uma perspectiva instigadora ao considerar a dimensão da racionalidade, para além de uma visão instrumental, ao citar Habermas e a possibilidade da ação comunicativa. Assim, cai o véu da racionalidade como representação, exclusiva, de uma perspectiva instrumental de meios e fins. Ao se admitir a possibilidade de múltiplas racionalidades como escopo do planejamento, ao contrário de uma perspectiva sectária, vem à tona a dimensão da transposição de um *tabu*.

Contudo, é fundamental reafirmar o caráter da gestão democrática que, definitivamente, se insere na pauta da administração municipal. As transições do escopo do planejamento, nos anos de 1990, para Maricato (1997) ocorrem no âmbito da escala (espacial e econômica). Ao citar Harvey (1991), a autora admite o declínio do “grande capital, do grande governo e do grande trabalho” (dos sindicatos). Assim, pressupõe-se que o foco verte para a escala local. O contexto local expõe, na realidade brasileira, o embate entre o espaço privado e o espaço público. Para Brasil (2004) esta dimensão esbarra na caixa de pandora da propriedade. Assim, deve-se admitir o direito de propriedade ou o direito à propriedade?

O direito à cidade, no caso brasileiro, tem a ver com a produção do espaço urbano pela sua dimensão geométrica (discurso comum e empírico), mas, principalmente, pelo acesso dos cidadãos ao solo. Assim, o que é designado, por alguns, como “desordem” ou “caos” é, por suposto, a “periferia incógnita”, isto é, a somatória dos “sistemas de desigualdades” e dos “sistemas

de exclusões.” Entretanto, a periferia, para além da geometrização, é uma construção dialética na *práxis* e, portanto, de nuances de uma transgressão inclusiva o que se considera, desta forma, é a capacidade da população de reagir (em algumas cidades brasileira se manifesta no centro), de algum modo, à exclusão compulsória do acesso ao solo. As cidades brasileiras, seja qual for a dimensão escalar, expõem os dilemas da desigualdade, principalmente, do acesso ao solo urbano o que, entre outros problemas, não somente gera a exclusão como expõe a fragmentação do espaço na perspectiva dos bens e serviços públicos. Logo, a forma-conteúdo mais durável do processo de ocupação do território brasileiro e, portanto de construção da nação foi o pacto de poder que engendrou/perenizou as estruturas altamente concentradoras de renda e riqueza e de impedimento do acesso à propriedade e à plena cidadania dos direitos sociais, políticos e civis.

“Sob o céu que nos protege” da sustentabilidade é possível coadunar atores (e escalas) antagonísticos no jogo da cidade? Visto por este ângulo o desenvolvimento sustentável é, em si, um paradoxo? Conforme Lynch (2001) é o que se poderia designar como ambientalização dos problemas sociais e setoriais, assim, ocorre a configuração do paradoxo. Para Lynch o problema vem à tona, quando ocorre a redistribuição sócio-espacial dos fatores ambientais, isto é, a análise estabelecida para a tomada de decisão. Mais uma vez o problema da escala se configura. Para a autora (p. 66), “é provável que movimentos ambientais locais coloquem muito mais ênfase em questões urbanas do que na conservação em locais distantes.” Assim, o espaço rural como o regional não se coadunam na perspectiva sócio-espacial.

Costa (2000, p.57) entre outros importantes questionamentos, na concepção desta análise, coloca a seguinte problemática: “[...] como incorporar a intervenção planejada daquela conquistada por meio das práticas sociais?” Logo, como incorporar a sustentabilidade institucionalizada das ações e reflexões do cotidiano? O que corrobora com a constatação de Lynch (2001) sobre a falta de informações e de monitoramento do espaço. Neste sentido, o urbano se torna abstrato,

tendo em vista as suas múltiplas fragmentações, o que conduz a particularização da localidade e o viés cultural das análises. A cidade é, na modernidade, uma construção ortodoxa do fluxo, da circulação, da história, do óbvio, para além, da *práxis*. Ao suprimir a *práxis* desvencilha-se o espaço do cotidiano. A cidade é a concretude do paradoxo da sustentabilidade, mesmo aquelas localizadas nos países centrais do capitalismo, pois defender a cidade é fazer, também, a defesa do projeto capitalista da modernidade? Seja como for, o espaço urbano e mesmo o rural, inseridos na “comodificação” do espaço desnubla o quão complexa é a sustentabilidade.

Portanto, o acesso aos bens e recursos públicos e os usos, que são feitos dos mesmos, constituem a base dos dramas humanos, no espaço urbano brasileiro, gerados pelo discurso da eficiência tendo como referencial a maximização dos lucros e a propriedade como direito. No cerne desta discussão está a complexa relação jurídico-institucional que envolve a terra no Brasil. Há aspectos associados ao problema do ordenamento territorial, a regularização fundiária, a posse, a renda da terra e um distanciamento da função social da terra. As formas de segregação sócio-espacial é um tema amálgama de vários elementos teóricos, quanto de políticas públicas, além da própria inserção no contexto capitalista de parcela da população de excluídos.

Há, por suposto, uma sensação perpétua de um **xeque-mate** (territorial no jogo do xadrez da cidade) que em *persa shāh māt*, significando *o rei está morto*, ou simplesmente **mate**. É uma expressão usada no *enxadrismo* para designar o lance que põe fim à partida, quando o *Rei* atacado por uma ou mais *peças* adversárias não pode permanecer na casa em que está, movimentar-se para outra ou ser defendido por outra peça. Se um jogador aplicar o xeque-mate e o adversário conseguir de algum modo escapar quem aplicou o xeque-mate automaticamente perdeu o jogo.

Todavia a organização do espaço urbano não é desencadeada tal qual a lógica de um jogo... ou será que sim? Partindo, então, deste pressuposto o compartilhamento das regras seria o primeiro pressuposto para

o dimensionamento das ações e reflexões democráticas, cidadãs e solidárias.

No caso brasileiro: a crise é da cidade ou de uma cidadania do espaço?

As análises sobre o urbano transcendem, faz algum tempo, o domínio de uma disciplina em especial, pois, a sua complexidade se acentua, quando se tem por objeto a inter-relação dos processos espaciais. Os significados, de urbano, rural, cidade, vão além da concretude da realidade, na contemporaneidade, suplantam os tradicionais referenciais econômico-setoriais. Não é plausível tecer significados definitivos ou categorias uma vez que são processos em curso. Por outro lado não se pode descolar a representação de urbano ou rural de um determinado contexto espacial. Assim, o que se tem são recortes fluidos por um lado e tendências a simplificações por outro.

Entretanto, para Lefebvre (1999) urbano, rural são continuidades/descontinuidades que se interagem. Segundo o autor a sociedade urbana; que é concomitantemente fato e tendência, orientação e virtualidade; suplantou a concepção de cidade e seu processo histórico. Assim, a cidade é “conquistada” pela “não-cidade”, a “anticidade”, a “desmesura”, isto é, a urbanização. Milton Santos (2002) nos diz que são rugosidades, isto é, formas, funções, processos, conteúdos que ficam do passado, que por isso arrebatam a história e estão em constantes transformações.

O sistema urbano é um sistema de contradições e está em crise? Se assim for, qual crise deve ser imputada, quando nos referimos ao sistema urbano? É um fato empírico ou uma construção teórica? A crise contatada talvez seja mais a busca por outros referenciais epistemológicos do que por uma necessidade social?

Entretanto, é possível identificar, simplificada, três crises:

O objeto da pesquisa urbana está em processo de dissipação;

As instituições se esfacelaram, mas refletem, de certo modo, as contradições do próprio sistema capitalista;

Os conceitos se esgotaram.

Ao aproximarmos estas constatações, com a realidade brasileira, a questão urbana no país passa por uma crise ou por um processo de sobreposição de prioridades? As cidades brasileiras, seja qual for a dimensão escalar, expõem os dilemas da desigualdade, principalmente, do acesso ao solo urbano o que, entre outros problemas, não somente gera a exclusão como expõe a fragmentação do espaço na perspectiva dos bens e serviços públicos? O urbano é mais um modo de vida ou materialidade? Seja como for é sempre permissivo dialogar com as perguntas.

A seu turno, Santos (2007) conclama a uma nova teoria crítica para enfrentar a complexa realidade e reconhece que, o sistema capitalista é composto por múltiplos sistemas. Contudo o autor enfatiza dois sistemas, que são o cerne das contradições do capitalismo, o de “desigualdades” e o de “exclusão.” Analisa Santos (2007, p. 63) que, o sistema “típico” de desigualdades possui uma “integração social hierarquizada” onde “[...] o que está embaixo está dentro, e tem de estar dentro porque senão o sistema não funciona.” Não há, segundo o autor, “[...] capitalistas sem trabalhador, e Marx foi um grande teorizador disso. Mas há um sistema de exclusão, de domínio hierarquizado, onde o que está embaixo está fora, não existe: é descartável, é desprezível, desaparece.”

Considerações finais

O direito à cidade, no caso brasileiro, tem a ver com a produção do espaço urbano pela sua dimensão geométrica (discurso comum e empírico), mas, principalmente, pelo acesso dos cidadãos ao solo. Assim, o que é designado, por alguns, como “desordem” ou “caos” é, por suposto, a “periferia incógnita”, isto é, a somatória dos “sistemas de desigualdades” e dos “sistemas de exclusões.” Entretanto, a periferia, para além da geometrização, é uma construção dialética na *práxis* e, portanto, de nuances de uma transgressão inclusiva o que se considera, desta forma, é a capacidade da população de reagir (em algumas cidades brasileira se manifesta no centro), de algum modo, à exclusão compulsória do acesso ao solo. A marca principal do processo de

ocupação do território brasileiro e, portanto de construção da nação foi o perverso pacto de poder que engendrou/perenizou as estruturas altamente concentradoras de renda e riqueza dificultando e mesmo impedindo o acesso à propriedade e à plena cidadania dos direitos sociais, políticos e civis.”

Assim, o espaço urbano se configurou e se configura como o embate entre o público e o privado, de um lado o Estado e a sua burocracia impregnada de agentes que visam os interesses particulares e o setor privado que reforça, via discurso da propriedade, a necessidade de expansão da demanda descolada da totalidade. Logo, são parcelas do solo urbano que, a partir da

demanda, se caracterizam em pseudo-configurações do espaço, pois, não há uma interação com o todo da cidade.

De fato a tensão entre público (coletivo) e privado parece ser, momentaneamente, resolvida, quando o cidadão vislumbra a propriedade (lote, casa, apartamento, terreno) como uma forma de fazer parte da cidade. Destarte, o acesso à cidade se faz via propriedade o que, poderia explicar a “omissão” do Estado, por um lado, e a “lógica da desordem” a partir dos interesses do capital imobiliário. Distante de uma dialética do espaço e das contradições inerentes.

Referências

- ARANTES, O. Cultura da cidade: animação sem frase. *Cidadania. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 24, p. 229-241.
- BAUDRILLAR, J. *Simulacros e simulações*. Lisboa: Relógio D'água, 1991.
- BENEVOLO, Leonardo. *Orígenes del urbanismo moderno*. Madrid: Celeste Ediciones, [1963] 1994.
- BRASIL, F. P. D. Participação cidadã e reconfigurações nas políticas urbanas nos anos noventa. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, vol. 6, n. 2, p. 35-52.
- CAMARGO, C.P.F. et al. *São Paulo 1975 – crescimento e pobreza*. São Paulo: Edições Loyola, 1976.
- CAMPOS F. C. M. *Cidades brasileiras: seu controle ou caos*. São Paulo: Nobel, 1989.
- CARDOSO, A. L. Reforma urbana e planos diretores: avaliação da experiência recente. *Cadernos IPPUR*, ano XI, n. 1 e 2, Rio de Janeiro, p. 79-111.
- CASTELLS, M.; BORJA, J. As cidades como atores políticos. *Novos Estudos*, n. 45, 1996.
- COSTA, H.S.M. Desenvolvimento urbano sustentável: uma contradição em termos? *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, n. 2, p. 55-71, 2000.
- COSTA, G.M. Exclusão sócio-espacial na era urbano-industrial: uma introdução ao tema. In: _____. VII ENCONTRO NACIONAL ANPUR, Anais... Recife: MDU/UFPE v.2, p.1421-1436, 1997.
- COSTA, H. S. M. Habitação e produção do espaço em Belo Horizonte. In: _____. MONTE-MÓR, R. L. (coord) *Belo Horizonte: espaços e tempos em construção*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/PBH, P.51-78, 1994.

COSTA, H. S. M. A reforma urbana e a busca da cidadania. Revista Indicador, n. 27. Belo Horizonte: ALEMGO, 1988.

HARVEY, D. Espaços urbanos na “aldeia global”: reflexões sobre a condição urbana no capitalismo do final do século XX. Mimeo (Transcrição de conferência proferida em Belo Horizonte), 1995

HARVEY, D. A condição pós-moderna. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

HARVEY, David. *Los limites del capitalismo y La teoria marxista*. São Paulo: Global, [1982] 1990.

KOWARICK, L. A espoliação urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LEFEBVRE, Henri. *A cidade do capital*. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, [1972] 2001

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, [1970] 1999.

LYNCH, B. D. Instituições internacionais para a proteção ambiental: suas implicações para a justiça ambiental em cidades latino-americanas. In: _____. ACSELRAD, H. A. (org) A duração das cidades: a sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A/CREA-RJ, 2001.

MARICATO, E. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. In: _____. ARANTES, O. et. al. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARICATO, E. Brasil 2000: qual planejamento urbano? Cadernos IPPUR, ano XI, n. 1 e 2, janeiro, 1997.

MARICATO, E. Reforma urbana: limites e possibilidades – uma trajetória incompleta. In: _____. RIBEIRO, L.C.Q.; SANTOS JR, O. (org) Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

MARTINS, Sérgio. Crítica à economia política do espaço. In: DAMIANI, A. L., CARLOS, A. F. A., SEABRA, O. C. L. *O espaço no fim de século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 1999. P. 13-41.

MONTE-MÓR, R. L. Planejamento urbano no Brasil: emergência e consolidação. Etc... espaço, tempo e crítica, v. 1, n. 1. 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social; tradução Mouzar Benedito. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço. São Paulo: Edusp, 2002

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

VAINER, C. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? Cadernos IPPUR/UFRJ, 2001-2/2002-1, p. 13-32

Recebido em 27/09/2011
Aprovado em 18/10/2011

CAMBIO CLIMÁTICO Y EL DEBATE SOBRE EL DESARROLLO

Ana María Fernández Equiza*

83

Resumen

América Latina es una de las regiones con menores contribuciones a la emisión de gases de efecto invernadero, sin embargo es uno de los territorios más afectados por las consecuencias del cambio climático. El artículo aborda un breve estado de situación respecto del cambio climático y analiza los principales acuerdos y desacuerdos en la Conferencia de las Partes de la Convención Marco de las Naciones Unidas sobre Cambio Climático, Cancún, 2010 (COP16). Los debates en el seno de la COP 16 expresan no sólo la contradicción entre distintos intereses nacionales y sectoriales, sino la existencia de paradigmas sustancialmente diferentes en cuanto a su visión de la Naturaleza y el desarrollo. Un punto clave en el que se dirimen los paradigmas en pugna es la mercantilización de la naturaleza. Esta discusión es crucial en el momento actual, cuando la mayoría de los países latinoamericanos intenta recrear proyectos regionales y nacionales que reviertan las consecuencias del neoliberalismo y den cuenta de los problemas fundamentales. La construcción de proyectos respetuosos de la vida de los pueblos implica considerar las estrategias para enfrentar los efectos ya verificables del cambio climático global, los escenarios probables y asumir responsabilidades para evitar que se agraven.

Palabras-clave: efecto invernadero, cambio climático, desarrollo.

Resumo

A América Latina é uma das regiões com menor contribuição para a emissão de gases de efeito estufa, mas é uma das áreas mais afetadas pelas consequências da mudança climática. O artigo apresenta um breve relatório sobre as mudanças climáticas e discute os principais acordos e desacordos na Conferência das Partes da Convenção do Clima, Cancun, 2010 (COP16). As Discussões no âmbito da COP 16 expressam não só a contradição entre diferentes interesses nacionais e setoriais, mas a existência de paradigmas substancialmente diferentes em suas visões da natureza e do desenvolvimento. Um ponto-chave em que se resolvem os paradigmas concorrentes é a mercantilização da natureza. Esta discussão é crucial no momento atual quando a maioria dos países latino-americanos tenta recriar projetos regionais e nacionais visando reverter às consequências do neoliberalismo e resolver seus problemas fundamentais. A construção de projetos que respeitem a vida dos povos requer a considerar as estratégias para enfrentar os efeitos já verificáveis da mudança climática global, os cenários prováveis e assumir as responsabilidades para evitar que tais efeitos se agravem.

Palavras-chave: efeito estufa, mudanças climáticas, desenvolvimento.

* Doctora en Humanidades, UFSC, Brasil. Docente do Centro de Investigaciones Geográficas. Facultad de Ciencias Humanas. Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires-Campus Universitario. E-mail anafernt@yahoo.com.ar

Introducción

El cambio climático es un problema global, que se manifiesta en el presente y cuya proyección en el futuro cercano, aún en los escenarios más optimistas, indica que los impactos sobre la naturaleza en general y las poblaciones humanas en particular se profundizarán.

En un brevísimo período de tiempo a escala planetaria, el acelerado ritmo de transformaciones ecosistémicas generados por el cambio climático pone en discusión las formas actuales de relación sociedad-naturaleza. Aún quienes rehúyen analizar las causas estructurales y las relaciones sociales que las determinan, admiten que el cambio climático está afectando los sistemas naturales de tal modo que las condiciones para la localización de ciertas actividades y la disponibilidad de recursos vitales, como el agua, pueden variar significativamente. Ciudades costeras amenazadas por el crecimiento del nivel del mar, actividades humanas crecientemente impactadas por grandes inundaciones o sequías, cambios en las condiciones para la agricultura y aumento del déficit alimentario y la pobreza en muchos países, son parte de las consecuencias del cambio climático que ya se evidencian. Los mismos son particularmente negativos para los grupos de población más vulnerables

¿Cómo se ha llegado a esta situación? ¿Cuáles son las características y las implicancias de este calentamiento global? ¿Qué previsiones pueden hacerse? ¿Cómo evitar que se profundice? ¿Cómo enfrentar las consecuencias ya evidentes y las esperables? ¿Cómo establecer responsabilidades y cuáles son las formas de asumirlas?

Apenas unas pocas preguntas de las muchas que pueden hacerse alcanzan para comprender la complejidad del cambio climático y de los desafíos que plantea.

En el presente trabajo se abordan algunas reflexiones sobre un aspecto central del debate en torno al cambio climático: las concepciones de desarrollo.

1-Cambio climático: breve estado de situación

La meta de limitar el calentamiento a un aumento de la temperatura global media no superior a los 2° C por encima de los niveles preindustriales desempeña un papel básico en los debates actuales sobre las políticas climáticas adecuadas (...). Debido únicamente a la inercia del sistema climático, el informe del IPCC de 2007 establece que es inevitable que alcancemos un aumento de la temperatura global de cerca de 1,4 ° C por encima de los niveles preindustriales. También existe inercia en los sistemas humanos, pero es difícil cuantificarla y no se sabe con qué rapidez hasta qué punto la sociedad podrá reducir o reducirá las emisiones de gases de efecto de invernadero. (Richardson, 200, p. 18)

Según datos del Informe del IPCC (2007),

- Los cambios que ya se perciben responden a un aumento de la temperatura media global cercano a los 0,7 ° C
- Aún sin aumentar las emisiones los procesos generados por las ya acumuladas implicarán un aumento mayor de la temperatura en los años venideros
- Existe un alto consenso científico de que los 2° C son el límite de aumento de la temperatura media global tolerable sin desencadenar cambios rápidos y drásticos,
- Para no traspasar ese límite la emisión no debería superar los 390 partes por millón de equivalente carbono
- Para ello es necesario reducir las emisiones en por lo menos un 50% para el 2050
- Todo esfuerzo de mitigación cuanto más tarde menos efectivo y más costoso será.

¿Cómo lograr la disminución en las emisiones necesaria para estabilizar el aumento de temperatura por debajo del límite crítico?

2- Acuerdos y desacuerdos en Cancún

Los responsables de la mayor parte de las emisiones rehúyen compromisos concretos y significativos. El Protocolo de Kyoto, que obliga a los países

industrializados a reducir sus emisiones para el 2012 un 5,12 % respecto al año 1990 no se está cumpliendo. Por el contrario las emisiones totales han aumentado un 40%.

En el marco de la Conferencia de las Partes de la Convención Marco de Naciones Unidas para el Cambio Climático (en adelante COP) 16, Cancún, 2010, los países participantes, a excepción de Bolivia, firmaron un trabajoso acuerdo que si bien como tal fue celebrado como un esfuerzo que salvó de la ruptura en las negociaciones, ofrece numerosas dudas en cuanto a su efectividad. Sus principales puntos son la promesa de constituir un “fondo verde”, inicialmente de 30.000 millones de dólares, aportados por los países desarrollados y administrado por el Banco Mundial. Este fondo permitiría la asistencia para la adaptación y transferencia de tecnología para la mitigación a los países pobres. El acuerdo incluye también la iniciativa de Reducción de Emisiones por Deforestación y Degradación de los Bosques, y menciona la intención de verificar las metas de emisión en un marco de la Convención, no sólo dentro de proyectos nacionales, y de prorrogar el Protocolo de Kyoto. Temas que ya marcan la agenda a seguir debatiendo en la COP 17, en Durban, Sudáfrica, 2011.

Las principales críticas al acuerdo apuntan a la ausencia de discusión de las formas de producción y consumo insostenibles, a los compromisos de reducciones voluntarias en vez de metas concretas y exigibles, y a la apuesta a soluciones de mercado, particularmente la insistencia con el fortalecimiento del mercado de carbono, que permitiría a los emisores cumplir con las reducciones “comprándolas” a terceros países, en los cuales a su vez este tipo de mecanismo es visto como una forma más de atracción de divisas.

Para algunos autores como de la Torre A., Fajnzylber P. y Nash J. (2009), los bonos de carbono constituyen una forma de reducir emisiones en los lugares donde tiene menor costo y a su vez, una forma de ejercer la responsabilidad de los países industrializados:

(...) A pesar de que su parte de la población mundial corresponde sólo a un 20%, los países industrializados son responsables del 75% de las emisiones acumulativas de CO2 relacionadas a la energía desde 1850. Esto lleva a que muchos observadores concluyan que los países ricos deberían asumir una parte mucho mayor de los costos asociados a la reducción de las emisiones globales de GEI. (p.19)

Esto podría interpretarse como loables mecanismos para que los países desarrollados “reparen” los perjuicios generados por sus emisiones acumuladas, pagando el costo de reducir las nuevas emisiones en los países en desarrollo. Sin embargo, también cuentan otras razones:

Está claro que la participación de los países en desarrollo es indispensable para que estos objetivos sean alcanzados y, por lo tanto, es en el interés de todos contar con fuertes incentivos para que ellos formen parte de la solución. Este enfoque aseguraría que el mundo aprovechara primero aquellas oportunidades de mitigación que ofrecen una mejor relación costo-beneficio. En otras palabras, una solución global eficiente solamente es posible si las reducciones son implementadas en países que tienen un mayor potencial de llevar a cabo reducciones a precios más bajos, que no necesariamente son aquellos donde las emisiones son mayores. (de la Torre, A. et al., 2009, p. 19)

Otra posición, particularmente sostenida por los países más pequeños y afectados por el cambio climático, considera que los países desarrollados tienen una deuda ecológica que los obliga a instrumentar formas de reparación con los países en desarrollo que sufren los impactos que no generaron, y fundamentalmente los compromete a disminuir drásticamente sus emisiones.

En principio, esta situación está reconocida por el criterio de responsabilidades compartidas pero diferenciadas.

Hasta aquí, queda claro que hay un reconocimiento a la interdependencia de todos los países para enfrentar el cambio

climático. Sin embargo, la controversia más evidente es el modo de hacerlo. A pesar de haber firmado el Acuerdo de Cancún, muchos países lo han considerado positivo pero muy lejos de lo necesario.

El Estado Plurinacional de Bolivia rechazó el Acuerdo de Cancún por considerarlo inadecuado para resolver el problema, ya que los países industrializados defienden metas tan poco ambiciosas que no impedirán un calentamiento altamente peligroso para la Tierra y los seres humanos. Bolivia, al igual que otros países de América Latina y el mundo, ya está sufriendo graves impactos, particularmente los problemas derivados del deshielo de los glaciares andinos de los cuales se abastecen grandes poblaciones, y por lo tanto abogan por medidas urgentes orientadas a metas de reducción de emisiones más drásticas.

3 -La mercantilización de la naturaleza

El Estado Plurinacional de Bolivia plantea una crítica radical a la mercantilización de la naturaleza. Rechaza el Acuerdo de Cancún en tanto:

Impulsa el establecimiento de nuevos mecanismos de mercado a través de los cuales los países desarrollados traspasarán su responsabilidad de reducir sus emisiones de gases de efecto invernadero a los países en vías de desarrollo (...)

Promueve una metodología de valoración monetaria de la capacidad de captura de carbono de los bosques para iniciar un nuevo tipo de mercado de carbono, que significará el comienzo de la mercantilización de las funciones de la naturaleza. (CMPCC, 17/12/2010)

El delegado boliviano a la COP 16, Pablo Solón lo explica de la siguiente manera:

(...) en el fondo es el derecho de propiedad sobre la capacidad de captura de carbono de un bosque. Se emitirían certificados que dan esta prerrogativa y uno puede comprar y decir yo no soy dueño de los árboles, no soy dueño del bosque pero sí soy dueño de la capacidad de absorción de CO₂ de ese bosque. Y ése es mi derecho y lo comienzo a comercializar. El gran problema es que esto significa la privatización del bosque porque

para garantizarle el derecho al portador de ese certificado hay que tener control sobre el bosque que en última instancia acaba afectando la propiedad o presencia de poblaciones indígenas, comunitarias, que viven en el bosque, en aras de garantizarle este nuevo derecho de propiedad de la capacidad de absorción de carbono. Éste es un problema muy grave porque estamos ante la generación de un nuevo tipo de derechos de propiedad sobre la naturaleza, algo que hasta ahora nunca habíamos visto y que empieza a desarrollarse en el marco de las negociaciones de Cambio Climático vinculadas a los bosques bajo lo que se conoce como REDD (Reducción de Emisiones provenientes de la Deforestación y la Degradación de los bosques). Nosotros creemos que sí tiene que haber una compensación a aquellos países y a aquellas comunidades que protegen sus bosques, pero no a través de mecanismos que generen un mercado de carbono y menos con cierta clase de derechos de propiedad que luego sean objeto de transacciones en un mercado internacional". (Entrevista, Radio Nederland Internacional)

Este nuevo tipo de derecho de propiedad, que destaca Solón, puede ser visto como un cercamiento de los bienes comunes análogo al cercamiento de los campos en los inicios del capitalismo. Y devela que lo importante de estos derechos de propiedad es su carácter de instrumentos que permiten el control y usufructo de los territorios.

Ser dueño de la capacidad de absorción de carbono de un bosque y no del bosque, en cuanto genere un derecho a decidir el uso del bosque, tiene la misma lógica que ser dueño de la tierra. Lo que está implícito es el recorte que separa el elemento apropiado de su condición de parte de un ecosistema, y es este recorte lo que imprime el sesgo profundamente destructivo de las relaciones sociedad-naturaleza en el marco del productivismo.

La mercantilización es una forma de recorte de una parte del ecosistema para colocarlo en un proceso gobernado por el mercado. Los efectos no contemplados de dicho proceso sobre el ecosistema, en parte, son identificados como externalidades.

En la COP 16 la discusión pareció resumirse a quien paga por ellas. Si el

cambio climático es una externalidad generada principalmente por el desarrollo de los países industrializados, el propio razonamiento neoclásico ambiental indicaría que son los mismos quienes deben internalizar los costos indirectos para corregir los procesos que generan dicha externalidad global. Sin embargo la forma de mercantilización propuesta por los países industrializados no implica una internalización de los costos indirectos en los mismos procesos que los generan. Por el contrario, para poder mantenerlas pretenden reducir las emisiones en otros países.

Desde esta perspectiva, el aporte inicial de los países industrializados a un fondo verde, que se propone movilizar 120.000 millones dólares en el 2020 en gran parte destinado a promover el mercado de carbono, más que una compensación es una forma de comprar barato el servicio ambiental del territorio de los países en desarrollo.

Un cuestionamiento más sustancial, como el de las visiones de sustentabilidad más fuerte, responde a una concepción basada en la inconmensurabilidad del valor de la naturaleza y en reconocer su valor de existencia (Gudynas, 2003). Desde esta perspectiva, la medición de las externalidades es insuficiente en tanto existen impactos que no pueden valorarse económicamente, que no pueden medirse, o en muchos casos que ni siquiera se pueden conocer.

Es representativo de esta concepción de sustentabilidad el Acuerdo surgido de la Cumbre de los Pueblos sobre Cambio Climático y los Derechos de la Madre Tierra, realizada en abril del 2010 en Tiquipaya, Bolivia, con la participación de delegados de movimientos sociales de todos los continentes y delegaciones de algunos gobiernos.

Entre los principales puntos del Acuerdo de los Pueblos, se plantea como objetivo estabilizar las emisiones y evitar que el aumento de la temperatura supere 1 a 1, 5° C, preservando el Protocolo de Kyoto y exigiendo su cumplimiento. Se pide a los países industrializados reducir a la mitad sus

emisiones de gases de efecto invernadero, y se propone establecer una Declaración Universal de los Derechos de la Madre Tierra, reconocer la deuda climática, proteger los bosques respetando la soberanía de los estados y los derechos de los pueblos indígenas, promover un modelo agrícola sustentable basado en el respeto a los campesinos y orientado a la soberanía alimentaria, proteger a los migrantes ambientales, realizar un referendo mundial sobre cómo enfrentar el cambio climático y crear un tribunal internacional para delitos ecológicos.

Ese conjunto de objetivos responde a un paradigma completamente diferente al hegemónico, basado en el antropocentrismo, la racionalidad instrumental y la búsqueda de dominio de la naturaleza.

Como sostiene el proyecto de Declaración Universal de Derechos de la Madre Tierra, redactado entre otros por Leonardo Boff:

Si todos somos parte de un solo sistema interdependiente ¿por qué sólo los seres humanos hemos de tener derechos y la naturaleza ha de ser tratada como un simple objeto funcional a los intereses de los hombres? Para garantizar los derechos humanos en el siglo XXI es fundamental reconocer que nuestra madre tierra también tiene derechos. Solo reconociendo y defendiendo los derechos de la naturaleza será posible restablecer el equilibrio en el planeta Tierra. Mientras la especie humana trate a la madre tierra como a un esclavo carente de derechos la humanidad no recuperará su humanidad (2010)

4- La carrera por el crecimiento: el núcleo de los desacuerdos

La mayor parte de los países industrializados y los emergentes se resisten a aceptar compromisos que pudieran limitar su crecimiento, particularmente en un contexto de crisis en el cual ninguno quiere dar ventajas competitivas. Esto hace que las estrategias de mitigación “aceptables” estén fuertemente condicionadas.

De allí que se habla de promover la economía baja en emisiones carbono, y se centran los esfuerzos en mejorar la eficiencia energética y transformar la matriz

hacia energías limpias. Es decir, predomina el “optimismo técnico” que considera más necesario procurar nuevas tecnologías que discutir los modelos de desarrollo basados en la idea del crecimiento ilimitado. Depositán el núcleo de la solución en desarrollar nuevas tecnologías, cuyos costos serán recompensados por los beneficios a obtener con el crecimiento de la economía en nuevos sectores rentables y capaces de generar empleos verdes. Reproduciendo el modelo, dichas tecnologías serán transferidas a los países menos desarrollados que, en parte, podrán adquirirlas merced a la asistencia de los fondos verdes, gestionados por organismos como el Banco Mundial. Los criterios de este organismo quedan claros en su “Informe sobre el desarrollo mundial” (2010): *“Sólo con nuevas tecnologías y precios competitivos podrá frenarse el cambio climático sin renunciar al crecimiento”* (p.2)

Muchos de los científicos que llaman a enfrentar el problema muestran también una excesiva confianza en la promoción de soluciones técnicas, como las ya mencionadas mejoras en la eficiencia energética, las energías limpias o los más discutidos métodos de enterramiento de carbono. ¿Quién puede dudar que, por ejemplo, los automóviles actuales mejoraron sustancialmente la eficiencia energética respecto de los modelos fordistas? Sin embargo, el uso masivo de automóviles contribuye decididamente a las emisiones de gases de efecto invernadero. En concepciones de desarrollo atadas a la idea de crecimiento ilimitado siempre existe el punto en que las reducciones de emisiones por eficiencia energética se ven más que neutralizadas por el aumento del consumo.

Contrastando la visión hegemónica, existen voces académicas, gubernamentales, y movimientos sociales que expresan posiciones críticas a los modelos productivistas y entienden el cambio climático como un problema complejo, cuyas causas estructurales requieren respuestas estructurales.

Las causas del Cambio Climático, así como de los principales problemas

ambientales globales, responden a modelos productivistas (Lipietz, 1997) que impulsan el aumento de los ritmos de extracción de recursos y de devolución de residuos hasta alcanzar y superar las posibilidades de regeneración y asimilación de la Naturaleza (Foladori, 2003). Esta aceleración desde el siglo XIX y particularmente en el XX se debe al imperio de una lógica mercantil que impulsa al incremento continuo e ilimitado del producto y la productividad. Si bien esta podría entenderse como la búsqueda de producir lo necesario para la vida con menos dificultad y esfuerzo, en el marco de la organización actual de la economía se ha trastocado de medio a fin, y es utilizada como instrumento de explotación, competencia entre capitalistas y expulsión de trabajadores. Implica extraer más rápido, contaminar más rápido, con menos ocupación. A su vez, la concentración del ingreso y la creación de una cultura de sobreconsumo en una parte de la población mundial constituyen la demanda que sostiene esta dinámica lesiva para el planeta y la humanidad. Opulencia para algunos, exclusión para muchos y destrucción de la Naturaleza

La huella ecológica de los modelos de desarrollo productivistas constituye no sólo una deuda de los países que han producido esa sobreexplotación de la capacidad de carga de los ecosistemas respecto del conjunto de los países, sino una evidencia de la imposibilidad de universalizar esos modelos.

5- Interdependencia sin cooperación

Dada la naturaleza del problema, de no haber compromisos recíprocos difícilmente se logren resultados significativos. La voluntad de algunos países de avanzar en políticas serias de mitigación puede ser un esfuerzo inútil si los demás países, particularmente los mayores emisores, no realizan un esfuerzo similar. Y las consecuencias del cambio climático son soportadas por el conjunto de los países, con impactos diferenciales según su vulnerabilidad en términos geográficos y económicos. Así América Latina, aún

cuando es una de las regiones con menores contribuciones a la emisión, es uno de los territorios más afectados por las consecuencias del cambio climático.

Si bien existe una aceptación general del principio de las responsabilidades comunes pero diferenciadas, también existe una enorme dificultad para asumirlas y traducirlas en acciones efectivas.

Los países emergentes no quieren aceptar límites a su crecimiento entendiendo que los países centrales, principales responsables de la acumulación de los gases de efecto invernadero, no tienen derecho a frenar el crecimiento de los demás países. La propuesta de “crecimiento cero” o cualquiera que pese igual sobre todos los países implicaría la injusticia de cristalizar las desigualdades históricas en los niveles de desarrollo. Si bien este argumento tiene una cuota de razonabilidad en la discusión Sur-Norte, Lipietz (2002) destacó hace más de una década las limitaciones físicas del planeta para sostener una mal entendida justicia de igualar el derecho a destruirlo. Por el contrario, se trata de pensar nuevos paradigmas que permitan alcanzar una vida digna en todos los países sin reproducir los modelos que ya han mostrado sus impactos negativos. Para ello no sólo hace falta que los países que han cimentado su desarrollo actual en el usufructo de la capacidad de carga del planeta se hagan cargo de enfrentar la responsabilidad por los problemas generados, haciendo y ayudando a hacer los cambios que haga falta, sino una redefinición de los objetivos de la economía, que recuperen su dimensión vital y respeten los límites ecológicos.

Esto, como sostiene Gudynas (2003), significará que en algunos lugares la producción de bienes y servicios deba crecer, y en otros sitios implicará decrecimiento. Entendiendo por tal no un retroceso en la calidad de vida, sino un cambio cualitativo. Medir la actividad de la economía no sólo con parámetros como el PBI, incorporando otros indicadores, como por ejemplo, el índice de desarrollo humano y la huella ecológica. En este sentido, es

necesario repensar una “economía como sustento del hombre”, que permita superar la visión puramente crematística internalizada en una “sociedad de mercado” (Polanyi, 1990)

En esta línea los verdes franceses ya no hablan de cambiar “hacia un desarrollo sostenible” sino “*hacia un futuro sostenible, en base a un decrecimiento selectivo y justo*”, cuyos ámbitos de aplicación se determinen combinando criterios de ecología y de justicia social, para evitar los excesos de producción y reducir las desigualdades tanto dentro de los países como entre el Norte y el Sur. (www.ecopolitica.org, 15/02/2011)

Cuestionando la idea de desarrollo basada en el crecimiento ilimitado Merenson (2011), recuerda que Georgescu-Roegen (1979,1996) sostuvo que “*ningún agente puede crear la materia con la que trabaja, ni el capital puede crear la sustancia de la que está hecho*” en respuesta al postulado neoclásico que sostiene la sustitución casi perfecta de capital natural por capital artificial.

Sobre el mismo punto, Daly plantea que el capital humano es complementario del capital natural, y solo marginalmente sustitutivo “*El hecho de tener dos o tres veces más sierras y martillos no nos permite construir una casa con la mitad de madera*” (1990, p.2).

En suma, aún en las sociedades más opulentas, existe un corriente importante de pensamiento que pone en discusión el crecimiento como fin en sí mismo y como sinónimo de desarrollo y progreso.

Consideraciones finales

Más allá de su peso en las instituciones internacionales en el momento actual, un amplio abanico de actores contribuye a poner en debate la matriz insustentable de los paradigmas de desarrollo que marcaron el siglo XX y proponen una discusión refundacional de la relación sociedad-naturaleza.

Los debates en el seno de la COP 16 expresan no sólo la contradicción entre

distintos intereses nacionales y sectoriales, sino la existencia de paradigmas sustancialmente diferentes en cuanto a su visión de la Naturaleza y el desarrollo.

Un punto clave en el que se dirimen los paradigmas en pugna es la mercantilización de la naturaleza.

En este sentido, la propuesta del “buen vivir” impulsada por Bolivia y movimientos sociales de gran parte del mundo es una valiosa contribución para repensar los objetivos de nuestras sociedades, la política y los gobiernos.

La discusión sobre el cambio climático, sus causas estructurales y sus consecuencias forma parte de la construcción de caminos genuinos para repensar el desarrollo.

En América Latina. ¿Qué proyecto respetuoso de la vida de nuestros pueblos podría sostenerse sin considerar las estrategias para enfrentar los efectos ya verificables del cambio climático global, los escenarios probables, y sin asumir la responsabilidad de contribuir para evitar que se agraven?

Esta discusión es crucial en el momento actual, cuando la mayoría de los países latinoamericanos intenta recrear proyectos regionales y nacionales que reviertan las consecuencias del neoliberalismo y den cuenta de los problemas fundamentales.

En este contexto, cabe preguntarnos ¿Cómo condiciona la actual inserción en la economía internacional basada en la especialización primario exportadora la lucha contra el cambio climático? ¿En qué medida el neodesarrollismo es una alternativa en sí misma o una transición en la construcción de una nueva manera de entender el desarrollo?

El cambio climático global nos plantea dramáticamente el desafío de un cambio cultural que permita a la humanidad co-evolucionar con el mundo que está ayudado a transformar drásticamente.

La relación entre economía y problemas ambientales, en sus aspectos fundamentales, nos remite a una pregunta básica: ¿Cuáles son nuestros objetivos como sociedad y como organizarnos para alcanzarlos sin destruir la naturaleza de la que formamos parte?

La gravedad de los problemas socio-ambientales que enfrentamos reclama que pongamos en cuestión los paradigmas económicos dominantes y sus fundamentos filosóficos antropocéntricos utilitaristas. Apela a la capacidad de comprender y transformar nuestra manera de estar en el mundo. Reclama, como sostiene Jonas (1995) una ética que permita ejercer la responsabilidad derivada de las capacidades actuales de intervención en la naturaleza y una política capaz de considerar como imperativo la equidad, las generaciones futuras y los derechos de la naturaleza.

Por todo esto, las repuestas al cambio climático no podemos esperarlas del mercado ni de una ciencia embretada por la racionalidad instrumental y el valor de control de la naturaleza (Lacey, 1998). Por el contrario, es vital reconocer el valor de equilibrio con la naturaleza como norte de una ciencia acorde a los desafíos actuales, de una nueva economía y de las transformaciones culturales necesarias para propiciar la continuidad de la vida humana en el planeta.

Bibliografía

Banco Mundial (2010) *Informe sobre el desarrollo mundial 2010 Desarrollo y cambio climático. Panorama general. Un nuevo clima para el desarrollo*. Washington DC. Banco Internacional de Reconstrucción y Fomento/Banco Mundial.

Barros, Vicente (2004) *El Cambio Climático Global*. Bs. As. Ed. El Zorzal
Comisión Mundial del Medio Ambiente y del Desarrollo (1988) *Nuestro futuro común* (Informe Brundtland), Madrid, Alianza Editorial.

Cumbre de los Pueblos Sobre Cambio Climático y Derechos de la Madre Tierra.(2010) *Acuerdo de los pueblos* CMPCC. Bolivia. Disponible en <http://cmpcc.org/acuerdo-de-los-pueblos/>

----- (2010) *Proyecto de Declaración Universal de los Derechos de la Madre Tierra* CMPCC. Bolivia. Disponible en: <http://cmpcc.org/derechos-madre-tierra/> (Recuperado 10 de febrero 2011)

----- (2010) ***¿Por qué Bolivia rechaza el Acuerdo de Cancún?*** CMPCC. Bolivia. **Disponible en:** <http://cmpcc.org/2010/12/17/%C2%BFpor-que-bolivia-rechaza-el-acuerdo-de-cancun/> (Recuperado 10 de febrero 2011)

Daly Herman (1990) *Criterios operativos para el desarrollo sostenible* EUMED.NET Disponible en: <http://www.eumed.net/cursecon/textos/Daly-criterios.htm#6> (Recuperado 10 de febrero 2011)

De la Torre A., Fajnzylber P. y Nash J. (2009) *Desafío del Cambio Climático: desarrollo con menos carbono*. Banco Internacional de Reconstrucción y Fomento. Banco Mundial, Washington, DC. Disponible en: <http://siteresources.worldbank.org/INTWDR2010/Resources/5287678-1226014527953/Overview-Spanish.pdf> (Recuperado 15/12/2011)

Fernández Equiza, Ana María(2007) “Análise Interdisciplinar da valoração da Natureza nos Conflitos Ambientais”. Tesis de Doctorado. Disponible en: www.tede.ufsc.br/teses/PICH0062-T.pdf

Foladori, Guillermo (2001) “Una tipología del pensamiento ambientalista” en “*¿Sustentabilidad? Desacuerdos sobre el desarrollo sostenible*” Pierri, N. y Foladori, G. (editores.) Ed.Trabajo y Capital, Montevideo, Uruguay.

Georgescu-Roegen, N. (1979) “Comments on the Papers by Daly and Stiglitz”. En V. Kerry Smith, eds., *Scarcity and Growth Reconsidered*. Baltimore: Rffand Johns Hopkins University Press.

Georgescu-Roegen, Nicholas (1996): *La Ley de la Entropía y el proceso económico*, Madrid, Fundación Argentaria

Gudynas, Eduardo (2003) *Ecología, economía y ética del Desarrollo Sostenible*. Bolivia, Instituto para la Conservación y la Investigación de la Biodiversidad (ICIB)/Academia Nacional de Ciencias de Bolivia (ANCB),

IPCC (2007) *Cambio climático 2007: Informe de síntesis. Contribución de los Grupos de trabajo I, II y III al Cuarto Informe de evaluación del Grupo Intergubernamental de Expertos sobre el Cambio Climático* [Equipo de redacción principal: Pachauri, R.K. y Reisinger, A. (directores de la publicación)]. IPCC, Ginebra, Suiza.

Jonas, Hans (1995) *El principio de responsabilidad. Ensayo de una ética para la civilización tecnológica*. Ed. Herder, Barcelona.

Lacey, Hugh (1998) “Valores e actividade científica”. Discurso Editorial, Sao Paulo.

Leis Hector (1999) *A modernidade insustentável. As críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea* Petrópolis, Ed. Vozes e Santa Catarina, Ed. UFSC.

Lipietz, Alain (2002): *¿Qué es la ecología política? La gran transformación del siglo XXI*, Santiago de Chile, Instituto de Ecología Política.

Merenson, Carlos (2011) *Cambio económico o cambio climático*. Ecopolítica. Disponible en: http://www.ecopolitica.org/index.php?option=com_content&view=article&id=120:cambio-economico-o-cambio-climatico&catid=23:econom&Itemid=69 (Recuperado: 10 de febrero 2010)

Naciones Unidas (2010) *La economía del cambio climático en América Latina y el Caribe Síntesis 2010* LC/G.2474, Santiago de Chile .Disponible en http://www.eclac.org/publicaciones/xml/8/41908/2010-913_Sintesis-Economia_cambio_climatico-COMPLETO_WEB.pdf (Recuperado 10 de febrero de 2011)

Polanyi, K. (1994) *El sustento del hombre*. Barcelona. Biblioteca Mondadori.

Richardson K. y Ots (2009) *Informe de Síntesis Cambio Climático. Riesgos, retos y decisiones globales*. Dinamarca. University of Copenhagen. Disponible en: http://climatecongress.ku.dk/pdf/Synthesis_Report_-_Spanish_-_ISBN.pdf/ (Recuperado 10 de febrero 2011)

Radio Nederland Internacional (2010) *Entrevista a Pablo Solón*. Disponible en: <http://www.rnw.nl/espanol/article/economia-verde-mercantilizar-la-naturaleza> (Recuperado 15 de febrero de 2011)

Recebido em 26/10/2011
Aprovado em 31/10/2011

ITAIPU: APROVEITAMENTO DA ENERGIA VERTIDA PARA A PRODUÇÃO DE HIDROGÊNIO E PARTICIPAÇÃO EM ENERGIA SUSTENTÁVEL*

Janine Padilha Botton**

Marcelo Miguel***

Resumo

Este trabalho mostra a possibilidade do aproveitamento da energia vertida pela Itaipu Binacional para a produção de hidrogênio em uma planta que fará parte do Núcleo de Pesquisas em Hidrogênio (NUPHI), convênio entre a Itaipu Binacional, Eletrobrás e Fundação Parque Tecnológico Itaipu. ONUPHI visa explorar o potencial de energia renovável local juntamente com a formação de profissionais de elevado nível na área. As pesquisas de desenvolvimento e inovação realizadas por alunos de graduação e pós-graduação poderão ser aplicadas na planta de produção de hidrogênio, além dele poder ser utilizado diretamente em células a combustível para a geração de energia elétrica. A utilização da energia vertida possibilitará a produção de energia sustentável, primeiramente local, podendo se expandir à medida que forem obtidos os resultados da pesquisa com novos materiais para a produção de hidrogênio. Além de evitar a emissão de poluentes causadores do efeito estufa, como o CO₂, quando o hidrogênio substituir os combustíveis não renováveis.

Palavras-chave: energia, hidrogênio, Itaipu.

Resumen

Este trabajo muestra la posibilidad de aprovechamiento de la energía vertida por Itaipu Binacional para la producción de hidrógeno en una planta que formaría parte del núcleo de investigaciones en Hidrógeno (Núcleo de Pesquisas em Hidrógeno – NPUH), convenio entre Itaipu Binacional, Eletrobrás y Fundação Parque Tecnológico Itaipu. El NPUH explora el potencial de energía renovable local junto con la formación de profesionales de elevado nivel en el área. Las investigaciones de desarrollo e innovación realizadas por alumnos de graduación y pos-graduación podrán ser aplicadas en la planta de producción de hidrógeno, además de poder ser utilizado directamente en células combustibles para la generación de energía eléctrica. La utilización de la energía vertida posibilitará la producción de energía sostenible, primeramente local, pudiendo se expandir a medida que sean obtenidos los resultados de la investigación con nuevos materiales para la producción de hidrógeno. Además de evitar la emisión de contaminantes que causan el efecto invernadero, como CO₂, cuando el hidrógeno sustituya los combustibles no renovables.

Palabras-clave: energía, hidrógeno, Itaipu.

* Apresentado no 1º Seminário RELEASE – Rede de Laboratórios do Sistema Eletrobras, 30 e 01 de junho de 2011, Rio de Janeiro – RJ.

** Graduada em Química, Licenciatura Plena e Química Industrial, pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Possui doutorado em Ciência dos Materiais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e doutorado em Química pela Université de Rennes 1, da França. Fez pós-doutorado em Planejamento de Sistemas Energéticos pela Unicamp e pós-doutorado em Ciência dos Materiais pela UFRGS. Atualmente é professora de química na Universidade Federal de Integração Latino-Americana. E-mail: janine.padilha@unila.edu.br

*** Graduado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Possui especialização em Gestão da Qualidade dentro do Programa de Administração da Produção na Universidade Estadual do Oeste do Paraná e especialização em Engenharia da Energia pela Universidade Federal de Itajubá. Atualmente é engenheiro sênior da Itaipu Binacional. E-mail: marcelom@itaipu.gov.br

Introdução

Nos últimos anos, as mudanças climáticas têm provocado catástrofes que estão abalando a sociedade e forçando o Mundo a repensar sobre o consumo de energia. A maior contribuinte destas mudanças é devido à utilização de combustíveis fósseis que ao serem queimados liberam elevado nível de CO₂ [1,2].

Além de contaminarem o meio ambiente, quando utilizados, os combustíveis fósseis não são renováveis. Suas reservas não estão distribuídas homogeneamente e são localizadas em regiões com conflitos geopolíticos, os quais provocam um aumento comercial no preço desse combustível, além de centralizar seu fornecimento [2].

Outro fator importante está associado ao efeito estufa causado pela emissão de CO₂ [3,4]. O elevado nível de CO₂ no ar provoca danos à saúde da população se tornando cada vez um problema de saúde pública, desta forma, existe a necessidade de substituir o uso de combustíveis fósseis o mais rápido possível.

Das fontes de energia renovável capazes de substituir os combustíveis fósseis estão a eólica, solar e a hídrica [5-7]. A grande vantagem destas fontes de energia se dá pela possibilidade de aproveitamento da riqueza de cada região, considerando o potencial energético local [8].

Analisando o potencial energético do Brasil, que é um país rico energeticamente, ele possui um grande potencial hidroelétrico. Segundo a ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico Brasileiro), 72,6% da energia elétrica consumida no país, é oriunda de usinas hidrelétricas, valor muito acima do mundial que é de 16% [9].

O Brasil possui inúmeros rios com fluxo e geografia com elevação suficiente para ter mais de milhares de usinas hidroelétricas no país. Porém, este trabalho analisa o potencial hidráulico e hidroelétrico da Usina Itaipu Binacional que está situada na fronteira do Brasil com o Paraguai.

A Itaipu Binacional é atualmente a maior usina hidrelétrica em produção de

energia do mundo, pois possui uma potência instalada de 14.000 MW ao ter 20 unidades geradoras de 700 MW.

O Rio Paraná que alimenta a Usina de Itaipu também possibilita a geração de energia elétrica em outras três usinas: Ilha Solteira, Jupia e Porto Primavera, sendo somente Ilha Solteira e Porto Primavera usinas de acumulação e Jupia e Itaipu usinas fio d'água. Assim, a Itaipu sendo uma usina fio d'água quer dizer que toda a água que chega na usina, deve sair dela, isto é, não existe a possibilidade de acumular água para que a energia elétrica seja gerada em outro momento.

Devido ao elevado potencial da Itaipu Binacional em produzir energia elétrica combinado com a vazão do Rio Paraná durante todo o ano, existe uma maneira de se armazenar esta energia elétrica na forma de hidrogênio gasoso.

O hidrogênio gasoso tem a capacidade de armazenar grande quantidade de energia e assim é considerado como um vetor energético. A grande vantagem da economia do hidrogênio é a possibilidade de ser produzido a partir de diferentes fontes de energia renovável que pode ser estocada na forma deste gás.

Desta forma, como planejamento estratégico, a Itaipu Binacional juntamente com a Eletrobrás e a Fundação Parque Tecnológico Itaipu (FPTI) têm um convênio com o objetivo de aproveitar a energia vertida pela usina para a produção de hidrogênio em uma planta de hidrogênio e a montagem de laboratórios de pesquisa na área como passo inicial para a criação do Núcleo de Pesquisa em Hidrogênio.

Potencial hidroelétrico da itaipu binacional

A Itaipu Binacional tem capacidade instalada de 14.000 MW, sendo 10 unidades de 700 MW em 50 Hz e outras 10 em 60 Hz. Porém, normalmente funcionam somente 18 unidades, sendo que sempre existe uma de cada frequência que recebe manutenção, porém, pode ser colocada em funcionamento

conforme a necessidade da demanda de energia [9].

2.1 Energia vertida da Itaipu Binacional

Em épocas de grande volume de chuva, ou seja, entre os meses de outubro e abril, a Itaipu Binacional é obrigada a abrir algumas de suas comportas e permitir que parte da água seja vertida. O Rio Paraná recebe água de seus afluentes, o que aumenta consideravelmente o nível deste rio durante os meses citados.

A água que não é utilizada para a produção de energia elétrica, pois não existe uma maneira de armazenar esta energia elétrica para utilização posterior é chamada de energia vertida turbinável.

Segundo dados previamente publicados, a quantidade de energia vertida turbinável mensal da Itaipu Binacional média entre os anos 1997 e 2009 estão mostradas na figura 1 [10].

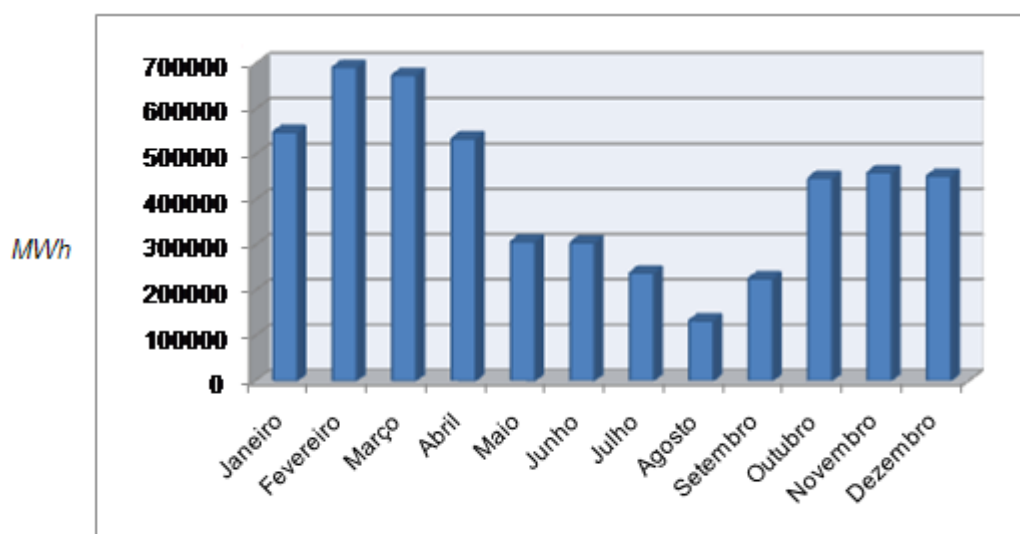


Figura 1. Energia vertida turbinável média mensal – 1997 a 2009 [10].

Conforme mostrado na figura 1, entre os meses de outubro e abril é o período que ocorre o maior volume de chuva e a usina Itaipu precisa dispensar um grande volume de água sem que esta seja usada para a produção de energia elétrica. No mês de fevereiro a Itaipu deixa de produzir em média, quase 700000 MWh, valor bem elevado. Cabe salientar que mesmo em períodos com menor volume de chuva existe uma fração menor de energia vertida turbinável.

A utilização desta energia elétrica turbinável possibilitaria aumentar a eficiência do processo de produção de energia.

Das inúmeras usinas hidroelétricas brasileiras, nem todas as usinas divulgam seu valor de energia vertida turbinável, dado que seria muito importante para o

acompanhamento energético do Brasil. Apesar de nem todas as usinas possuírem capacidade instalada para aproveitamento desta energia vertida, a Itaipu Binacional tem esta capacidade.

Segundo dados da ONS, apesar do aumento do consumo de energia elétrica no Brasil, no ano de 2009, a Itaipu Binacional verteu 6425936 MWh, energia esta que poderia ter sido aproveitada para a produção de hidrogênio.

2.2 Planejamento estratégico em energia renovável

A Itaipu Binacional definiu seu Plano Empresarial 2004-2011 tendo como um dos objetivos estratégicos “constituir-se como referência no desenvolvimento e investigação tecnológica do hidrogênio,

como fonte alternativa de energia”. A figura

2 representa o objetivo estratégico da Itaipu.

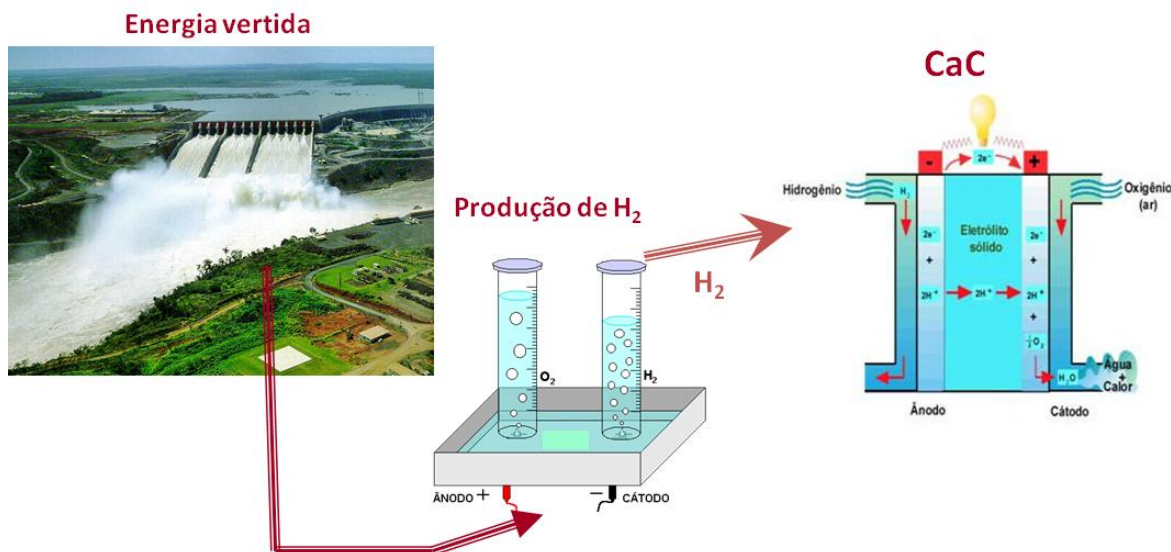


Figura 2. Esquema da produção de hidrogênio via eletrólise da água com eletricidade proveniente da energia vertida da Usina e o posterior funcionamento da célula a combustível (CaC) com hidrogênio.

O hidrogênio, como citado anteriormente, possui uma elevada capacidade de armazenamento de energia e possui a vantagem de ser produzido por diferentes fontes de energias renováveis. Existem várias formas para se produzir hidrogênio gasoso, porém o método mais “limpo” é através da eletrólise da água. A eletrólise da água consiste na “quebra” da molécula de água em hidrogênio e oxigênio, ambos gases ultrapuros.

A possibilidade de ser armazenado em cilindros para uso posterior torna o hidrogênio um vetor energético, pois quando utilizado como combustível em células a combustível, é capaz de gerar energia elétrica, água e calor. As células a combustível convertem energia química em energia elétrica.

Dentro deste contexto, o objetivo da Itaipu é utilizar seu potencial elétrico para produzir hidrogênio que será armazenado em grandes tanques que poderá ser usado em células a combustível de grande porte, ou seja, estacionárias, ou em dispositivos móveis, como por exemplo, o carro elétrico.

A grande vantagem do hidrogênio consiste na sua produção que pode ocorrer em grande ou pequena escala em diversos locais, com energia elétrica de usinas

hidrelétricas ou até mesmo de outras fontes de energia renováveis.

2.3 Núcleo de Pesquisa em Hidrogênio

O convênio entre Itaipu, Eletrobrás e FPTI tem como objetivo a cooperação técnico-financeira entre os partícipes, por meio da integração de seus esforços e capacidades, a investigação do ciclo de vida do hidrogênio, envolvendo as etapas de produção, purificação, compressão, armazenamento, controle de qualidade, transporte e uso final do hidrogênio em células a combustível como vetor energético de emissão zero.

O modelo de produção de hidrogênio desta aplicação se propõe avaliar tecnicamente a eletrólise da água para produção de hidrogênio, simulando a utilização da energia vertida turbinável disponível de usinas hidrelétricas, aumentando sua eficiência energética e possibilitando a criação de novas unidades de negócio para empresas do setor elétrico nacional.

O hidrogênio produzido será aplicado na produção de energia em células a combustível para utilização nas pesquisas a serem desenvolvidas no Núcleo de

Pesquisas em Hidrogênio, no abastecimento de baterias estacionárias ou de veículos elétricos e alimentação de sistemas auxiliares de iluminação como geração distribuída.

2.3.1 Perspectivas do NUPHI

O Núcleo de Pesquisa em Hidrogênio visa a construção de um planta para a produção de hidrogênio que tem a finalidade de utilizar a energia vertida pela Itaipu.

A planta de produção de hidrogênio será composta por laboratórios de pesquisa onde serão testados diferentes materiais e sistemas para a produção de hidrogênio que posteriormente poderão ser testados na planta. O hidrogênio produzido na planta e nos laboratórios de pesquisa será utilizado para alimentar células a combustível que produzirão energia elétrica.

Tanto a planta de hidrogênio quanto os laboratórios de pesquisa serão amplamente utilizados para a formação de recursos humanos de todos os níveis, desde graduação até pós-graduação. A formação de profissionais especialistas em energia renovável do hidrogênio é o foco principal para a criação de um centro de excelência em hidrogênio.

Como possibilidade futura, o próprio prédio onde será instalada a planta poderá ter algumas salas com energia elétrica alimentada por célula a combustível.

2.3.2 NUPHI, desenvolvimento sustentável e o meio ambiente

Considerando dados de energia vertida do ano de 2009 pela Itaipu, e utilizando cálculos de produção de hidrogênio, previamente publicados [11],

poderiam ter sido produzidos $1,95 \times 10^8$ kg de hidrogênio. Tendo em vista que são necessários 0,011 kg de hidrogênio para que um veículo de passeio percorra 1 km, $1,95 \times 10^8$ kg de hidrogênio possibilitariam percorrer $1,77 \times 10^{10}$ km.

Passando para o cálculo da emissão de CO₂ oriundo da queima da gasolina, se um automóvel que consome 1 L de gasolina a cada 10 km rodados, este automóvel emite 216,14 g de CO₂ por quilômetro [11]. Assim, se $1,95 \times 10^8$ kg de hidrogênio tivessem sido utilizados em automóveis teria sido evitada a emissão de $3,82 \times 10^6$ ton de CO₂. Além de não poluir mais o ambiente, tal tecnologia proporcionaria melhor qualidade de vida para a população.

A tecnologia para utilização de hidrogênio em automóveis ainda não é comercial devido à falta de postos de abastecimento de hidrogênio que somente poderá ser suprida com avanços na pesquisa e desenvolvimento.

O NUPHI busca o desenvolvimento sustentável utilizando a riqueza hídrica sem agredir o meio ambiente.

Conclusão

Este trabalho mostra que a Itaipu Binacional tem potencial hídrico excedente para a produção de hidrogênio. A construção da planta de produção de hidrogênio possibilitará a formação de profissionais de alto nível em energias renováveis e a criação de um centro de referência na área.

Este projeto pretende contribuir com a sustentabilidade do planeta, pois o hidrogênio é um combustível livre de emissões poluentes e de gases do efeito estufa, contribuindo com a melhoria da qualidade do ar e do meio ambiente

Referências

- (1) Meyer, P.E.; Winebrake, J.J. *Technovation*, 29(2), 77 de 2009.
- (2) Momirlan, M.; Veziroglu, T.N. *International Journal of Hydrogen Energy*, 30(7), 795 de 2005.

(3) Agência Nacional do Petróleo. Gás natural e biocombustíveis (ANP). http://www.anp.gov.br/doc/petroleo/reservas_20081231.pdf (acesso em abril de 2009)

(4) Fairey, P. D. Energy Policy, 37(4), 1249 de 2009.

(5) Holladay, J.D.; Hu, J.; King, D. L.; Wang, Y. Catalysis Today, 139(4), 244 de 2009.

(6) Linnemann, J.; Steinberger-Wilckens, R. International Journal of Hydrogen Energy 32(10–11),1492 de 2007.

(7) Midilli, A.; Dincer, I. International Journal of Hydrogen Energy 33(16), 4209 de 2008.

(8) Lee, J. Y.; Yoo, M.; Cha, K.; Lim, T. W.; Hur, T. International Journal of Hydrogen Energy, 34(10), 4243 de 2009.

(9) Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Balanço energético nacional 2008: ano base 2007/Empresa de Pesquisa Energética. <http://www.mme.gov.br/download.do?attachmentId=17433&download> (acesso em abril de 2009).

(10) Miguel, M. Monografia de especialização: A Eficiência Energética na Produção de Hidrogênio da Usina de Itaipu. Universidade Federal de Itajubá, 2010.

(11) Padilha, J. C.; da Trindade, L. G.; de Souza, R. F.; Miguel, M. International Journal of Hydrogen Energy, 34, 7898 de 2009.

Recebido em 23/10/2011
Aprovado em 01/11/2011

ROMPENDO BARREIRAS SOCIOECONÔMICAS: O CASO DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO RURAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO VALE DO RIBEIRA-PARANÁ*

Dirceu Basso**
Claudia L. B. Soares***
Exzolvildres Queiroz Neto****
Gilson Batista de Oliveira*****

99

Resumo

O presente artigo visa analisar as contribuições do cooperativismo de crédito rural solidário do Sistema Cresol na melhoria das condições de vida dos agricultores familiares do território do Vale do Ribeira-Paraná. As famílias rurais, até o final do século XX, encontravam-se à margem dos grandes ciclos econômicos do Paraná e do processo de industrialização intensiva ocorrida a partir de 1950. Evidenciou-se que as práticas de cooperação entre os agricultores familiares e as sinergias estabelecidas entre o cooperativismo emergente e as políticas públicas conseguiram romper as barreiras socioeconômicas trazendo significativas melhorias nas condições de vida das famílias dos agricultores. A cooperação é compreendida como uma ação consciente e combinada entre indivíduos ou grupos associativos com vistas a um determinado fim.

Palavras-chave: agricultores familiares, cooperativismo de crédito, condições de vida e território.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar las contribuciones de los créditos rurales del sistema de cooperación solidaria de Cresol en la mejora de la vida de los pequeños agricultores en la zona del Valle del Ribeira, Paraná-Brasil. Los hogares rurales a finales del siglo XX fueron el margen de los grandes ciclos de Paraná y el proceso de industrialización intensivo que tuvo lugar en 1950. El estudio mostró que las prácticas de la cooperación entre los agricultores y la creación de sinergias entre las cooperativas y las nuevas políticas públicas lograron romper las barreras con las mejores condiciones de vida socioeconómicas de las familias de los agricultores. La cooperación se entiende como una acción consciente y asociaciones combinados entre individuos o grupos con miras a un fin particular.

Palabras-clave: pequeños agricultores, cooperación, condiciones de vida y el territorio.

* Artigo aprovado no VI Congresso Internacional Rulescoop – Colômbia, 2011.

** Mestre e Doutorando em Desenvolvimento Rural – UFRS. Professor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. *E-mail:* dirceu.basso@unila.edu.br

*** Doutora em Ciências Humanas – UFSC. Professora da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. *E-mail:* claudia.soares@unila.edu.br

**** Doutorando em Engenharia Agrícola – UNICANP. Professor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. *E-mail:* queiroz.neto@unila.edu.br

***** Doutor em Desenvolvimento Econômico – UFPR. Professor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. *E-mail:* gilson.oliveira@unila.edu.br

Introdução

A melhoria da qualidade de vida alcançada por uma parcela expressiva dos agricultores familiares do território do Vale do Ribeira - Paraná deu-se através dos vínculos de cooperação construídos por meio do cooperativismo solidário. Tais agricultores, até o final do século XX, encontravam-se à margem dos grandes ciclos econômicos do Paraná e do processo de industrialização intensiva ocorrida a partir de 1950. Portanto, são famílias rurais que se encontravam em situação de vulnerabilidade socioeconômica e ambiental.

Ao vivenciarem a prática da cooperação, os agricultores do Ribeira inseriram-se numa rede de cooperativas de crédito rural solidário com vistas a atender a falta de crédito nas diversas linhas (custeio, investimentos) e para os diversos fins (agrícola e não-agrícola). A experiência mostra que, por meio do cooperativismo, gestado pelos próprios agricultores no território, foi possível ter além do crédito acesso a outros recursos (materiais e imateriais) como o programa de habitação rural, de capacitação e formação e de comercialização institucional.

Neste estudo, o território não é percebido apenas como uma realidade geográfica, mas também como uma realidade humana, social e histórica, resultado de uma construção social.

Com base na experiência desses agricultores, o presente artigo tem o propósito de (i) analisar as contribuições do cooperativismo de crédito na melhoria das

condições de vida dos agricultores familiares e (ii) identificar as ferramentas de capacitação/formação utilizadas no processo de gestão das cooperativas de crédito rural solidário.

A pesquisa valorizou dados e informações de caráter qualitativo através de entrevistas a diretores das cooperativas de crédito locais, bem como diretores e colaboradores da Cresol Baser do Sistema Cresol. O roteiro das entrevistas contemplou duas dimensões: a social, com base nas variáveis de condições de vida, sociabilidade institucional e conhecimento; e mercado, nas variáveis financeiro e comércio. Cabe, ainda, destacar que foi lançado mão de dados derivados de fontes secundários e de estudos realizados no território do Vale do Ribeira.

Breve caracterização do território e dos agricultores familiares do Vale do Ribeira

O território Vale do Ribeira localiza-se no Primeiro Planalto Paranaense, abrange uma área de 6.093,54 km² e é constituído por sete municípios: Adrianópolis, Bocaiúva do Sul, Cerro Azul, Doutor Ulysses, Itaperuçu, Rio Branco do Sul e Tunas do Paraná, que, em sua maioria, apresentam características predominantemente rurais (IPARDES, 2004, apud IPARDES, 2007:17). O território, que integra a Região Metropolitana de Curitiba (RMC), abrigava, em 2000, um total de 90,7 mil habitantes, com um grau de urbanização de 52% e uma densidade populacional de 14,9 habitantes/km² (Id.,p.17).

Mapa 1. - Localização do território Vale do Ribeira - Paraná



Fonte: IPARDES, 2007.

O território apresenta 94,3% de seus solos com potencialidade à degradação e 5,7% possuem afloramento rochoso, com vastas áreas de remanescentes da Mata Atlântica (IPARDES, 2003c).

É um território que permaneceu à margem dos grandes ciclos econômicos do Estado: o ciclo do mate, o ciclo da madeira, a expansão cafeeira do norte paranaense, a expansão da agricultura de grãos para exportação e, mais recentemente, o processo industrial intensivo (IPARDES, 2007:17).

O total de famílias pobres no território Ribeira – com renda familiar per capita de até meio salário mínimo (IPARDES, 2003a) -, em 2000, era de 9.587, ou seja, 38% do total de famílias, superior à média paranaense, que é de 20,9%. De modo geral, todos os municípios apresentavam taxas de pobreza extremamente elevadas, que chegam a alcançar o dobro da média estadual (IPARDES, 2007:25) e com maior concentração de famílias pobres nas áreas rurais.

Predomina o tipo de estabelecimento agropecuário familiar (77,8%) com área média de 24,7 ha, muito próxima da verificada para o Estado do Paraná (23,4 ha). O setor agropecuário

concentra a maior parte das ocupações do território, 40,6% (IPARDES, 2007:60), com predomínio de estabelecimentos agropecuários que somente fazem uso da força humana nos trabalhos agropecuários (Id., p.73). O território apresenta um elevado percentual de propriedades rurais com algum problema de regularização fundiária.

O Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (Sistema Cresol) e as cooperativas Cresóis do Ribeira

O Sistema Cresol emerge como uma inovação dos agricultores familiares paranaenses que se institucionaliza a partir de meados de 1990. Resulta de um intenso movimento de lutas dos agricultores diante das externalidades negativas do processo de modernização conservadora implementada na agricultura, das políticas de cunho neoliberal do Estado e dos fenômenos de globalização e financeirização a partir das últimas décadas do século XX. Período este em que parcela significativa dos agricultores familiares encontrava-se sem acesso aos instrumentos de políticas públicas

necessários para garantir a sua sobrevivência e a reprodução socioeconômica.

Os Fundos de Crédito Rotativos (FCRs) antecederam o nascimento do Sistema Cresol e a partir deles experiências foram desenvolvidas pelos agricultores familiares e suas organizações. Os FCRs visavam atender duas demandas complementares entre si: a falta de crédito e a necessidade de financiar um modelo de desenvolvimento baseado nos princípios da agroecologia.

Em junho de 1995, foi criada a primeira Cresol no Sudoeste do Paraná, sendo organizadas, logo em seguida, mais quatro cooperativas. A constituição das cinco primeiras cooperativas garantiu a condição para a criação da Cooperativa Central de Crédito (Cresol-Baser) do Sistema Cresol. A Cresol Baser, em seus primeiros anos, priorizou o atendimento das cooperativas singulares com serviços especializados nas áreas de software, normatização, contabilidade, capacitação e nas interações com as instituições financeiras, de governos (estaduais e federal), entidades dos agricultores e demais atores. De apenas 920 associados em junho de 1996, a Cresol Baser contava, no final de 2009, com 76 cooperativas singulares, 92 Postos de Atendimento de Crédito (PAC), nove Bases Regionais de Serviços com caráter de suporte com serviços especializados e um quadro social de 76.374 cooperados, numa área de abrangência de 343 municípios do Paraná e de Santa Catarina (CRESOL BASER, 2009).

O Sistema Cresol caracteriza-se como uma instituição financeira que atua na estratégia de captar recursos locais e reaplicá-los localmente; também, visa captar recursos financeiros de programas (ou políticas) estaduais, nacional e internacional para promover o desenvolvimento local sustentável junto a seu quadro social (MICHELON e VESCO, 2010:182).

A expressão “interação solidária” significa que as cooperativas, mesmo sendo independentes e possuindo suas próprias regras de condutas, são solidárias entre si, auxiliando-se mutuamente, com apoio financeiro, técnico e social; expressa um valor de corresponsabilidade entre cooperados e dirigentes (COLONIESE et al, 2010, p.12)

No território do Ribeira, articuladas à Base de Serviço Regional Vale do Ribeira, encontram-se operando, atualmente, três cooperativas de crédito do Sistema Cresol: Cresol Itaperuçu, Cresol Rio Branco do Sul e a Cresol Cerro Azul, com atuação, por meio de PACs, em mais quatro municípios: Bocaiúva do Sul, Dr. Ulisses, Adrianópolis e Castro.

No ano de 2007, as Cooperativas Cresóis do Vale do Ribeira possuíam um quadro social de 3.035 agricultores familiares, passando para 4.087 em 2010. Nos 04 anos analisados (2007 a 2010), observou-se que não houve uma oscilação significativa quanto aos associados tomadores de crédito. Houve 1.990 tomadores no ano de 2007; 2.417 em 2008, estabilizando-se em torno de 2.265 nos dois anos seguintes (CRESOL BASER, 2010). Constata-se que mais de 50% dos associados demandaram anualmente algum tipo de crédito nesse período.

No que se refere a aplicações financeiras nas Cresóis, na modalidade de poupança, verificou-se que, em 2007, 28% realizaram esta operação; já em 2010, esse montante de aplicadores passou para 38%, evidenciando um crescimento do número de aplicadores. Os depósitos em conta corrente e de poupança dos associados, no dia 31 de dezembro de cada ano, nas Cresóis do Ribeira, passaram de R\$ 2,68 mi, em 2007, para R\$ 6,99 mi em 2010 (CRESOL BASER, 2010). Pode-se observar que, nos três anos seguintes a 2007, os depósitos totais cresceram 160%.

Já no que se refere ao saldo de operações com recursos de repasse do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), alcançou o valor de R\$ 6,9 milhões em 2007, chegando a R\$ 11,14 milhões em 2010; portanto, um crescimento de 61%. Por outro lado, o saldo de operações de crédito com recursos dos próprios dos agricultores familiares, tanto valores em conta corrente como em poupança, em 2007, foi de R\$ 2,65 milhões, alcançando, em 2009, cerca de R\$ 6 milhões (CRESOL BASER, 2010), ou seja, um aumento de mais de 200% no período.

Verifica-se que ocorre uma consolidação nos vínculos de cooperação dos agricultores com sua cooperativa, tanto pela demanda do crédito quanto pelas operações de poupança, fatores determinantes para a sustentabilidade financeira das cooperativas e o sistema, dentre outros.

Ferramentas de capacitação e formação das cooperativas

Para implementar a missão institucional de acesso ao crédito e ao conhecimento - com vistas à melhoria das condições de vida -, a Cresol Baser programou um conjunto de políticas junto as suas cooperativas singulares. *Cursos de capacitação e formação* de curta duração são realizados anualmente para agricultores que ocupam a função de diretores e colaboradores. Tais cursos são realizados pelo Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário (Infocos), por meio do Programa Cooperativa Escola. *Cursos de pós-graduação* são realizados em parceria com a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) – Campus Francisco Beltrão.

Para promover o controle social do empreendimento solidário, a Cresol Baser iniciou, em 2000, o *Programa dos Agentes*

Comunitários de Desenvolvimento e Crédito. O Programa envolve aproximadamente 15 agentes de cada cooperativa singular. Essa iniciativa visa “envolver os agricultores familiares [agentes das comunidades] na gestão da cooperativa, (...) para que os verdadeiros donos dêem sua contribuição e decidam sobre os rumos da cooperativa” (CRESOL BASER, 2003:05).

No período de 2006 a 2009, foi realizada a primeira edição do *Curso Qualificação Profissional em Gestão do Desenvolvimento com ênfase no Cooperativismo*, na metodologia Educação a Distância (EAD). O curso contou com uma carga horária de 800h, envolvendo mais de 800 alunos (agricultores de ambos os sexos) organizados em 40 turmas, com certificação em nível de Pós-Médio. A iniciativa resultou da parceria entre Cresol Baser, União Paranaense de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes PR), Infocos e Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Os *Planos Municipais de ATER* visam disponibilizar um serviço técnico aos agricultores familiares. Trata-se de acordos construídos entre as diversas entidades locais para viabilizar diversos conhecimentos técnicos aos agricultores familiares. O *Programas de Habitação Rural e Bem Estar Familiar e o Programa de Gênero e Geração* encontram-se estruturadas na Carteira de Crédito Estratégica da Cresol Baser.

Tendo em vista a importância da informação e formação do quadro social, são disponibilizadas *revistas e informativos diversos* com edição bimensal, *programa Rádio Cresol e a TV Cresol* (vídeos) pelo Departamento de Comunicação e Marketing da Cresol.

As falas dos dirigentes e dos colaboradores³⁹

O processo de constituição das Cooperativas de Crédito Cresol no Vale da Ribeira valorizou as experiências do Sistema Cresol já existentes em outras regiões do Paraná. Com esse conhecimento, “iniciamos o processo com uma cooperativa em Itaperuçu e os demais agricultores dos municípios do Ribeira foram atendidos inicialmente com os Postos de Atendimento de Crédito (PAC)” (Paulo Carvalho). Posteriormente os PAC de Cerro Azul e de Rio Branco do Sul passaram a constituir-se como cooperativas.

O aval solidário - instrumento formal utilizado, inicialmente, pelas cooperativas de crédito como forma de possibilitar aos agricultores o acesso ao crédito em pequenos grupos - foi fundamental para viabilizar o acesso ao crédito, pois os agricultores encontravam dificuldades para oferecer garantias reais à instituição financeira (Entrevistados).

A sinergia construída entre as políticas de governo e as cooperativas de crédito para o acesso às políticas públicas foi de enorme importância para as famílias rurais associadas às cooperativas do Sistema. Além das políticas públicas relacionadas ao crédito, as Cresóis contribuem para operar outras políticas como: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa da Habitação Rural, Acompanhamento Técnico e Extensão Rural (ATER) e outras.

“O nascimento da Cresol contribuiu muito para com os agricultores, pois na região não tínhamos o acesso ao crédito [nem a outros serviços financeiros]; éramos um território excluído” (Fernando Ortis). Até o momento da constituição das Cresóis

apenas o município Rio Branco do Sul contava com agências bancárias no território. Isso se constituía num obstáculo para o acesso aos serviços financeiros e de crédito.

Com a constituição das Cresóis, os agricultores tiveram, de imediato, o acesso ao crédito, em particular os repasses de custeio e investimentos do Pronaf. O mecanismo do aval solidário foi a inovação que possibilitou, nos primeiros anos, uma socialização maior do crédito entre os agricultores do Ribeira (Entrevistados).

Os produtos e serviços financeiros das Cresóis como conta corrente, poupança, microcréditos, repasse de recursos de crédito do Pronaf, crédito para o bem-estar da família, crédito para aquisição e reforma de veículos, cheque especial, cartão de crédito e seguros, atendem as necessidades dos associados (Fernando Ortis e Genuíno Barbosa). De acordo com Genuíno, a saída dos jovens do meio rural exige dos pais uma conduta de maior cautela com os créditos (ausência de sucessor), com maior ênfase no de investimentos.

As cooperativas do Sistema Cresol são percebidas por cerca de 70% do quadro social como importantes para o desenvolvimento socioeconômico das famílias, do município e do território (Entrevistados).

Os cursos “são o espaço para melhorar o aprendizado. Não tive condições de fazer uma faculdade, mas eles deram conta do acesso ao conhecimento que preciso como diretor [para gerir a cooperativa]” (Severino Peixoto).

As diversas políticas públicas de Governo não mais passam distantes do Ribeira, destaca Genuíno. “Até assusta, está tudo vindo muito rápido. Nesses últimos cinco anos mudou bastante”. Segue ele, “se tivéssemos esse quadro nas últimas três décadas, a realidade [familiar e produtiva]

³⁹ Os nomes das pessoas citados nesta seção são fictícios tendo em vista a preservação das identidades dos entrevistados.

não teria sido tão cruel como foi até poucos anos atrás”.

De acordo com Bianchini (2010:278) existe uma sinergia positiva entre um bom nível de organização e o acesso e a qualificação de políticas como o Pronaf. “No Vale do Ribeira, o PRONAF possibilitou a criação e o fortalecimento das CRESOIS ao mesmo tempo em que estas cooperativas possibilitaram a qualificação e a abrangência do Programa na região”.

Algumas referências de casos em que as famílias conseguiram melhorar suas condições de vida e de produção foram destacados pelos interlocutores do estudo. Para Fernando,

Uma família quando se filiou a Cresol não tinha nada [propriedade da terra e bens], morava de posse. Iniciou acessando crédito Pronaf custeio e investimentos. Com os recursos do investimento, que eram para comprar vacas, comprou apenas uma (01) e o restante dos recursos adquiriu um pedacinho de terra. Hoje já adquiriu um segundo pedaço de terra, tem mais de 15 cabeças de gado e tem uma casa pelo PSH [Programa de Habitação do Cresol Baser]. Ele [chefe do estabelecimento] se emociona ao falar do quanto o crédito o ajudou a obter a vida que vem conseguindo ter para a família. Produz milho, feijão e cuida de animais para o consumo.

A história da família do Sr. Dionísio Alves é considerada um exemplo para Genuíno. Com o acesso ao crédito (custeio e investimento), hoje, ele tem uma atividade leiteira organizada, com melhorias nas condições de vida da família. Por sua vez, Severino destaca o exemplo da própria família cujas condições de vida alteraram-se significativamente para melhor, tendo o crédito como alavanca importante.

O estudo de Bianchini (2010:278) realizado no Vale do Ribeira corrobora com as falas dos entrevistados. Ele observou que “os bons indicadores de melhoria da renda

evidenciaram uma correlação entre a renda e um conjunto de indicadores da sustentabilidade social (...), demonstrando a prioridade dos agricultores no acesso a melhores condições de vida para ele e seus familiares, atributo este semelhante aos trabalhadores das cidades”. Ainda de acordo com o estudo, os agricultores familiares situados no parâmetro de reprodução simples têm apresentado indicadores de qualidade de vida e renda superiores à média identificada para as famílias rurais do Território do Vale do Ribeira do Paraná. Resultado que foi alcançado a partir de uma pequena dependência dos insumos e serviços externos à propriedade; gerando um bom nível de diversificação e um pequeno grau de endividamento.

Considerações finais

Os agricultores familiares do Vale do Ribeira - PR mostram-se capazes de implementar práticas sociais de cooperação que lhes possibilitem obter melhorias das condições de vida; de construir racionalidades na agricultura adequadas ao contexto em que se inserem, gerando renda e perspectivas de melhores condições de vida a longo prazo.

As sinergias entre o cooperativismo e as políticas públicas de Governo evidenciam-se como fundamentais para o processo de desenvolvimento rural. Nesse sentido, os agricultores e suas cooperativas encontram-se, atualmente, estimulados a consolidar e ampliar as interrelações e os ajustes de seus projetos e os projetos do Estado/Governo e dos demais atores do território.

A experiência do Ribeira situa-se na perspectiva de um processo em que os agricultores atuam como sujeitos, moldam seus projetos nas interações com os atores do território. Desafios estão presentes no processo de desenvolvimento rural, entre

eles destaca-se a própria sustentabilidade da dinâmicas econômica e dos meios de vida das famílias rurais a médio e longo prazo.

Referências

ANDRIOLI, Antônio Inácio. **Trabalho coletivo e educação: um estudo das práticas cooperativas do PEC**. 2 ed. – Ijuí: Unijuí, 2007. 264 p.

BIANCHINI, Valter. **O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf e a Sustentabilidade da Agricultura no Vale do Ribeira – Paraná**. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010.

BITTENCOURT, Gilson A. **Sistema Cresol de cooperativas de crédito rural: uma experiência de economia solidária entre os agricultores familiares**. In: SINGER, Paul e Souza, André (org). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000a, p.193-218

BÚRIGO, Fábio Luiz. **Cooperativa de crédito rural: agente de desenvolvimento local ou banco comercial de pequeno porte**. Chapecó: Argos, 2007, 135 p.

CAZELLA, Ademir A.; BONNAL, Philippe & MALUF, Renato. **Agricultura Familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

COLONIESE, Carla et al. **Sistema Cresol, uma família que cresce com você**. In: VOLLES, Adriana et al. (Orgs). **Ensaio sobre o cooperativismo solidário**. Londrina: Midigraf, 2010. p.12-18

CRESOL BASER. **A autogestão solidária do crédito e o controle social no Sistema Cresol** (Guia pedagógico). Francisco Beltrão, 2003.

_____. **Relatório Institucional**. Francisco Beltrão, 2009. (documento interno).

_____. **Relatório Institucional Carteira de Crédito** (documento interno). Francisco Beltrão, 2010.

_____. **Agentes Comunitários de Desenvolvimento e Crédito**(Guia pedagógico). Francisco Beltrão, 2002.

DAMBRÓS, Olivo; ARL, Valdemar. **Planos Municipais de ATER**. Francisco Beltrão, 2009.

IPARDES. **Diagnóstico socioeconômico do Território Ribeira**: Curitiba, 2007.115p.

_____. **Famílias pobres no Paraná**. Curitiba, 2003a.

_____. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M 2000: anotações sobre o desempenho do Paraná**. Curitiba, 2003b.

_____. **Leituras regionais: mesorregiões geográficas paranaenses**. Curitiba, 2004.

____. **Vale do Ribeira**: referências da dinâmica regional. Curitiba, 2003c.

LONG, N. & PLOEG, J. D. van der. **Heterogeneidade, ator e estrutura**: para a reconstituição do conceito de estrutura. Tradução: Daniela Garcez, Leandro Krug Wives e Rita Pereira. 1994 - Versão para circulação interna / PGDR-UFRGS.

MICHELON, Adriano; VESCO, Delci Grapegia Dal. Rating do Sistema Cresol junto ao BNDES: análise quantitativa e qualitativa. In: VOLLES, Adriana et al. (Orgs). **Ensaio sobre o cooperativismo solidário**. Londrina: Midigraf, 2010. p.182-203

Recebido em 10/09/2011

Aprovado em 15/10/2011

RESENHA

Livro: *As imagens da organização*

Autor: MORGAN, Gareth.

Tradução: Cecília Whitaker Bergamini e Roberto Coda.

Editora Atlas, 1996.

108

JOGOS DE ESPELHOS E OS REFLEXOS DO HUMANO NA LÓGICA DAS ORGANIZAÇÕES

Exzolvildres Queiroz Neto *

Vivemos sob a égide da necessidade de mudanças. Mais que uma proposição o discurso foi apropriado no cotidiano. Entretanto, mudanças alteram ciclos ou linhas preestabelecidas, sedimentadas por teorias e práticas diligentemente aplicadas pelos sistemas: político, econômico e referendadas pela cultura.

Imagens da Organização é uma obra incitadora, pois apresenta um caráter conceptual de um pensamento holístico, mais que um ponto de vista; uma formulação e produção. O autor perscruta várias teorias para amalgamar o seu pensamento, dialogando com outros autores e com o leitor através de uma bem fundamentada articulação de idéias e posicionamentos. Morgan transparece, nas entre linhas, uma autoridade acadêmica capaz de ao mesmo tempo estruturar o pensamento, elaborar críticas e apresentar proposições que incitam o debate intelectual. O ineditismo de Morgan reside na sua capacidade de ousar, sem contudo se tornar um almanaque, ou um manual de auto-ajuda; é metaforicamente articulado. Deixa cintilar de forma elegante a sua ironia quanto às organizações e usa a metáfora,

mais que uma figura de linguagem, para comunicar e significar a imagem organizacional.

Utiliza-se da metáfora como signo enfatizando a relação mediadora deste, entre o objeto e o interpretante. É uma narrativa que envolve de forma lógica e significante. A metáfora é interpretada em função de um fundamento – a análise das organizações.

O objeto de análise, a organização, não aparece como uma *coisa*, mas em sua complexidade e enorme gama de variações que esse conceito pode recobrir.

Para abrir caminho na rede de significações dessas variações, faz-se necessário estabelecer as metáforas com as quais o autor analisa a vida das organizações. Mas antes, qual o *papel* desempenhado pelas metáforas?

É a ligação da percepção, interpretação do objeto: organizações. A metáfora permite uma mobilidade e subsequente análise, ao mesmo tempo um fluxo de idéias. A partir da semântica pode ser entendida como uma forma de organizar a realidade na elaboração de significados das palavras. É uma estrutura imaginativa que influi na natureza do significado e na compreensão humana da realidade.

Morgan utiliza-se do *pensar*, como um fluir de idéias. O seu pensamento articula-se pelas metáforas: da máquina, orgânica, do cérebro, da cultura, da política, da prisão psíquica, do fluxo e da dominação. A imaginação simboliza o pensamento do autor e a sua flexibilidade autoral.

Contextualizar uma análise entre os textos, as organizações e a sociedade/cultura deve partir-se de um pressuposto dialético, pois há um grande número de variáveis em jogo nos fenômenos organizacionais.

* Doutorando em Engenharia Agrícola – UNICANP. Professor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. E-mail: queiroz.neto@unila.edu.br

Para Morgan (1996⁴⁰, p. 15) “administradores eficazes precisam desenvolver suas habilidades na arte de *ler* as situações que estão tentando organizar ou administrar”. O processo de refletir sobre uma situação traduz uma capacidade de articular o pensamento e desnudar a realidade em sua complexidade. As definições partem das qualidades intrínsecas do objeto ou da experiência do sujeito.

O ponto de vista para, a compreensão da realidade estabelece *novos ângulos* – aberturas de raciocínio, interpelações e interpretações da realidade. Portanto o ‘significado’ ou ‘sentido’ são reflexos do posicionamento do sujeito perante a realidade. Aqui é necessário discutir o conceito de sentido. O sentido relaciona-se com os códigos escolhidos para a comunicação e informação, códigos utilizados para transmitir intenções em mensagens. Sentidos e significados devem ser decodificados, pois ambos coabitam o imaginário do sujeito. A fonte e o receptor transcodificam as mensagens, as quais contêm significado e sentido.

Morgan apresenta um corolário de perspectivas e análises das organizações, transitando pela psicologia, semiótica, lingüística, teorias organizacionais, fenomenologia e sociologia. O seu pensamento difuso é capaz de significar e contextualizar variadas terminologias.

Resgatando-se algumas palavras-chave como: flexibilidade, natureza da mudança, processos, fluxos, significado, lógica da causalidade mútua, dinâmica oculta, transformação, dialética, psique, repressão, leitura de situações, fragmentação, mito, ação simbólica, representações sociais, paradoxos, ambigüidades, entre outras. Isso mostra a versatilidade do pensamento do autor.

Que aborda a “imagem máquina” como elemento fundamental das organizações mecanicistas. A visão moderna da realidade aprisionou o sujeito no *ciborg* tecnicista onde emoções foram barganhadas pela lógica da produção e da sobrevivência. A *imagem máquina*, mais que uma metáfora, desloca o foco do humano-processo para o humano-réplica da certeza, do pensamento linear, da objetividade e da

justificativa para a sua própria existência mudando a relação tempo/espaço. É o agenciamento constante das possibilidades humanas.

Há uma preocupação com o determinismo tecno-científico sobre o qual a sociedade ocidental se estruturou desde o iluminismo, sustentando-se por *penso logo existo* cartesianamente racional. O próprio sistema alavanca o desenvolvimento, principalmente, econômico e científico, mas expulsa a maioria dos sujeitos para a caverna de Platão. É o contraponto entre realidade e possibilidades; são os dispositivos sócio-culturais de *maquinização* da realidade. Se cada sociedade tem seus tipos de ‘máquinas’ é porque lhes é permitido viver.

A “imagem máquina” nas organizações gerou para o sujeito uma maneira rotinizada, eficiente, confiável e previsível, mais eficiência, menos liberdade. O *logos* alterando o sentido de tempo e existência – o sentido da burocratização e rotinização. Nas organizações esta lógica cria a *administração por objetivos*. Segundo Morgan (p.29-30) “os teóricos clássicos, ao projetarem as organizações, agiram exatamente como se estivessem projetando uma máquina” e dessa forma, “as idéias dos teóricos da administração clássica são reforçadas sob o disfarce de administração moderna”. Encaixe, precisão e centralização das relações e procedimentos. Gera-se no âmago das organizações uma centralização de poder e autoridade, sendo pouco flexível, cooperativa, comunica-se de forma verticalizada.

A administração científica de Taylor, mais que reflexos da sua imagem psíquica, estabeleceu o método ao extremo, visando os resultados e o aumento da produtividade. De acordo com Morgan:

ao aplicar esses princípios, Taylor defendeu o uso de estudos de tempos e movimentos como meio de analisar e padronizar as atividades do trabalho. Controlar o tempo é o primeiro passo para controlar a essência humana, pois modifica a sua percepção do espaço – realidade. Não são sujeitos, mas modelos que se encaixem em uma organização e método. (p. 32)

⁴⁰ Doravante, o ano de publicação no Brasil será omitido por tratar-se da mesma obra.

A *imagem lógica*, a imagem dada, conferida; a realidade do sujeito não mais lhe pertence.

Essa imagem reflete uma ética e é politicamente comprometida com uma certa maneira de *pensar o mundo* que permeia o processo técnico; efeitos da modernidade. Conforme o autor:

o princípio de separar o planejamento e a organização do trabalho da sua execução é freqüentemente visto como o mais pernicioso e típico elemento do enfoque de Taylor da administração, pois efetivamente divide o trabalhador, defendendo a separação entre mãos e cérebros. (p. 34)

Pode-se dizer que a força da “metáfora da máquina” reside na eficiência em atingir resultados e aumentar a produtividade, as suas limitações surgem na incapacidade de conviver com a adversidade e em respeitar a essência do humano. E corrobora Morgan (p. 38), “as organizações estruturadas de forma mecanicista têm maior dificuldade de se adaptar a situações de mudança porque são planejadas para atingir objetivos predeterminados”.

A questão que se coloca à administração mecanicista é a de, como trabalhar problemas? O arcabouço da modernidade apresenta conteúdo e capacidade de responder a esta pergunta, mas de forma linear, contudo, os problemas que se colocam na atualidade requerem uma abordagem multidimensional e difusa. Outro fator é a limitação das qualidades humanas, mas uma sobrevalorização da racionalidade.

A “metáfora da máquina” convive e começa a ter suas articulações emperradas pela teoria que aborda os sistemas vivos, suas complexidades ecológicas e o resgate do orgânico, em especial do sujeito vívido de pensar, sentir, interrelacionar-se, talvez, uma nova *trajetória do eu*. Trabalhando as complexidades do sujeito. No pensar de si mesmo e falar de si mesmo. É o corpo remodelado e resgatado do corpo construído pela técnica, diria uma nova *recorporificação*.

Sistemas vivos são orgânicos e estão em contínuo processo de trocas com o ambiente, pois a interação é fundamental para a sua “automanutenção”.

“Desenvolvidas de incontáveis maneiras, essas idéias oferecem uma excelente base para o desenvolvimento daquilo que é agora conhecido como administração de recursos humanos”, avalia o autor (p. 46).

Perceber as organizações como sistemas abertos, traz uma dimensão nova de relações; permite o estabelecimento de conexões e redes de significações com seus subsistemas – interação e dependência mútua.

O autor trabalha alguns conceitos de sistemas abertos:

. Homeostase: é a capacidade de conservar um estado equilibrado esta situação é alcançada pela “retro-alimentação negativa”.

. Entropia: é a tendência à estabilização do sistema a compensação é feita pela energia importada .

.Estrutura, função, diferenciação e integração: são conceitos que apresentam relacionamento e são fundamentais para explicar os sistemas vivos. O termo estrutura pode ser associado ao conceito de estrutura das ciências sociais, mas trata-se de uma estrutura dinâmica, flexível em essência.

. Variedade de requisito: variedade de controles internos que o sistema pode interagir com a variedade de desafios propostos pelo ambiente.

. Equifinalidade: a capacidade de atingir um estado final utilizando o sistema de diversos meios.

. Evolução do sistema: possibilidade de evolução do sistema e a sua capacidade de lidar com os desafios e oportunidades propostos pelo ambiente.

A “metáfora orgânica” transcende a fronteira da modernidade em termos de organizações. A complexidade dos sistemas orgânicos sendo utilizada para compreender e abordar os múltiplos fluxos, formadores de uma organização na atualidade e que de acordo com Morgan (p. 51), “os teóricos de sistemas gostam de pensar sobre as relações intra e interorganizações nesses termos, usando configurações de subsistemas para descrever padrões-chave e interconexões”.

Nos processos de desenvolvimento humano, no constante devir das situações, a cada momento há ocorrência de novos eventos, reconfigurando-se com novos “papéis” ou posições sendo atribuídas aos sujeitos em interação. A partir destas novas idéias é possível falar em campos interativos

para a perspectiva do humano nas organizações. Morgan utiliza-se do termo “papel” para conferir ao sujeito uma autoral participação e posicionamento no cotidiano das organizações. Os *jogos de papéis* transmitem uma compreensão do humano, suas percepções, vivências, relações e sentimentos. A constituição de “papéis” se dá entre o sujeito e as situações oferecidas pelo ambiente e que são criadas pelo contexto das inter-relações, enfatiza o social e a psique humana. As formas de organização do ambiente, a maneira como os sujeitos atuam e interagem e estão imersos estabelecem as formas determinadas de agir, sentir, falar e pensar, há, portanto, uma forte participação das práticas culturais.

A “contingência” requer da organização uma potencialidade de superar limites e fronteiras, que perpassam as relações com o ambiente. Também pressupõe a conexão dos subsistemas internos com o todo do sistema organizacional. É a possibilidade de transpor o que já é efetivo. Estes processos geram múltiplas dimensões: espaciais, temporais e informacionais. A metáfora de sistemas orgânicos remete à “metáfora de rede”, em uma organização isso significa que ela possibilita expressar o desenvolvimento das várias pessoas em interação e da situação como um todo, em recíproca constituição, e não simplesmente de cada pessoa isolada das outras e do contexto, como tradicionalmente tem ocorrido nas organizações.

É o processo de significações de redes dialógicas, que reproduzem a todo o momento articulando-se em uma miríade de resignificações. A configuração da rede em sistemas abertos disponibiliza um conjunto de significados. A enunciação e a mediação são estimuladas e funcionam como uma “retro-alimentação negativa”, variando os estilos.

Quando admite-se por processo um determinado sistema informacional, isto quer dizer que não há um começo, um fim, mas uma condução contínua. O processo é por natureza dinâmico e fluido e ao mesmo tempo materializa-se em ações, que podem ser simbólicas, contingenciais, efetivas, factuais; tem a perspectiva da interação e abertura às influências do ambiente. Neste sistema a instabilidade dita o processo

estabelecendo a necessidade de ajustes e adaptações constantes.

Para Morgan (p. 68) uma crítica deve ser feita a este conceito de “contingência orgânica” das organizações: “a idéia de que as organizações podem adaptar-se aos seus ambientes atribui muito mais flexibilidade e poder à organização e muito pouco ao ambiente como força na sobrevivência organizacional”.

Entretanto, o autor verifica a existência de pressões inerciais que impedem as organizações de mudarem com o ambiente:

A especialização das linhas de montagem e o pessoal, idéias firmadas e conjunto de idéias dos administradores de topo, informação inadequada, dificuldade de reestruturar a tecnologia, bem como pessoal de fábricas não sindicalizadas, a força da tradição, barreiras de entrada criadas por circunstâncias legais, fiscais e outras circunstâncias, tornando impossível as mudanças. (p. 70)

Ao utilizar-se da perspectiva ecológica para analisar as organizações, e em comparação aos processos naturais, advém a idéia de competição e de que os ecossistemas funcionam em conjunto, como partes de um todo que se refazem constantemente e evoluem. A “metáfora orgânica” pode atuar como mecanismo que instila e aguça a percepção em relação ao funcionamento da maioria das organizações. Expor a diversidade de organizações, suas potencialidades, limitações e perspectivas. Usando a imagem de um organismo em constante troca com o ambiente, fica-se encorajado a assumir uma visão da organização aberta e flexível.

O mérito da “metáfora orgânica” pode ser a sua capacidade de gerar discussões expondo deficiências e fragilidades do atual sistema. Por conseguinte, uma crítica que se faz é ao fato dos sistemas orgânicos serem, na verdade, sistemas fechados; o que se pode argumentar é que estes sistemas são abertos ao ambiente, onde buscam os elementos que os sustentam. Entretanto, de acordo com a abordagem de Morgan, a metáfora expõe sua fragilidade quando:

Na verdade, a lei natural é evocada para legitimizar a organização da sociedade. Obviamente, existem perigos reais em se fazer isso, porque, quando se assume o paralelo entre a natureza e a sociedade muito a sério, falha-se em ver que os seres humanos, em princípio, têm grande margem de influência e escolha sobre aquilo que o seu mundo pode ser. (p. 79)

Permeia a discussão o conceito de sustentabilidade, fundamental para a manutenção de todo sistema vivo e flexível. A sustentabilidade pode ser analisada do ponto de vista da dinâmica, pois o que não necessariamente deve ser ou estar no mesmo lugar, convivem temporariamente e se recombina. Não há certezas, mas a perspectiva das incertezas e da mudança como dínamo do sistema.

A “metáfora do cérebro” se torna fundamental na análise, trata-se de um sistema aberto, de uma complexa rede flexível apresentando um fluxo constante de informações que se refazem e se ajustam a todo o momento. A neurofenomenologia abre uma gama de possibilidades na compreensão das atividades cerebrais, a interferência do ambiente – é a humanização do conceito de processo.

Corre-se o risco da contrapartida à “imagem máquina”, que é a *imagem biocibernética* – o corpo e a mente concebida como uma rede comunicacional cujas operações eficientes correspondem a sinais ou pulsos. É a imagem do *ciborg* persistindo, revisitada pela lógica cartesiana, permeada pela fundamentação biológica. O *ciborg* (o neologismo cib-ernético mais organismo, foi inventado por Manfred E. Clynes e Nathan S. Kline, em 1960) é definitivo? Nunca fomos humanos? Ou, fatalmente, vivemos a era do *pós-humano*? A *imagem da máquina* corporificada permanece, pois continua a dominar as organizações, o imaginário técnico ou tecnológico que estabelece os parâmetros e as dimensões de realidade, espaço/tempo, ser e viver.

Para o autor (p. 82), “é possível que, usando o cérebro como uma metáfora para a organização seja viável desenvolver a habilidade para realizar o processo de organização de maneira que promova a ação flexível e criativa”.

A “imagem cérebro” pode ajudar as organizações a se tornarem mais flexíveis, predispostas a estarem abertas a estímulos subjacentes do ambiente. Organizações susceptíveis a repassarem estímulos, tais como, sensibilidade, afeto, percepções e obviamente inteligência. É muito menos comum pensar sobre organizações *como se elas fossem cérebros* e ver se é possível criar novas formas de organização que difundam capacidades semelhantes às do cérebro por toda a empresa, em lugar para o futuro.

Uma perspectiva holográfica. Condizente com Morgan (p. 84) “a holografia demonstra, de forma muito concreta, que é possível criar processos nos quais o todo pode ser contido em todas as partes, de tal forma que cada uma e todas as partes representam o todo”.

O processamento da informação requer uma dinâmica mais ágil dos elementos, pois não se trata de coletar, mas elaborar, significar, repassar, difundir, ajustar, interagir, reprocessar, um ciclo sem fim. Acrescenta-se a este processo os fluxos em rede, a capacidade de interagir com vários outros subsistemas e a perspectiva da incerteza, ou a “retro-alimentação negativa”. Um espaço das controvérsias. Surge uma nova metáfora, a “metáfora das redes” – a dialógica das relações.

De acordo com o autor:

A evolução das organizações em sistemas de informação é então capaz de transformá-las estrutural e espacialmente. A questão realmente importante levantada pela metáfora do cérebro, todavia, é se as organizações também se tornarão inteligentes. A organização baseada em informação é necessariamente caracterizada pela racionalidade restrita, encontrada nas burocracias? Ou ela pode transcender essa restrição? Muito dependerá do tipo de habilidades de aprendizagem construídas dentro das organizações assim produzidas”. (p. 88)

Para um sistema funcionar com “feedback negativo”, como o cérebro, é fundamental ajustes constantes, é um processo, que para Morgan (p. 91) é de “aprender, a aprender, a aprender; podem as organizações aprender, a aprender, a aprender”? É uma tarefa árdua, pois os enfoques burocráticos impõem estruturas

fragmentadas de pensamento aos seus membros e, na realidade, não encorajam os empregados a pensar por si próprios. Um pré-requisito primordial aos partícipes de um sistema de “feedback negativo” é a autonomia, pois ela permite a tomada de decisões facilitando a inter-relação dos subsistemas.

É importante salientar que autonomia sub-roga aos sujeitos; na maioria das organizações os sujeitos são, praticamente, impedidos de utilizarem o “cérebro”, a lógica e até a criatividade, por pressupostos, meramente, hierárquicos.

Uma outra questão levantada pelo autor (p. 93) é “um problema geral de que os enfoques burocráticos à organização impõem estruturas fragmentadas de pensamento aos seus membros e, na realidade, não encorajam os empregados a pensar por si próprios”. *Os tempos do pensamento*, mais que um fator histórico nos remetem, na atualidade, à necessidade da reflexão e análise, em época de acelerada dinâmica econômica, social, científica e intelectual. Convivem, atualmente, a tradição racional da modernidade e a reflexão difusa da *pós-modernidade*.

Portanto, como adequar necessidades de mudanças com estruturas organizacionais sedimentadas numa tradição mecanicista e burocrática? Sedimentar é consolidar nas lembranças, o que de fato, é fundamental para a existência das próprias organizações. Por conseguinte, estas tradições devem ser flexíveis para a atual demanda dos processos em redes comunicacionais. Trabalhar em “circuito duplo” requer liberdade de ação.

Abertura e flexibilidade compreendem mais que uma necessidade, uma filosofia organizativa, tendo em vista despertar o potencial dos sujeitos suas habilidades e competências. Resolver problemas estabelece delegar, para que na organização a decisão não permaneça centralizada – burocratizada. Talvez a melhor forma de se trabalhar seja a de estruturas de mobilidade, onde a imprevisibilidade possa ser utilizada como elemento integrante do sistema – interdependência das partes e ao mesmo tempo “organizar e reorganizar a si mesmo” é a organização “holográfica”. Não se deve exagerar no totalitarismo da imponderabilidade, mas jogar com as

incertezas é cria ao mesmo tempo insegurança e expectativas.

Morgan demonstra os princípios de planejamento holográfico:

Garanta o todo em cada parte.

Crie conexão e redundância.

Crie simultaneamente especialização e generalização.

Crie a capacidade de auto-organização. (p. 102)

Observar, a *variedade de requisito*, esse é o princípio originalmente formulado pelo especialista em cibernética W. Ross Ashby, citado por Morgan (p. 105), ao sugerir que “a diversidade interna de qualquer sistema auto-regulador deva atender à variedade e complexidade do seu ambiente caso se deva lidar com os desafios propostos pelo ambiente”.

A força da “metáfora do cérebro” está na possibilidade de flexibilidade do sistema, do ensejo da autonomia, da aprendizagem e na valorização da capacidade criativa do sujeito, na investigação e autocrítica. A fragilidade da metáfora reside na tradicional sedimentação da cultura organizacional onde centralização e burocratização racional são sinônimos de eficiência e proficiência em administração, principalmente, na *era das incertezas*, pois liberdade, autonomia e criatividade podem levar ao rompimento das fronteiras do poder. São questões de cerne no arcabouço da cultura social e organizacional, diria vozes da cultura.

Neste momento visitar o conceito de cultura ajuda a descortinar o complexo âmago das organizações; pode-se dizer que a cultura, também, é uma metáfora. Talvez uma boa definição para cultura seja a de proliferação de sentidos: sociais, políticos, organizacionais, populares, econômicos; tudo aquilo que forma a experiência de viver – vivenciar.

Para além do termo derivado de cultivo, a cultura reflete o que é ser humano em seu esplendor de diversidade, hermetismo, complexidade, simplicidade, casualidade, sentimento, mobilidade. Insere no seu significado o princípio da organização, enquanto articulação de possibilidades e conexões. É por essência um termo elusivo e simbólico.

Morgan cita o exemplo japonês de cooperação oriunda dos campos de arroz, e a figura mítica do samurai, há uma miríade de interações (relacionamentos) e sentimentos que são marcadamente tradicionais. A cultura por si não existe, ela necessita da imaginação do sujeito e da sua intencionalidade, como metáfora cria sempre uma perspectiva e um vínculo. Ao mesmo tempo o sistema cultural é fechado e aberto depende da sua “autopoiese” e constantemente recebe influências do ambiente. E comenta o autor: “Assim como os indivíduos numa cultura têm diferentes personalidades enquanto compartilham de muitas coisas comuns, isto também acontece com grupos e organizações”. (p. 125).

As organizações por mais técnicas e racionais em essência, todas elas, são hermeticamente focadas em seus objetivos e missões, o que gera a identidade, mas são extremamente vulneráveis, mesmo que não queiram, à humanidade da sua composição. A capacidade do sujeito ou grupos de influenciarem o ambiente é o que fragmenta o sistema criando subsistemas, que deveriam ser vistos de forma positiva, contudo a diversidade de posicionamentos fragmenta a noção de poder. É um processo construtivo em sua dinâmica e às vezes inercial em seu determinismo.

Em vários exemplos da cultura organizacional, o autor, demonstra a fragilidade da “metáfora cultural”: a sua dinâmica, que é ao mesmo tempo a sua força, a possibilidade de mudança – evolução. O sentido, o significado e compreensão são instâncias subjetivas e agenciadoras do social, da realidade objetiva e a sua construção.

A noção de sentido depende da interpretação do sujeito ou de seu grupo social, por conseguinte a diversidade é tecnicamente ameaçadora. As organizações tendem a ser ambientes homogêneos e fechados, pois o que conta é a sobrevivência, logo possuem um dos componentes dos sistemas vivos. Entretanto, o fluxo entre os subsistemas da organização e o todo com o ambiente, é intermediado pela “metáfora da cultura”; um poderoso filtro de caráter mais impositivo do que de negociação.

Destinador e destinatário em uma rede informacional são elementos-chave para o funcionamento dinâmico dos

processos organizacionais. Neste contexto cada sujeito é capaz de significar uma mensagem, pois a mensagem em si não contém a perspectiva de mudar, avançar, coagir, sensibilizar, desconstruir. Portanto, ajustar o pensamento na organização através da inovação e participação predispõe à liberdade, na maioria das organizações o controle é visto como elemento gerador; o totalitarismo que molda o cotidiano. “O desafio de compreender as organizações enquanto culturas é compreender como esse sistema é criado e mantido, seja nos seus aspectos mais banais seja nos seus aspectos mais contundentes”. Morgan (p. 139).

A “metáfora da cultura” ganha força no seu simbolismo dinâmico e na perspectiva de evolução. Contudo estes elementos se consubstanciam, como a sua maior limitação, pois gera produtos antagônicos, quais sejam, valores, mitos, dogmas, racionalizações extremadas, fundamentalismos, rituais, estereótipos e tecnicismos, que funcionam em contraposição gerando mais inércia do que retroalimentação negativa no sistema, são elementos corporificados pelo sujeito. Por vezes os sujeitos de um grupo se escondem nos arquétipos gerados pela própria insegurança que é viver. São medos primitivos que acompanham a humanidade desde os tempos mais recônditos, são “os porões da metáfora da cultura”. Segundo o autor (p. 140) “A metáfora da cultura, então, abre caminho para a reinterpretção de muitos conceitos e processos da administração tradicional”.

A instância ou “metáfora da política” é o agenciador da negociação e na maioria das vezes da dominação. O poder nas organizações gera, por vezes uma coesão superficial dos processos dando ao sujeito o potencial da participação através de um enunciado democrático. A coerência na estrutura política determinará o grau de liberdade de participação, em muitos casos os enunciados políticos são sub-reptícios, pois quem detém o poder nas organizações não quer perder o domínio. São ideologias que reiteradamente suportam a estrutura organizacional.

Discorre sobre organizações estabelecidas como governo, a política organizacional trabalha com análise de “interesses, conflito e poder” de forma sistemática. Um elemento-chave à

compreensão dos processos organizacionais é o entendimento e a administração de conflitos, um pressuposto maquiavélico que expõe os fatos e o cerne da organização.

Um conceito que acompanha a “metáfora política” é o da legitimação e da plausibilidade do sujeito na organização. O que está por trás dos motivos em uma organização? Os diferentes “papéis” em uma organização produzem situações institucionalizadas tanto verticais, quanto horizontalizadas. A ação institucional teve conter sentido, para tornar a totalidade plausível a cada sujeito ou aos grupos estabelecidos. O nó de problemas surge na organização, quando a ordem institucional tem que ser transmitida a partir de novos processos ou sistemas abertos e dinâmicos, onde a retro-alimentação negativa pode não corresponder às expectativas institucionais preestabelecidas. Assemelha-se a conflitos de gerações, onde a nova geração sempre traz introjetada ou mediada a necessidade de mudança.

O fator cultural do poder produz os conflitos, que ao mesmo tempo podem transformar positivamente, como podem fechar, ainda mais, a instituição em sua própria memória; instinto de sobrevivência. Morgan corrobora (p. 163) “não raro muitos conflitos organizacionais se tornam institucionalizados, configurando atitudes, estereótipos, valores, crenças rituais e outros aspectos da vida organizacional”, e ainda “o poder é o meio através do qual conflitos de interesses são, afinal, resolvidos. O poder influencia quem consegue o quê, quando e como”. O poder é por essência ambíguo de acordo com o autor (p. 191) “não está claro se as pessoas têm e exercem o poder como seres humanos autônomos, ou se são simplesmente portadores das relações de poder que são o produto de forças mais fundamentais”.

A tomada de decisão para atingir objetivos modela a dinâmica das relações de poder nas organizações gerando, por vezes, padrões de dependência. O controle é o termo-chave nas relações de poder em uma organização são elementos simbólicos, mas fundamentados no *status quo*.

Nas organizações pluralistas, cujo significado do termo “pluralismo” advém de tipos idealizados de democracias liberais, o lema é: a participação, inclusão, a deliberação coletiva e o reconhecimento da

diversidade. Esta filosofia contrasta com a visão unitária de sociedade (o todo integrado) e a estrutura radical (de uma sociedade antagonica de classes sociais), cada ideologia organizacional desencadeia diferentes enfoques sobre a organização.

A cada organização caberá a escolha de um dos três processos organizacionais e o “papel” que cada sujeito exercerá nesta rede de significações. É bom lembrar, que mesmo uma organização pluralista pode cair na armadilha simbólica do poder e utilizar-se da administração do conflito para atingir os objetivos desejados.

Retomando o ato de “ler” a realidade, como sendo o elemento-chave para o administrador atingir os objetivos da organização, de forma dinâmica e participativa sem no entanto cair no emaranhado de intenções subjacentes e humanamente improdutivas.

Para Morgan (p. 201) a força da “metáfora política” reside no “fato que ela politiza a compreensão do comportamento humano nas organizações”. As limitações, de acordo com autor, podem surgir da utilização da “metáfora política” por ela mesma, sem levar em consideração a noção de “papel” de sujeitos e grupos. O autor (202-203) alerta que, “começa-se a ver a política em todos os lugares e a olhar para as intenções ocultas”, a “tendência a enfatizar o cinismo, o egoísmo, a crueldade, a mentalidade de seguir adiante a todo custo” e ainda “como resultado, a metáfora política pode insistir de modo exagerado sobre o poder e a importância do indivíduo, minimizando a dinâmica do sistema que determina aquilo que se torna político e como a política se manifesta”. Por fim, a administração de *egos* e sujeitos recalcados, em especial os que estão no topo, é um desafio de proporções homéricas, pois os medos e ameaças à sobrevivência nos acompanham; é o reflexo da consciência da finitude.

Sem eufemismos as “prisões psíquicas” desnublam a fragilidade do ser humano ao inexorável efeito psicológico das organizações sobre o sujeito. A psique humana compõe-se de labirintos emocionais reprimidos pela interação com os atores do ambiente.

As prisões são várias, como são vários os caminhos emancipatórios. A caverna de Platão, uma metáfora, da

essência humana traz em sua mensagem a contraposição: luz e sombra, interior e exterior, demonstra a dualidade que é imposta pelo próprio ambiente. A dualidade é um processo, como luz e sombra são elementos de um mesmo sistema, na verdade se complementam.

A prisão, mais que enclausurar, remete a um sistema, o cérebro, extremamente complexo e sensorialmente conectado com o ambiente. O aprisionamento em si é um paradoxo, pois ao mesmo tempo pode ser prazer e sofrimento, depende do sujeito, da cultura social e da estrutura de cada organização. A percepção do ambiente e dos estímulos advindos das interações do sujeito advém das respostas e indagações.

Exemplifica (p.206-208) que as “armadilhas das formas assumidas de raciocínio: “Aprisionados pelo sucesso, Aprisionados pela acomodação organizacional, Aprisionados pelos processos grupais”. “Cada um dos exemplos citados ilustra como as organizações e os seus membros podem ficar emaranhados em armadilhas cognitivas”. O racionalismo e a busca pelo conhecimento podem libertar, mas ao mesmo tempo aprisionar o sujeito em sua consciência construindo o seu mundo sustentado por estruturas da realidade. O que é a realidade? Se não o instante da percepção. Racionalizar emancipa, contudo pode criar grilhões ou armadilhas das formas do raciocínio.

O inconsciente está mais exposto do que a maioria dos sujeitos, a cultura social e organizacional gostaria, são os sentidos ocultos que rondam os sistemas organizacionais e os subsistemas em conexão. O sujeito em muitas organizações passa a ter medo da sua própria sombra, quanto mais poder apropria, maiores serão as sombras e os sentidos ocultos ficam mais aguçados e complexos. De acordo com Morgan (p. 211), “a vida de Taylor fornece uma ilustração esplendida de como preocupações e inquietações inconscientes podem ter efeitos na organização”. A “Administração Científica” corroborada pelas teorias de Taylor foi o produto de mente perturbada e perturbadora de um sujeito extremamente preocupado com o controle, mas descontrolado emocionalmente. O que prevaleceu foi a racionalidade.

A idéia de transcendência e longevidade tem matriz na consciência humana da finitude e quanto mais poder um sujeito detém, mais imortal ele se torna. As organizações não suportam o descontrole, mesmo as inseridas nos sistemas de redes, pois está associado à transitoriedade e finitude, o confronto com a realidade e os “papéis” cotidianos. A vulnerabilidade humana destaca o racional como solução para os medos e a todo custo deve-se preservar, a organização e o poder que dela emana, da finitude e da mortalidade. Nos rituais mais primitivos este emaranhado de razão e emoção também aflora. O que é mais forte o feitiço, o feiticeiro ou o que se percebe e interpreta simbolicamente? A questão é o poder que perpassa a ação e o valor que se dá ao ritual. Nas organizações modernas os totens são outros, mas o processo e o efeito são primitivos, também.

Bion *apud* Morgan (p. 222-223) apresenta três tipos diferentes de defesa contra a ansiedade:

- . A *dependência*: o grupo necessita de alguma forma de liderança.
- . O *emparelhamento*: os membros do grupo começam a acreditar numa figura messiânica.
- . A dicotomia *fuga e luta*: embora uma o grupo Desprende-se muita energia combatendo o perigo eminente.

Nem tanto a racionalidade baliza os processos organizacionais, mas os porões do inconsciente humanos que, por vezes, é o elemento-chave inercial dos sistemas e subsistemas organizacionais.

A “intermediação” por objetos ou *bengalas* emocionais agenciam a percepção e interação do sujeito com o grupo e o ambiente. O autor demonstra que:

A teoria dos objetos intermediários contribui com importantes aspectos ligados à prática do desenvolvimento e mudança organizacional, uma vez que sugere que a mudança irá ocorrer espontaneamente somente quando as pessoas estiverem preparadas para renunciar ao que valorizam em nome da aquisição de algo novo. (p. 228)

A “sombra” mais que um fenômeno físico é produzida pela consciência, que tenta encobrir o ameaçador. Embora em contraposição são elementos subjacentes, conectados por fluxos que propiciam a

ocorrência de ambos. Comenta (p. 231) sobre as duas faces do ego propostas por Jung, “ao seu ver, neurose e inadaptação humana originam-se de uma inabilidade de reconhecer e lidar com a sombra reprimida que contém, tipicamente, forças construtivas e destrutivas”. São forças poderosas que coexistem na dimensão psíquica, mas que afloram na interação do sujeito com o ambiente. Como controlar tais forças em oposição, em ambientes organizacionais em constante competição? Cabe ao administrador equilibrar as manifestações para que um lado não suplante o outro. O papel dos “Arquétipos” (que literalmente significa “modelo original”) nas organizações são poderosos e ao mesmo tempo relegados.

Conforme Morgan (p. 231) “assim, na sombra da organização encontram-se os opostos reprimidos da racionalidade, que lutam para emergir e mudar a natureza da racionalidade que está sendo praticada”.

A força da “metáfora psíquica” está na demonstração de como a essência humana é, por demais complexa. É o contraponto do *ciborg organizacional* fruto da dimensão racional predominante. Ela permite trabalhar as dimensões do *eu* do sujeito, a ética, as relações de poder e necessidade do equilíbrio, para o bem-estar psíquico. Por outro lado a metáfora psíquica pode reforçar ideologias de controle e as armadilhas cognitivas, dificultando, ainda mais, as relações e interações no ambiente organizacional.

Talvez a metáfora psíquica possa valorizar o inconsciente despertando as organizações dos *sonhos* da racionalidade.

A “lógica da mudança” pressupõe o acionamento das partes, para que o todo possa cambiar, isto requer uma análise da realidade e o entendimento do que mantém a permanência das coisas. Permanência e mudança são elementos inerciais até o momento que necessitam de uma intenção, uma tomada de decisão. De acordo com o autor (p. 244) “as transações de um sistema com seu ambiente são, na verdade, transações dentro de si mesmos”. São os fluxos necessários que articulam os subsistemas do sistema organização.

A lógica da casualidade mútua pressupõe a utilização de círculos ao invés de linhas no arranjo das organizações. Os círculos demonstram continuidade e

dinâmica, possibilidade de auto-regulação, nos quais “feedback positivo e negativo” são melhor assimilados e repassados. O *desvio-ampliação* de Maruyama *apud* Morgan (p.255) “explica a evolução tanto da natureza quanto da sociedade, bem como processos de *feedback positivo* que produzem mudanças que se tornam fora de proporção em relação ao chute inicial ou incidente que as ativou”. Tanto a fenda natural, no exemplo de Maruyama, que aumenta de tamanho pelo contínuo fluxo de água, o “feedback positivo”, quanto as fendas nos sistemas organizacionais, por exemplo, reestruturação administrativa gera mudanças, que podem ser imperceptíveis na relação tempo/espço, mas são efetivamente desestruturantes.

A visão dialética implica na admissão de opostos. Referenciado por Morgan (p. 261). “Qualquer fenômeno implica e gera o seu oposto.” É um princípio universal de complementaridade e não uma dicotomia. O universo da dialética, passando pelos símbolos cosmológicos e o materialismo marxista, remete a uma totalidade à medida que forma um todo dotado de sentido pelos subsistemas que se opõem. A dialética não ocorre num sistema fechado em si mesmo e por isso harmonioso, admite-se as inevitáveis tensões dos processos, principalmente, em uma organização, há um frágil equilíbrio efêmero. Contrapõe a linearidade cartesiana do pensamento.

Para o autor (1996):

Uma imagem dialética convida a abraçar a contradição e o fluxo como aspectos que definem a realidade. Em conjunto com a teoria da causalidade mútua, leva a um pensamento em termos de círculos, mas em círculos de um tipo especial em que se reconhece que toda a ação tem uma tendência a produzir um movimento na direção oposta. (p. 271)

A força da “metáfora do fluxo” está na alternativa de ponto de vista em relação às necessidades de mudança, flexibilidade em tratar os problemas e em admitir a contradição. Por outro lado a sua limitação reside no engajamento idealistas, que pode permitir a absorção de “feedback positivo” em excesso não havendo tempo nem condições de processá-los no sistema. A

geração de inércia pode repercutir numa percepção tardia da realidade.

Segundo Morgan (1996):

A ideologia que apóia determinada lógica da mudança pode eliminar a possibilidade de adoção de outras. Se este for o caso, então o destino será permanecer prisioneiro da lógica subjacente de mudança, mesmo que isto apresente conseqüências patológicas que, em última análise, destroem a viabilidade da própria sociedade. (p. 278)

A “face repugnante” das organizações é o subproduto da secularidade de um sistema estruturado sob égide do poder e da dominação. É a “sombra” que emerge dos porões da psique humana, o medo da finitude, da transitoriedade. A partir do capitalismo o poder econômico absorveu, como uma entidade, a possibilidade de criar através do lucro gerando um sistema, que tem por premissa e fim a acumulação. O controle exercido por uma “Administração Científica”, ou pelo pajé em uma sociedade primitiva, brota do medo do desconhecido que é cultivado por todas as culturas. Uma empresa se torna a líder em um setor, pois ela tem medo da concorrência. As sombras psíquicas, ou materializadas atormentam as organizações gerando um emaranhado de possibilidades não concretizadas e a radicalização extremada.

Analisa o autor (p. 305) que “à medida que se examina o mundo organizacional, torna-se possível começar a identificar organizações radicais nas quais pelo menos uma parcela importante da força de trabalho experimenta uma sensação de exploração [...]”.

A soberania do poder econômico se materializou definitivamente nas multinacionais, ou transnacionais, que atualmente podem ser prefixadas como supras. É a extrapolação do imaginário e concepção máxima da dominação, fuga da transitoriedade. Segundo Morgan, (p. 311) “as multinacionais são importante força política na economia mundial e, na grande maioria, uma força política sem responsabilidade política”. É a personificação da “metáfora da dominação”. As multinacionais são anti-civilizatórias.

A “arte da análise organizacional” consiste na capacidade do administrador em

perceber o ambiente da organização, possuir uma capacidade interativa que ultrapasse as barreiras da hierarquia e da racionalidade técnica. Flexibilidade talvez seja o termo que apresente, em sentido, a noção de perspectiva, desta forma as informações produzidas pelos subsistemas da organização serão acolhidas e analisadas.

O autor (p. 328-331) descreve alguns casos como o da Multicom. Neste caso alguns elementos são evidências de como as organizações, mesmo as que se propõem às mudanças, estão presas a sedimentados comportamentos administrativos.

A estrutura da Multicom não suportou o confronto de idéias, mesmo sendo uma referência para os quatro sócios; a dupla de sócios majoritários quebrou o acordo e, também um sentimento abstrato e relativo, que perpassa todas as relações; a *confiança*. O *round* inicial desarticulou a confiança entre os sócios, outro fato que desarticulou a comunicação entre eles foi a mistura de arrogância, controle através da hierarquização unilateral e a intenção de alterar os rumos de forma verticalizada.

Numa empresa contemporânea que sobrevive a uma abertura e posterior fechamento do sistema, retroceder a partir do momento que o grupo criou uma dinâmica de resultados desencadeia uma miríade de “feedback positivos” que não são totalmente absorvidos pelo sistema. Neste caso, em especial, a percepção, a inovação e a criatividade do grupo foi aguçada, torna-se difícil retomar o controle rompendo com o pluralismo. A noção de controle e poder impede, que a maioria das organizações avancem em suas estruturas hierarquizadas.

A Multicom foi vítima de si mesma, pois havia várias organizações dentro de uma maior controlada pelos sócios majoritários que efetivamente ousaram, mas não haviam rompido, ainda, com a “caverna” ou “porões da administração”.

Deve-se frisar a capacidade dos sócios minoritários em admitir o conflito, mas não partirem para o confronto, utilizando a “retro-alimentação negativa” para avançar. Eles definitivamente leram e analisaram a situação, como Morgan estabelece, praticaram a capacidade de aprender, a aprender, a aprender [...]. Estes sócios não foram só inovadores ou criativos, eles souberam administrar o imponderável e

deixaram que os “feedback positivos” agissem de forma controlada. Avançaram utilizaram-se do conhecimento e mantiveram o sistema aberto, mesmo com um ambiente, em tese, desfavorável. Eles souberam ultrapassar a racionalidade cartesiana “penso logo existo”, para penso, existo e administro.

Já se encaminhando para a conclusão de seu livro, Morgan aborda a “imaginação”. Imaginar é uma prerrogativa do que é ser humano, é a projeção no futuro, não necessariamente, em comparação com o tempo presente, mas no futuro da perspectiva. A imagem-ação reflete o texto de Morgan, metáforas bem trabalhadas, articulação de idéias.

Não se trata de uma *desconstrução do passado*, mas de *tempo do pensamento* mais flexível com estruturas permeáveis e inter-relacionadas. Obviamente um livro é gestado com antecedência, mas o período de sua publicação: a década de 1990 simboliza um *tempo do pensamento*, a transposição de um século XX, marcadamente, revolucionário, de sistemas, tecnologias, comportamentos, conquistas e promessas não cumpridas. A transição para o ‘novo milênio’, a compartimentação do tempo, uma plausibilidade humana, tem sido de mudanças particularmente rápidas e intensas. O livro reflete a escala, finalidade e velocidade de transformação, pelas quais as organizações passam. É um momento de recorporificação do sujeito, uma nova *trajetória do eu*.

A imaginação do futuro é a perspectiva de movimentos constantes, mas de inércias atormentadoras e às vezes incompatíveis com o momento histórico.

Particularmente, este livro trouxe uma confirmação acerca dos pensamentos e a perspectiva da inserção do discurso na realidade da administração, pois como já foi dito, Morgan dialoga com diversas áreas do conhecimento num pensamento multidimensional.

Talvez, numa análise mais crítica, pode-se dizer que o livro não é conclusivo, mas a intenção não é a conclusão em si, é a análise de uma realidade. O que mais chama a atenção não é o fenômeno organizacional e as suas complexidades, que já são reconhecidas, mas as miríades de possibilidades de arranjos dos sistemas organizacionais e o ritmo acelerado das mudanças do todo e das partes, um jogo de papéis que atingem ao sujeito em cada organização.

Os processos organizacionais têm origem em universos simbólicos, marcadamente, os símbolos que envolvem o poder e o controle. Diria metaforicamente simbólicos. São jogos de espelhos cujos reflexos iluminam alguns, mas cegam a maioria.

Recebido em 05/10/2011
Aprovado em 17/10/2011

FRIDA KAHLO: ARTE E VERDADE PELA DOR SUBLIMADA

Jorge Anthonio e Silva*

120

“Vi Frida Kahlo apenas uma vez. E antes, eu a ouvi. Eu estava em um concerto no Palácio das Belas Artes, no Centro da Cidade do México, um prédio iniciado em 1905, no governo do velho ditador Porfírio Diaz...”⁴¹

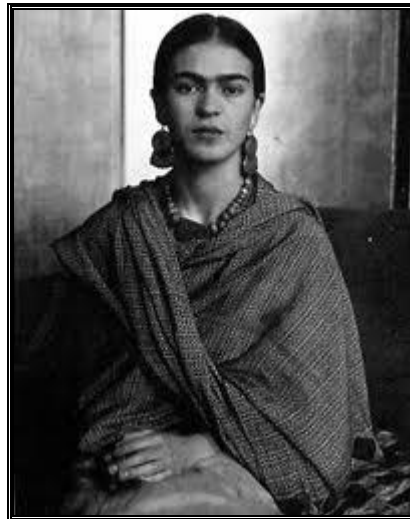


Foto de Frida Khalo

A construção pragmática da arte, em grande medida realiza-se sob o efeito móvel dos sentidos para no prazer livre da fruição que se organiza na razoabilidade das descobertas e da imaginação. Enquanto fala, a arte diz do artista, da história do homem, da sociedade e dos deuses, como as primeiras representações artísticas, ainda na gênese da sensibilidade da espécie, que vieram a constituir a civilização plástica ocidental. Enquanto extensão sensível do sujeito, a arte promove a expansão e o aprimoramento do espírito pela ação dos belos artifícios construídos pelo artista, a partir de sua capacidade de traduzir o mundo. Toda boa arte representa, em suas faturas, uma totalidade a ser percebida como qualidade pura, independente das

categorias do tempo e do espaço. A arte é uma extensão estética do homem revelada em objetos particulares capazes da excelência e universalidade manifestas na composição, na ousadia na mirada propositora de novos mundos, no desprezo pelo lugar comum e, se possível com a genialidade do verdadeiro e grande mestre. Como a paixão expressa por William Shakespeare (1564/1616) na tragédia do jovem Othelo. A obra traz ao entendimento, as mais puras qualidades de sentimentos do ciúme, da desconfiança e do ódio. Nela, o dramaturgo de Stratford upon Avon, indiciou traços humanos universais e indiscerníveis por outro veio, que não o da arte. Estão vivificados no mouro comovente que se realiza sensível e cosmicamente, em cada um de

*Professor e pesquisador em Estética na Universidade Federal da Integração Latino-Americana. *Web site:* <http://jorgeanthonio.zip.net>

⁴¹ FUENTES, C. In *O diário de Frida Kahlo*, Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1995.

nós. Essa é a beleza tangencial e educadora da arte, recomposta em cada ato de fruição. Por isso Othelo é universal e transepocal.

...Frida Kahlo entrou em seu camarote. Foi a entrada de uma deusa asteca, talvez Coatlicue, a deusa mãe vestida com sua saia de serpentes, exibindo as mãos feridas e sangrentas do mesmo modo que as outras mulheres exibem um broche.⁴²

Nem sempre o belo lírico e amoroso é possível. As Vanguardas européias, em especial pelo veio expressionista, abriram o espaço plástico para a fealdade, sobrepondo-a ao belo. Quanto não há esta a representar, o artista opera o feio, transita pelo sublime terrorífico como Francisco Goya y Lucientes com seu aterrador “Saturno Devorando um de seus filhos”. O “Guernica”, de Pablo Diego José Francisco de Paula Juan Nepomuceno María de los Remedios Cipriano de la Santísima Trinidad Ruiz y Picasso (1881/19073) é a tradução dos horrores da guerra em sublimidade educadora na forma inaugural do Cubismo, sem amaciamentos no traço e sem recursos da cor, sem piedade com o olhar. Ganhos de expressividade como esse são a resultante da experimentação plástica, na forma de codificação paratática do fato histórico em registro artístico. Este lado patente da arte realiza-se, em boa parte da obra de Magdalena Carmen Frida Kahlo y Calderón (1910/1954). Ali está presente dor sublimada.

A lancinante dor física desfaz a autonomia do corpo. Sob seu domínio desanda a percepção dos fenômenos do mundo, que passam a ser recebidos como negação da própria natureza dos sentidos. Sob seu efeito, os sons tornam-se vertigem enlouquecedora, os ventos se queimam, a luz corrói a claridade e o corpo se retorce como a serpente morrendo nas tenazes de fogo, do próprio veneno. Para quem assiste a dor do outro, não há paixão maior que a pena. Frida Kahlo não viveu sob esse domínio. Da dor física e subjetiva fez duros encaixes poéticos na tela. Do lirismo colorido do México, com sua vegetação marcante, verdura e aridez, seus desertos, suas pedras de cores únicas, seus madeiros e seus e metais. Deles tirou a essência, a seiva cáustica que a manteve em pé em uma vida curta demais para sua genialidade. Não lírica, mas trágica e pungente na comoção. Sem atos de misericórdia, engendrou no código da arte, tudo aquilo que foi possível sublimar, para viver intensamente um processo de superação de sua desgraça, em sua incrível harmonia plástica.

Antes de tudo, o corpo de Frida Kahlo. Vendo-a ali, no camarote, o ruído já silenciado, as sedas e braceletes já em repouso, as leis da gravidade já tendo

⁴² Idem.

imposto a calma à grande platéia, já mortos os círios da procissão e desfeito o halo cerimonial, asteca, mediterrâneo e furiosamente anti anglo que envolvia Kahlo, já baixada a penumbra, tudo o que a gente podia era pensar: O corpo é o templo da alma. O rosto é o templo do corpo.⁴³

O sofrimento alheio é insidioso e brutal, bloqueia a ação, desorganiza a plenitude do estar sereno no mundo, elimina a autonomia dos sentidos e corrói a vontade. Kahlo permaneceu muda nas contrações, isolada em seu leito em constante recuperação, eloquente e silenciosa em sua retratística constrangedora.

Ou talvez fosse Tlazolteotl, a divindade da pureza e da impureza no panteão indígena, o abutre feminino que devora as sujeiras para manter o universo limpo. Ou, quem sabe, víamos a Mãe Terra Espanhola, a Dama de Elche, enraizada no solo pelo peso do seu elmo de pedra, seus brincos tão grandes quanto rodas de carros, os peitorais devorando-lhe os seios, os anéis transformando suas mãos em tenazes.⁴⁴

Dor é a experiência da dor. É um fim desesperadamente ansiado, o que não foi pouco na vida da artista. Uma vez debelada de sua intensidade desorganizadora, essa brutalidade pungente e indizível, torna-se a delícia física do alívio. Resulta de desarranjos químicos ou de interrupções físicas do corpo por razões do próprio corpo ou por realidades a ele externas. Sob sua inclemência, essa vilania potente e aflitiva transita informando o sistema que a sente nervoso em estímulo (*nocieptivo*), para que seja percebida, e desespere a arquitetura divina do corpo.

Nos dicionários não há sinônimos precisos para "dor", o que demonstra sua intradutibilidade em discurso e sua existência nos limites de sua própria extensão. Essa situação aflitiva, asfixiante mesmo que decodificada com as mais próximas palavras de comparação é, sempre, a experiência de cada um. Indivisível e plena, demandou de Epicuro (341/270 a. C), o sábio de Samos, uma teoria para superar as suas, oriundas de suas pedras endócrinas; *A morte não existe porque não é conhecida, pela razão durante a vida; a felicidade é impossível. É possível superar a dor*⁴⁵.

Apregoava que, lembrando-se de momentos luminosos do passado, na presença de amigos em seu no exercício da escritura e leitura de cartas, a

⁴³ Idem

⁴⁴ Idem

⁴⁵ Epicuro, *Carta Sobre a Felicidade*, São Paulo, Editora UNESP, 2002.

felicidade tinha morada, não a dor. Para a concepção da existência psicofisiológica dos hedonistas gregos, a dor é algoz, um princípio antiético natural do corpo, posto que se antepõe ao prazer como constituição final da vida plena de felicidade à qual estamos por, natureza, determinados.

Nascida em seis de julho em Coyoacán, então arredores da Cidade do México, cedo conheceu a dor física e moral. Pronto percebeu-se diferente, antes da maturidade sentiu as puras qualidades de uma interdição íntima causada pela pólio que cedo a afetou. Em 1914 foi acometida pela poliomielite que lhe deixou com um defeito físico para sempre; uma perna menor que a outra. Passou a ser “Frida Pata de Palo”⁴⁶. No tempo em que a juventude exala prazeres sempre inconclusos, foi vitimada por uma colisão com um bonde em que estava e que lhe deixaria marcas deletérias, seu legado de dor, para sempre. Filha de Matilde Calderón y Gonzáles, mestiça católica e do fotógrafo judeu, descendente de alemães austro húngaros, Guillermo Kahlo (1871/1941), nasceu partida entre a Europa dominadora de Cortez e a força telúrica dos homens de Tenochtitlán, capital do Império Asteca, destruída pelo invasor espanhol em 1521. Era, então, presidente do México o severo Porfirio Díaz (1830/1915), um mestiço que lutou contra o imperador Maximiliano (executado pelas tropas de Juarez em 1867) e iniciou o estado moderno em meio a extremo crescimento populacional. Foi deposto em 1911, por uma insurreição nacional articulada por Francisco Madero (1873/1913), cuja política transitou pelas convulsões geradas na radicalização camponesa e pela atuação politicamente desordenada de Emiliano Zapata (1879/1919) e Pancho Villa (1878/1923), líderes populares.

Frida Kahlo parecia mais uma Cleópatra partida escondendo seu corpo torturado, sua perna atrofiada, seu pé quebrado, seus espartilhos ortopédicos, sob os espetaculares atavios da camponesa do México, que, há vários séculos mantém suas antigas jóias zelosamente guardadas, protegidas da pobreza, para serem usadas somente nas grandes festas das comunidades agrárias. Os laços, as fitas, as saias, as anáguas sussurrantes, as tranças, os toucados lunares abrindo-se sobre a sua face como asas de uma borboleta escura: Frida Kahlo, mostrando-nos tudo aquilo que o sofrimento não fora capaz de emurcheçar, nenhuma rigidez doentia, sua infinita variedade.⁴⁷

Diferentemente das mulheres de sua época e para disfarçar o inexorável defeito, adotou vestes masculinas, passando a usar calças e ternos bem cortados, como os rapazes burgueses de então. Sem os enfeites femininos assumiu a representação de algo que poderia ser, além de diferente, ainda maior, livre, imperativo e, talvez autônomo: a figura do homem. Passou, depois, a evocar uma visualidade popular com vestes camponesas com pesados braceletes de pedras mexicanas, exagero nas jóias, penteados ajazados com flores frescas. Sua estudada vibração refletia-se nas cores vivas dos tecidos e xales que disfarçavam um corpo retorcido. Na mesma instituição onde humilhada pela inconsequência infantil, conheceu seu deus e algoz, o gênio de Diego Rivera (1886/1957) que ali veio pintar murais. O muralismo foi obra plástica educativa no México, por determinação do ministro da cultura do governo do Presidente Álvaro Obregon (1880/1928), José Vasconcelos. Tornou-se o movimento educativo de âmbito popular, como as narrativas religiosas nos frisos e paredes das catedrais barrocas. Em grandes dimensões, os muralistas representaram em edifícios públicos, a história mítico social, com ênfase na crítica política e na glorificação de heróis mexicanos. A adolescente Frida desenvolveu e aprofundou, com o tempo, a admiração sacra e incontida por Rivera. Ele viria a ser, simbolicamente, seu motivo, seu eros, seu pai, seu País e, concretamente mais um de seus intermitentes algozes numa relação de admiração irrestrita, respeito criativo, abandono, humilhação e júbilo. Pretendia estudar medicina, mas contrariando a própria vontade, em 1925 iniciou-se em gravura com Fernando Fernández, professor e amigo de seu pai, Guillermo Kahlo. Outra grande tragédia pessoal lhe ocorreu em setembro do mesmo ano, quando foi vitimada por um acidente de trânsito. O ônibus em que viajava chocou-se com um bonde na esquina. Teve a coluna e a bacia amassadas, ficando com um corrimão atravessando-lhe as costas e saindo pela vagina. Isso lhe inviabilizou o acalentado sonho da maternidade. Da demorada e solitária recuperação resultou a um pequeno quadro de feições renascentistas, um de seus inúmeros auto retratos. O “Auto retrato com Vestido de Veludo” que ofereceu ao primeiro namorado, por quem foi abandonada, em função as sequelas físicas do acidente. As primeiras dores lhe sobrevieram até descobrirem, ao acaso, que sua cirurgia inicial havia sido mal feita, obrigando-a a mais uma para correção. Atestando segurança ideológica, em momento de acirrados enfrentamentos intestinos no México, Kahlo integrou a Liga da Juventude Comunista. A relação com Rivera acentuou-se a ponto de o pintor retratá-la no afresco Distribuição de Armas, encomendada pelo Ministério da Educação. Casaram-se em 1929, ano em que o pintor foi expulso do Partido Comunista por aceitar uma encomenda do governo mexicano, contrária aos interesses ideológicos da facção. Ambos seguiram

⁴⁶ Frida Perna de Pau

⁴⁷ FUENTES, C. In *O diário de Frida Kahlo, Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1995.*

para os Estados Unidos fixando residência em San Francisco – Cal. onde Kahlo conheceu o Dr. Leo Eloesser (1881/1976) cirurgião americano, que se tornaria amigo e médico para suas constantes necessidades de cuidados. Em 1931, pela primeira vez, a artista trouxe a público um trabalho; “Frida Kahlo e Diego Rivera”, na VI Exposição Anual da Sociedade de Pintores de São Francisco. Um libelo de paixão e originalidade, do qual Rivera surge avantajado fisicamente, perto de uma Frida pequena, mas com a decência dos dignos. No ano seguinte, um aborto natural confirmou o que em relação à maternidade já se supunha: a impossibilidade. A partir daí, uma série de complicações médicas vão aos poucos minando aquele corpo fragilizado pelo acaso e pela dor. Em 1934 retirou o apêndice, fez outro aborto e uma primeira cirurgia no pé. No mesmo ano descobriu que Rivera mantinha um relacionamento com sua irmã Cristina. Conheceu o escultor Isamu Noguchi com quem iniciou uma relação. Iniciada a Guerra Civil Espanhola em 1936, reencontrou Rivera e, superando questões pessoais, juntaram-se para a obtenção de fundos para os mexicanos contrários ao carnicheiro espanhol Francisco Franco. Em 1937 Leon Trotsky refugiou-se na Cidade do México com a mulher Natalia, indo residir na Casa Azul. A estada de Trotsky em Coyoacán, onde amou Frida de forma escusa, não foi tranquila, em especial pelos constantes desentendimentos ideológicos do revolucionário russo com Rivera. No ano seguinte, em visita ao México, André Breton (1896/1966) visitou-os e passou a considerá-la uma artista surrealista, qualificação que sempre negou. No mesmo período relacionou-se com o fotógrafo húngaro americano Nicolas Murray. Expôs em New York, amou a fotógrafa Tina Modotti (1896/1942). Frida divorciou-se em 1939, quando sua reputação artística crescia no México e nos Estados Unidos. Aproximou-se mais dos surrealistas. Viveu o assassinato e Trotsky a provável mando de Moscou, pelos simpatizantes de José Davi Alfaro Siqueiros (1896/1974), outro famoso muralista, como José Clemente Orozco (1883/1949). Foi presa para interrogatórios, por dois dias. Anêmica, com infecção renal, reconciliou-se com Rivera, com quem se casou pela segunda vez, em 1940. Com o agravamento de problemas de saúde e a morte do pai, entrou em profunda depressão, quando se refugiou na companhia de seu cão Sofrimento. Em 1943 iniciou carreira de professora, que duraria dez anos, na Escola de Pintura e Escultura do Ministério da Educação, a La Esmeralda. Agravou-se a situação de Frida com sucessivas cirurgias, com o uso de inúmeros coletes de gesso e de aço, intermináveis visitas médicas, o que não lhe impediu de iniciar um novo relacionamento com um refugiado espanhol no México. Enxertos ósseos, pneumonia, traições de Rivera com a célebre e bela atriz Maria Félix

(1914/2002), gangrena no pé direito, seis operações na coluna, infecção nos ossos enxertados eram amainadas com as doses crescentes e descontroladas de morfina, aplicadas pela irmã Cristina. Tanta privação física, e tanto constrangimento moral pelos defeitos físicos não diminuíram em Kahlo a força criadora e a determinação política. Pintou-se, copiosamente, dando novo alento à retratística latino americana. Na cama, onde imobilizada de forma intermitente, a mãe instalou um espelho no dossel, para que se visse e pudesse se retratar. Participou de manifestações públicas contra a invasão da Guatemala pela Cia, ganhou no Prêmio Nacional de Artes e Ciências. Em 1951 estava em cadeira de rodas e, em seguida acamada até a morte. Escreveu um diário em imagens entrecortadas por pequenos textos e alguns aforismos. Em 1954, julho 13 foi encontrada morta oficialmente de embolia pulmonar com suspeição de suicídio por overdose de remédios.

Ela jamais fechou os olhos. Por isso, aqui, ela diz a cada um de nós e a todos nós, “Estou escrevendo com os meus olhos”.⁴⁸

O desenho primoroso de Frida, seu traço de seguro, quase fotográfico, suas paisagens seculares tinham se tornado expressionista não por opção, mas pelo descontrole da mão, por fraqueza física, pelo tremor. Uma vida transformada em linguagem do sublime, com auto retratos plenos de nobreza humana, com suas sobrancelhas espessas, um ligeiro bigode, olhar determinado e único, central e orgulhoso, entre a natureza árida e as regiões foliares mexicanas, suas pedras, a terra habitada por divindades, história e paixão.

O âmbito internacional das artes vive, hoje, o “kahlismo” ou “fridismo”, um movimento de empatia com a vida e a obra da artista, na qual soube sublimar a potencial dor em um corpo por aquela desfigurado. A arte transcende a finitude do ser e remete o homem à esfera do sagrado, quando a humana face suplanta a alteridade da qual o mundo é mero palco...

...pinto, a mim mesma porque sou sozinha e sou o assunto que conheço melhor...⁴⁹

Recebido em 30/10/2011
Aprovado em 04/11/2011

⁴⁸ Frase de Frida Kahlo.

⁴⁹ Frase de Frida Kahlo.

Alturas de Samaypata*

Pedro Granados

Samaypata é um Macchu Picchu em pequeno,
Nos dizem. E o vulgo acerta.
Hora e meia custa deixar atrás
O calor de Santa Cruz de La Sierra.
E instalar-se. Passar
Pelo olho da agulha de suas ruas.
Sem tocar a pedra.
Sem pôr as narinas sobre a roca fria.
Saber que Samaypata nos espera.
Para morrer. Para viver
Quiçá ainda mais desta maneira.
Com sua mansa arquitetura sob nossos pés,
Isso nos diz.
Com sua impenetrável tela de ar,
Aquilo que nos ilustra.
Samaypata e a arte de morrer,
De ir morrendo enquanto caímos
Em seu profundo poço.
Como em Machu Picchu.
Ainda que Samaypata é a morte pessoal,
Nem comunitária nem sideral. Individual apenas.
Um dia fomos ali
Com nossa índia camba
De longos cabelos, fortes e escuros.
Um dia ali fomos, em Lima,
Quando éramos crianças
E brincávamos em volta
De uma de suas huacas empoeiradas.
O gol era a morte,
Mas isto ainda não sabíamos.
E o alvoroço,
A mesma alegria de agora. Escura alegria.
Sem pôr as mãos sobre a roca dura
Nem os olhos fechados sobre a fria pedra.

II

Pertencemos a uma família tão antiga
Como a dos primeiros homens da planura
Ainda que na montanha também encontram

* Tradução de Leila Yatim – Universidade Federal da Integração Latino-Americana.

Nossas cinzas.
 Fazer o amor sobre minha cama
 É como penetrar dentro de um muro.
 Como fazer o amor a uma rosa negra.
 Samaypata é a fêmea
 Escondida entre a folhagem
 Pernas e quadris de mulher.
 E tetinhas de cadela.
 Assim era aquela escura moça.
 E a pinga vira couro.
 Por continuar caído sobre a pedra.
 E os dentes teus saltam demais e os braços
 Para melhor mordê-la e abraçá-la.
 E as panturrilhas ficam como borracha
 Para te impulsar
 E ir conhecendo a arte de morrer em Samaypata.
 Sem respirar a pedra nem lambar a roca dura
 Nem jazer de braços no fundo do abismo.

III

O regresso desde Samaypata
 Me trouxe aqui.
 Que não é Samaypata, isso está claro.
 Que não sou eu, também.
 Que não é ninguém, talvez. Senão sozinho
 Certa miragem de luzes e altos edifícios
 Sobre a paciente erva.

IV

Um mandar pode ser
 Qualquer bocado.
 Por isso escreves apesar
 De teu sentimento impuro.
 Não há um lugar nem um tempo
 Ideal. Por isso
 Aproximas tua cabeça
 Ao abismo do papel.
 Samaypata há deixado
 Um largo rastro de estrelas.
 De aglomeradas estrelas de morte.
 Meia hora menos dura
 E o caminho de volta ao plano.
 A investida do calor
 De Santa Cruz de La Sierra.
 Ao assalto do frio de Boston.
 Mesmo que por agora vivas
 Dentro do avião de tuas lembranças.

E o fato próximo futuro
Seja o de tua própria extinção.
Quiçá em Samaypata.
Quiçá tocando a louça mesma
Daquelas esplêndidas estrelas.
Com nossa gota de sombra confundida
E feliz entre tantas outras sombras.
Mas isto não sabes ainda. E por isso escreves
Com tua solidão impura.
Pela metade sozinha. Acompanhada
Pela metade
Não há um lugar nem um tempo
Ideal.

Recebido em 27/10/2011
Aprovado em 03/11/2011

Orientação aos Colaboradores e Normas para Publicação

A *Revista Orbis Latina* está aberta a colaborações de pesquisadores de qualquer parte do planeta. Os artigos, resenhas e demais contribuições devem girar em torno de temáticas que envolvam racionalidades, desenvolvimento ou fronteiras, abordagens e perspectivas de caráter interdisciplinar. Trata-se de uma revista *online*, formatada em pdf, publicada exclusivamente em ambiente virtual (internet) de acesso irrestrito. Os artigos, resenhas e demais contribuições publicadas implicam na transferência de direitos do(s) autor(es) para a revista. É de extrema importância salientar que não são pagos direitos autorais pelos textos publicados.

Os artigos, resenhas e demais contribuições enviadas para publicação na *Revista Orbis Latina* são apreciados por pareceristas pelo sistema *blind review*.

A *Revista Orbis Latina* receberá textos que contenham as seguintes características:

- i) Artigos Científicos – Os textos devem conter no mínimo 5 e no máximo 30 laudas em formato *Word* ou equivalente. Os artigos devem obrigatoriamente apresentar título, resumo (300 palavras no máximo) e palavras-chave (mínimo três e máximo de sete) em pelo menos dois idiomas, introdução, conclusão e referências. Na folha de rosto deverá aparecer o título e o(s) nome(s) do(s) autor(es), com respectiva identificação em nota de rodapé (titulação, instituição de origem, titulação e correio eletrônico. A formatação do artigo deve ser em tamanho A4, margens 2,5 cm, fonte *times new roman* 13 e/ou arial 12 e espaçamento simples.
- ii) Resenhas – As resenhas devem conter no mínimo 3 e no máximo 25 laudas em formato *word* ou equivalente. Na folha de rosto deverá aparecer os dados do livro e o nome do autor da resenha, com respectiva identificação em nota de rodapé (titulação, instituição de origem, titulação e correio eletrônico. A formatação deve ser em tamanho A4, margens 2,5 cm, fonte *times new roman* 13 e/ou arial 12 e espaçamento simples.
- iii) Demais Contribuições – As contribuições de caráter cultural devem conter no máximo 10 laudas em formato *word* ou equivalente. Na folha de rosto deverá aparecer o título e os dados do autor, com respectiva identificação em nota de rodapé (titulação, instituição de origem, titulação e correio eletrônico. A formatação deve ser em tamanho A4, margens 2,5 cm, fonte *times new roman* 13 e/ou arial 12 e espaçamento simples.

Os autores de artigos, resenhas e demais contribuições devem encaminhar suas colaborações via correio eletrônico (e-mail) para: gilson.oliveira@unila.edu.br ou orbislatina@gmail.com

Revista Orbis Latina – Editor Prof. Dr. Gilson Batista de Oliveira
Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Racionalidades, Desenvolvimento e Fronteiras (GIRA)
Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)
Avenida Tancredo Neves, nº 6731/Bloco 03, Espaço 03, Sala 5
CEP 85867-970 / PTI - Foz do Iguaçu/Paraná – Brasil
